



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 51

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 12 de fevereiro de 2014

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, entrou-se na Agenda da Reunião, da qual constava os seguintes pontos:

- Sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral sobre transportes, comunicações, saúde e educação na Região Autónoma dos Açores”, apresentada pela Representação Parlamentar do PPM;

Usaram das palavra os/as Srs./as Deputados/as Paulo Estêvão (*PPM*), Bruno Belo (*PSD*), Manuel Pereira (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), Lizuarte Machado (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Jorge Macedo (*PSD*), Cláudio Almeida (*PSD*), André Rodrigues (*PS*), José Ávila (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), Iasalde Nunes (*PS*), António Pedroso (*PSD*), Cláudio Lopes (*PSD*), Graça Silveira (*CDS-PP*), Lúcio Rodrigues (*PS*), Judite Parreira (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*) e o Secretário Regional da

Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*) para responder às questões colocadas.

No decurso da sessão de perguntas, usaram da palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira (*PS*) para um protesto e o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*) para um contraprotesto.

- Continuação do debate do [Projeto de Resolução n.º 49/X – “Criação do Conselho Regional de Cultura dos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD;

Após as intervenções das/os Sras./os Deputadas Zuraida Soares (*BE*), Renata Correia Botelho (*PS*), Ana Espínola (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*), José Andrade (*PSD*) e do Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*), o diploma foi aprovado por maioria.

- [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 6/X – “Programa de pequeno-almoço e almoço durante o período de férias escolares”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do BE;

Após a apresentação do diploma pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), usaram da palavra as Sras./os Deputadas/os Catarina Moniz Furtado (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Judite Parreira (*PSD*), Graça Silveira (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*) e a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalandia*).

Submetido à votação o diploma foi aprovado por unanimidade.

Proferiram declarações de voto as/os Sras./os Deputadas/os Judite Parreira (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Zuraida Soares (*BE*), Catarina Moniz Furtado (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Aníbal Pires (*PCP*).

- [Projeto de Resolução n.º 54/X – “Recomenda ao Governo Regional que assegure a participação do sistema educativo açoriano no relatório PISA 2015”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PPM;

No debate usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), Judite Parreira (*PSD*), Lúcio Rodrigues (*PS*), Cláudia Cardoso (*PS*), Ana Espínola (*CDS-PP*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*).

O diploma foi aprovado por maioria.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 33 minutos.

Presidente: Bom dia a todos.

Agradeço que ocupem os vossos lugares. Dou a palavra ao Sr. Secretário da Mesa para a chamada.

Eram 10 horas e 07 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Marta Cristina Moniz do **Couto**
Miguel António Moniz da **Costa**
Paulo Alexandre Vieira **Borges**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata **Correia** **Botelho**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Cláudio Borges **Almeida**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**
Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José Maria de Medeiros **Andrade**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís **Maurício** Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Maria **Judite** Gomes **Parreira**
Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto Espínola

Artur Manuel Leal de Lima

Maria da Graça Amaral da Silveira

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida Soares

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Conforme tive oportunidade ontem de informar a câmara, iniciamos a nossa manhã de trabalhos com o ponto 2 da agenda: **Sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral**, cujo proponente é a Representação Parlamentar do PPM.

Regem nesta matéria os artigos 180º. e 181º. do Regimento. O debate terá uma duração de três horas e foi organizado pela Conferência de Líderes que definiu que cada Grupo e Representação Parlamentar teria direito a fazer uma pergunta sobre cada um dos oito objetos, que já foram distribuídos por todos.

Para cada pergunta a Sra. ou Sr. Deputado dispõe de três minutos, sendo que o Governo Regional para responder dispõe de cinco minutos.

Na interpretação que esta Assembleia faz do n.º 4, do art.º 181.º, apenas o proponente tem direito a réplica, sendo que para o efeito dispõe de três minutos para perguntar e o Governo Regional, neste caso, dispõe apenas também de três minutos para responder.

Vamos então começar esta sessão de perguntas.

O objeto n.º 1 refere-se ao **desenvolvimento do potencial tecnológico resultante da extensão do cabo de fibra ótica ao Grupo Ocidental.**

Tem a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão. Dispõe de três minutos para efetuar a sua pergunta.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Foi realizado um esforço financeiro muito importante no âmbito da extensão do cabo de fibra ótica ao Grupo Ocidental. O que se espera é que uma infraestrutura que custou tanto dinheiro e possui um potencial tão elevado seja devidamente rentabilizada. Mas não é isso que está a suceder.

Por exemplo, na Ilha do Corvo ainda não é possível, embora tal já seja possível na Ilha das Flores, aceder aos pacotes de fibra da MEO, por exemplo.

Esses pacotes possibilitam, por exemplo, o acesso a comunicações de alta velocidade e à televisão digital.

Veja-se que a velocidade máxima obtida na Ilha do Corvo é de oito megas e que o pacote mínimo que está à venda no mercado contempla uma velocidade de doze megas.

Isto para não falar na possibilidade de criar projetos inovadores à escala da ilha, como por exemplo a criação do roteiro digital do Parque Natural da Ilha do Corvo.

A informação que temos é que falta a certificação da ANACOM e que a Viatel ainda não procedeu à instalação das ligações de proximidade na Vila.

Pergunta: que iniciativas está o Governo Regional a desenvolver para que esta situação seja ultrapassada e para que o enorme investimento que foi realizado venha a ser devidamente rentabilizado e usufruído plenamente pela população da ilha do Corvo?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes.

Dispõe de cinco minutos.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, posso dizer-lhe que é com grande satisfação que hoje estamos aqui em condições de responder a estas suas questões.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Fabuloso! Que coincidência! Tens que fazer mais perguntas Paulo Estêvão!

Deputado Berto Messias (PS): Não é coincidência, é capacidade!

O Orador: É com satisfação, porque graças a um investimento participado com fundos disponibilizados pelo Governo dos Açores, a região tem a cobertura integral do anel de fibra óptica.

É com satisfação que eu vejo as suas preocupações sobre se tem acesso a oito megas, ou a doze megas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso a gente já sabia!

O Orador: Há seis meses Sr. Deputado o senhor tinha acesso a quatro megas, a quatro K, a doze K a vinte e quatro K.

Portanto, está aqui claramente demonstrada uma evolução que aconteceu fruto de um investimento que era justo e que há quem tenha sido responsável por ele não se ter efetuado na devida altura.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Exatamente. O Governo Regional dos Açores! Devia fazer mais uma campanha barata.

Deputado Francisco César (PS): Se é barata não há problema nenhum!

O Orador: As questões que o Sr. Deputado colocou enquadram-se naquilo que é a instalação das redes de nova geração. É um processo que está a decorrer, que como disse, tem trâmites que dependem da intervenção direta da ANACOM na certificação. A informação que nós temos é que o processo está a

decorrer com normalidade e que o Corvo terá acesso à infraestrutura e aos serviços das redes de nova geração dentro dos *timings* que estão estipulados.

O Governo dos Açores, como sabe, tem uma Agenda Digital e Tecnológica para a Região que tem como principais objetivos criar inovação, criar valor nos produtos que temos na Região, resolver efetivamente desafios ao nível social e potenciar o desenvolvimento económico da Região.

Hoje, nós temos uma infraestrutura que assim o permite e se há setor em que os custos de contexto podem ser eliminados, é efetivamente o setor da tecnologia.

Esta é uma aposta muito clara, muito determinada do Governo dos Açores, que está claramente materializada na medida 17, na medida 22 e na medida 18 da Agenda Digital e Tecnológica para a Região.

Além disso, existem também na mesma Agenda Digital e Tecnológica medidas concretas para a captação de investimentos em infraestruturas tecnológicas para a Região. É um trabalho que nós estamos a desenvolver e estamos convictos que irá dar resultados, contribuindo assim para que se possa incorporar valor, se possa trazer riqueza para a Região e que esses projetos possam inclusivamente criar postos de trabalho fortemente qualificados.

É este o caminho que nós temos para seguir. É este o caminho que os Açores vão seguir. É um caminho que está claramente alinhado com os propósitos da União Europeia para o período 2014 a 2020.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão para a réplica tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu fiz uma pergunta muito concreta.

A instalação está criada, a extensão foi realizada. Pronto.

Agora é necessário que esse potencial seja aproveitado.

A questão que se coloca é o seguinte: neste momento a ANACOM já certificou a fibra nas Flores, mas não certificou na Ilha do Corvo. Há um atraso significativo...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso mesmo, Sr. Deputado. Força!

O Orador: ... e evidentemente isto custa mais dinheiro para os corvinos porque pagam um serviço mais caro e, ao mesmo tempo também significa que não podem aceder nomeadamente, por exemplo, nem às velocidades nem à televisão digital.

O que eu lhe pergunto é: o que é que o Governo, após todos estes meses, está a fazer para que este processo seja um processo que decorra com celeridade e responda àquelas que são expetativas dos corvinos? Eu também estou de acordo que este é um investimento importantíssimo e reconheço o papel dos diversos intervenientes, do Governo Regional e também do Governo da República neste processo.

Não está em discussão isso. Neste momento o que está em discussão é: nós investimos doze milhões de euros e não é aceitável que após todos estes meses estes serviços continuem desativados, Sr. Secretário.

O que eu peço é que o Governo Regional pressione no sentido de resolver este problema e de rentabilizar um investimento que foi muito significativo, um investimento de doze milhões de euros.

Portanto, ao fim destes meses todos os corvinos continuam sem televisão digital e sem as velocidades mínimas que já são oferecidas no resto da Região.

Neste momento há um atrasado injustificado. O que eu peço é ação, pressão por parte do Governo Regional nesta matéria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pressão é pouco. Ação é cada vez menos!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, provavelmente não fui suficientemente claro na minha resposta ou então o Sr. Deputado não estava devidamente atento à minha resposta, porque eu respondi-lhe àquilo que o senhor disse.

Isto é um processo que nós temos vindo a acompanhar, quer junto da entidade que é proprietária do cabo, quer junto da ANACOM.

Como lhe disse, a informação que nós temos é que os prazos de implementação para o serviço de acesso à televisão digital estão a decorrer dentro da normalidade e que o processo vai decorrer dentro da normalidade, cumprindo os prazos que estavam estipulado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo para uma pergunta.

Dispõe de três minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar queria dizer ao Sr. Deputado Paulo Estêvão que o Sr. Deputado não fez uma sessão de perguntas, tendo em conta o comunicado do Governo. O Sr. Deputado fez uma convocatória do Conselho do Governo ...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nunca pensei que a sua influência fosse tão longe!

O Orador: ... porque vieram várias respostas nas sequências das suas perguntas.

O Governo governa no seguimento das interpelações, das perguntas e por aí fora.

Mas gostaria de questionar o Governo sobre o seguinte: é evidente que hoje as Flores tem disponíveis as novas tecnologias, a tecnologia assente em fibra ótica, o que nos vem dar uma capacidade diferente de enfrentar todos os desafios que nos colocam, ainda para mais numa ilha tão isolada como é as Flores.

Mas, não basta que se disponibilize apenas essa fibra ótica e questionava o Governo sobre o seguinte: o que é que o Governo pensa fazer na substituição e na modernização dos serviços de que dispõe na ilha, na medida em que alguns dos equipamentos e alguns dos serviços estavam obsoletos pelo anterior sistema de comunicações? O que é que o Governo pensa fazer ou já iniciou para que a

substituição dos serviços e a modernização dos serviços aconteça nas Ilha das Flores?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Bruno Belo é com grande satisfação que posso hoje aqui, a esta câmara, anunciar aquilo que foi aprovado no último Conselho de Governo.

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor está muito satisfeito!

O Orador: O Conselho de Governo aprovou o lançamento do concurso para a rede de dados e a rede fixa para a administração pública regional.

Este é um passo fundamental, um passo determinante para a concretização da medida 26. Aquilo que nós vamos fazer na Região é criar a Azores Cloud, é colocar os serviços da administração pública regional numa cloud partilhada...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Cloud!?

O Orador: ... com acesso igual a todos os serviços da administração pública numa perspetiva única de qualidade, de prestação de serviços ao cidadão. É esse o caminho que nós temos trilhado, é este o caminho que nós vamos implementar e não é uma questão das Flores, do Corvo ou do Faial. É para toda a Região.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem fala assim não é gago!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

(*) Deputado Manuel Pereira (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero aqui reafirmar, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vai reafirmar, ou vai fazer uma pergunta?

Deputado Bruno Belo (CDS-PP): Vai perguntar ou vai responder?

O Orador: ... aquilo que o Sr. Secretário já disse na primeira intervenção, que se estamos a discutir aqui este assunto foi graças ao PS e aos governos do PS que a Ilha das Flores passou a dispor destes meios de comunicação.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado Artur Lima está muito incomodado com o que digo mas já lhe mostrei que apesar das suas diligências que diz que fez em 2011 ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu não fiz nada!

Deputado Bruno Belo (PSD): A culpa é sua!

O Orador: Não. O senhor é que anunciou na comunicação social. Já lhe mostrei que o senhor não conseguiu que o Governo Central assumisse um protocolo que estava assinado e foi o Governo Regional dos Açores que suportou os encargos com este investimento. É bom lembrar para que as coisas fiquem nos devidos lugares.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem lembrado!

Deputado Luís Garcia (PSD): E a pergunta é?

O Orador: Em relação do investimento, portanto o cabo de fibra ótica, gostaria que o Sr. Secretário pudesse elucidar-me que a questão já foi aqui colocada se prende mais com as redes de nova geração que não abrange só as Flores e o Corvo, mas sim os concelhos rurais, que foi um investimento de cerca de oito milhões, integrados na mesma empreitada de legislação do cabo de fibra ótica das Flores e do Corvo.

Portanto, a pergunta de facto confirma a minha ideia, que esta nova revolução digital enquadra-se na rede de nova geração.

Que vantagens é que vai ter para as Flores e Corvo, assim como para todos os outros municípios que foram abrangidos naquele projeto?

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pedi a palavra para uma interpelação à mesa!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima para uma interpelação tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente eu queria perguntar-lhe o que é que está a decorrer hoje, se é uma sessão de perguntas ao Governo por parte dos Deputados.

Deputado Francisco César (PS): Oh! O homem fez várias perguntas!

O Orador: Se é obviamente tem que ter direito de resposta nessa matéria.

Uma coisa é um aparte que se deve fazer e é regimental, outra coisa é um Deputado interpelar-me diretamente e eu não lhe poder responder.

Deputado Manuel Pereira (PS): Eu dei a resposta!

O Orador: Portanto, ou é uma sessão de perguntas, ou não é uma sessão de perguntas.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor pode inscrever-se!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, está registada a sua interpelação.

Naturalmente que é uma sessão de perguntas, mas dentro do tempo que cada Deputado dispõe, faz o enquadramento que entende mais adequado para a sua pergunta ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estou esclarecido!

Presidente: ... e a Mesa não entendeu que o sr. Deputado Manuel Pereira lhe tenha interpelado diretamente nem colocado nenhuma questão a si.

Deputado Manuel Pereira (PS): Fiz afirmações!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então estou inscrito para uma pergunta.

Deputado Berto Messias (PS): Mas é ao Sr. Secretário!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agora é a quem eu quiser!

Presidente: Sr. Secretário Regional agora sim tem a palavra para responder.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Manuel Pereira, as vantagens são inequívocas.

Os Açores neste momento estão em pé de igualdade com o resto do mundo, uma integração total, uma integração perfeita, que nos abre aqui uma porta para um desenvolvimento objetivo claro ao nível da tecnologia.

Há uma componente muito importante na área da tecnologia. A tecnologia não se faz só com infraestruturas, a tecnologia vai muito para além disso.

A tecnologia faz-se com pessoas e se há Região em que há qualificação em termos de recursos humanos na área da tecnologia é nos Açores.

É com grande satisfação que eu vejo empresários que apostam na área tecnológica na Região reconhecerem que os seus recursos humanos a nível global, os mais qualificados, são provenientes dos Açores. Este é um resultado claro, objetivo, inequívoco, uma aposta determinada do Governos Açores no desenvolvimento da área tecnológica na Região.

Muito obrigado.

Deputado Bruno Belo (PSD): É assim?!

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vítor Fraga): Anda distraído! Os sociais-democratas andam distraídos!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para uma pergunta tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

O Orador: Oh Sr. Deputado Francisco César, hei-de fazer as perguntas da maneira que eu quiser, como eu entender, como quiser e como entender.

Deputado Francisco César (PS): E eu posso dizer o que eu quiser e entender!

O Orador: Naturalmente, Sra. Presidente essa questão do cabo de fibra ótica era uma questão que efetivamente se podia ter resolvido muito mais cedo se tivesse havido um empenho de todos os intervenientes e se tivesse havido menos propaganda e mais ação, nomeadamente por parte do poder local, que tem uma intervenção muito grande nessa matéria dos presidentes de câmara, quer das Flores, quer do Corvo que poderiam ter reivindicado mais e melhor, mais cedo e com mais força esse benefício para a sua terra. Nunca o fizeram, ou fizeram-no de uma maneira enfeudada ao poder regional e claro que isso

contribuiu também para um atraso significativo daquilo que foi a chegada da fibra ótica às Flores e ao Corvo.

O poder socialista quer local, quer regionalmente instalado na Região, contribuiu definitivamente para esse atraso e a história prova-o através daquela manobra de propaganda eleitoral que foi feita com o Ministro, o Presidente do Governo e presumo que com os autarcas e as autoridades do Grupo Ocidental.

Posto isto, a questão que se quer perguntar e que também já devia ter sido objeto de pergunta do poder local também nessa matéria, e felicito o Sr. Deputado Paulo Estêvão por ter trazido este assunto, é se já foi iniciada a obra, passado o cabo, que vai subterrâneo para as casinhas ou por via aérea, ou vai ficar também o acesso à televisão no Corvo e nas Flores por cloud? Eles vão ter acesso é pela cloud à televisão nas Flores e no Corvo? Como é que vai ser? Quando é que senhor vai efetivamente contratar com essa empresa para passar o cabo, para passar o sinal, para ligar às casas, para ligar a fichinha e poderem ver televisão?

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): E carregar no botão, o Governo não pode?!

O Orador: Não senhor Presidente, mas tem que fazer o seu trabalho e isso é do Governo Regional e desta vez os senhores não podem culpar terceiros, porque os senhores é que têm que adjudicar a uma empresa a passagem do cabo.

Não era a primeira vez também que, no sentido absolutamente metafórico, os senhores só lhes falte em alguns casos ligar o cabo, ir a casa das pessoas e carregar no botão.

Deputado Graça Silveira (*CDS-PP*): É no dia da inauguração!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Manuel Pereira pediu a palavra para um protesto, deduzo.

Eu só quero informar a câmara que, vou dar-lhe a palavra, mas não vamos usar as figuras regimentais (naturalmente estão ao nosso dispor e serão sempre utilizadas) para desvirtuar o objeto deste debate que é a sessão de perguntas.

Vou dar-lhe a palavra porque entende que se sentiu visado nas declarações do Sr. Deputado Artur Lima, mas alerta a todos que a utilização das figuras

regimentais seja ponderada devidamente para não se desvirtuar o objeto que nos traz hoje, nesta manhã.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

Três minutos para um protesto.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra para manifestar e protestar contra as afirmações gratuitas que o Deputado Artur Lima acabou de fazer sobre a minha pessoa, enquanto autarca.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu falei no nome do senhor?

O Orador: Não falou, mas falou nos autarcas do grupo ocidental.

Deputado Luís Garcia (PSD): E o senhor enfiou o barrete!

O Orador: Portanto, eu como autarca do Grupo Ocidental, como Presidente de Câmara de Santa Cruz das Flores posso dizer aqui a esta câmara e mais importante do que isto, os florentinos sabem disto, nós na câmara municipal, na assembleia municipal e em todos os conselhos de ilha, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor represente os autarcas do grupo ocidental?

O Orador: ... enquanto este assunto não foi resolvido, era uma das questões que era sempre colocada e reivindicada por nós todos.

Portanto, senti-me no direito de dizer isto a bem da verdade. Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para um contraprotesto tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente não querendo interferir naturalmente na sua superior condução dos trabalhos, eu julgo que a partir de hoje é possível fazer um protesto por tudo e por nada nesta Casa.

Deputado Luís Garcia (PSD): É verdade!

O Orador: A senhora abriu hoje uma exceção nesta casa. Um protesto é quando se ofende alguém pessoalmente. Eu não me referi ao nome do Sr. Deputado Manuel Pereira...

Deputado Manuel Pereira (PS): Fui Presidente de Câmara durante 12 anos!

O Orador: ... referi-me aos autarcas e que eu saiba aquele senhor ainda não tem estatuto para representar os autarcas do Grupo Ocidental.

Deputado Berto Messias (PS): Isso dá um protesto!

O Orador: Que eu saiba ainda não tem.

Portanto, vir aqui tomar as dores dos outros como as dores dele, Sra. Presidente, isso não é admissível!

Quanto ao resto reafirmo tudo o que disse, não retiro uma vírgula àquilo que eu disse, não retiro um ponto àquilo disse e reafirmo a subserviência do poder autárquico regional ocidental ao poder regional instalado nos Açores.

Deputado André Bradford (PS): Não apoiado!

Deputado Francisco César (PS): Subserviência?

O Orador: Neste caso não retiro uma vírgula, reafirmo, digo e direi sempre e provarei aquilo que disse.

Deputado Berto Messias (PS): Não digeriu ter perdido um Deputado nas Flores!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não tenho dinheiro para comprar votos!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vou permitir ao Sr. Secretário Regional que possa responder à questão colocada pelo Sr. Deputado Artur Lima.

Tem a palavra Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, em relação à sua questão posso dizer-lhe que a instalação do cabo de fibra ótica até à residência está englobada na empreitada das redes de nova geração. Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa não tem mais inscrições para este primeiro ponto.

Tem a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão para colocar a pergunta.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

Sras. e Srs. Deputados, apelo à vossa serenidade para podermos continuar esta sessão de perguntas.

Sr. Deputado Paulo Estêvão para o objeto nº. 2, **Transporte marítimo de passageiros nos Açores**, tem a palavra Sr. Deputado.

Três minutos.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Durante o verão a embarcação “Ariel” não possui a capacidade de resposta necessária, em termos de transporte de passageiros entre as ilhas do Corvo e das Flores.

Em alguns meios ...

(Apartes inaudíveis entres os Deputados das diversas bancadas)

Sra. Presidente têm que estar reunidas as condições para eu poder realizar as perguntas.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão pode continuar a sua intervenção.

Penso que já estão reunidas as condições.

O Orador: Peço que me descontem o tempo já utilizado.

Presidente: Não vai ser necessário Sr. Deputado.

O Orador: Vou voltar outra vez a fazer a pergunta.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Tenham calma!

Estou a fazer as perguntas ao Governo Regional. Não se podem fazer perguntas?

Presidente: Faça o favor de continuar.

O Orador: Sra. Presidente a bancada do PS não está a criar condições para que se possa fazer as perguntas.

Presidente: Sr. Deputado faça o favor de continuar. Os apartes são regimentais. Naturalmente não devem interferir ...

O Orador: Isto não são apartes, é uma tentativa para que não seja feita a pergunta.

Presidente: ... mas penso que estão reunidas as condições para o senhor poder continuar a sua intervenção.

O Orador: Muito obrigado Sra. Presidente.

Durante o verão a embarcação “Ariel” não possui a capacidade de resposta necessária, em termos de transporte de passageiros entre as ilhas do Corvo e das Flores.

Em alguns meios fala-se na possibilidade do Cruzeiro das Ilhas passar a assegurar nos meses de julho e agosto, o transporte de passageiros entre as ilhas das Flores e do Corvo.

A pergunta é: está o Governo Regional a equacionar esta possibilidade?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Ah!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão em relação à questão objetiva que coloca há que reconhecer aqui que a “Ariel” trouxe uma qualidade significativa ao transporte marítimo de passageiros entre as ilhas do Grupo Ocidental.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Se funcionasse!

Mas também temos que reconhecer que antes de evoluirmos para outras soluções devemos escutar o potencial que a solução que temos implementado, tem.

Eu acho que existe aqui uma clara margem de manobra para potenciarmos a utilização dos meios que existem atualmente no grupo ocidental, sem que haja a necessidade de introduzir qualquer outro elemento no circuito.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Deputado Manuel Pereira, já não vai!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para o direito à réplica tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A sua resposta é inequívoca a questão não foi equacionada e o Sr. Secretário considera que existem todas as condições para que a operação no verão, resulte. Na medida em que, na minha perspetiva, as potencialidades do “Ariel” não estão esgotadas, o que eu lhe pergunto é o que é que está a pensar fazer nesse âmbito para que a “Ariel” dê uma resposta mais forte e que tenha a capacidade de proceder ao transporte de um maior número de passageiros durante o verão, pois é aí que se estão a verificar algumas ineficiências?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Aumentar a capacidade da Ariel!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É isso! Se talvez trabalhasse mais uma coisinha!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão a conclusão que tirou da minha resposta está correta, não estamos a pensar introduzir qualquer outra embarcação para prestar o serviço.

A resposta que será dada no verão com a “Ariel” será naturalmente ajustando a oferta à procura. Não faz sentido introduzirmos acréscimos de custos numa operação se ela tiver uma resposta adequada à procura. Aquilo que se terá que fazer é ajustar o número de frequências à procura existente e será isso que será feito no âmbito de um processo de revisão de obrigações do serviço ao transporte marítimo de passageiros entre todas as ilhas da Região.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário uma pergunta muito concreta.

Em primeiro lugar a nossa satisfação pelos dois barcos novos que foram adquiridos aqui para as ligações no Grupo Central e no canal. A pergunta é: há já muito tempo que os barcos ali estão, até se diz que um já está avariado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Não está!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Já tem um buraco no casco!

O Orador: O que se comenta é que um dos barcos já está avariado, nomeadamente no sistema de incêndios e que está à espera de umas peças vindas não sei de onde...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Não é verdade!

Deputado Rogério Veiros (PS): O senhor é que precisava de um sistema de incêndios para apagar o fogo!

O Orador: Diga Sr. Deputado?

Presidente: Srs. Deputados não entrem em diálogo.

O Orador: Sr. Deputado Rogério Veiros, o senhor é que precisa de crescer para aparecer e depois dizer mais alguma coisa.

Deputado Rogério Veiros (PS): Mas não preciso de sistema incêndios!

(Apartes inaudíveis entre as diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos criar as condições para que seja possível fazermos as perguntas e também podermos ouvir o Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

O Orador: Sr. Secretário, o senhor sabe tão bem como eu que já se fala que o barco está avariado. Se os senhores estão incomodados por algum motivo é.

Portanto, se o barco não está avariado o senhor confirma aqui que não está.

A pergunta é: os barcos vêm para exposição ou para navegação?

É para estarem expostos ali no porto ou é para virem navegar e servir os açorianos?

Portanto, há meses que ali estão os barcos, do que é que os senhores estão à espera para porem os barcos a navegar?

Fala-se que é preciso dar treino à tripulação, que é preciso isto, que é preciso aquilo, mas o treino daquela tripulação é igual à do treino do vai e vem que começava um ano antes a treinar para ir nas missões espaciais? É isso?

Portanto, porque é que os barcos não começaram ainda a navegar?

Deputado Joaquim Machado (PSD): É só vai e vem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes.

(*) Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os Açores deram um passo muito importante no transporte marítimo de passageiros com a aquisição destes dois navios, o mestre Simão e o Gilberto Mariano.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Pensei que era o Atlântida, mas não é o Atlântida ainda!

Deputado Bruno Belo (PSD): Mas afinal o Atlântida vem?

O Orador: Está a decorrer o processo normal que estava previsto de certificação das tripulações e neste momento a única coisa que está pendente é a

certificação ao nível dos procedimentos de segurança que têm que ocorrer naturalmente se acontecer alguma coisa dentro da embarcação.

É um processo que está na DGRM, que aguarda o despacho por parte da DGRM que depois de despachado terá que se deslocar aqui à Horta para verificar localmente como é que o processo decorre e a partir daí os navios estão em condições de entrar em operação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quando?

O Orador: Quanto à sua questão, se estavam avariados (embora tenha colocado várias questões) não estão avariados, nunca estiveram avariados.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

O Orador: Os navios estão operacionais, têm feito todos os exercícios que têm sido visíveis e inclusivamente há imagens deles a operar em testes nos portos aqui no triângulo.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Se começaram a navegar só se agora!

O Orador: Portanto é uma questão que não se coloca, ...

Deputado Graça Silveira (CDS-PP): Era possível pôr o Mestre Simão a navegar agora?

O Orador: ... é completamente falso, os navios estão em condições para operar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quero saber quando é que vão começar a navegar

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): O Governo da República tem muito trabalho, não pode assinar!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente faço minhas as palavras do Deputado Artur Lima quando felicitou o Governo relativamente à vinda dos novos navios que já chegaram.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não estão a navegar!

O Orador: Os navios estão em excelentes condições, já tive oportunidade de sair com eles para o mar...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para o senhor comandante convém dizer que eles estão novos!

O Orador: ... e os navios estão em excelentes condições.

O primeiro ano da vida útil de um navio é um ano de afinações, onde os navios não têm nenhuma avaria. O excesso de sensibilidade num sensor ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então houve!

O Orador: ... não é uma avaria, antes pelo contrário ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Ah! Afinal há um motivo!

O Orador: ... é bom sinal, é sinal de que o equipamento está a funcionar com a sensibilidade necessária para atuar nas situações de emergência que possam surgir.

Deputado Luís Garcia (PSD): Afinal o que se diz é verdade!

O Orador: Portanto não se trata de nenhuma avaria, trata-se antes de afinar aquilo que tem que ser afinado ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é que é seriedade ao contrário do que vem dali!

O Orador: ... no primeiro ano de vida útil de um navio, que é o ano em que essas coisas devem ser feitas.

Relativamente ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, efetivamente eu partilho de uma opinião de que as ligações Flores/Corvo só ficarão definitivamente resolvidas quando todo o serviço de carga e passageiros for integrado num único navio de alguma dimensão e com condições de conforto e estabilidade para que o serviço se possa fazer com regularidade.

Neste momento isso não é possível. As condições existentes poderão não ser as ideais mas serão altamente satisfatórias se as compararmos com as que aconteciam há alguns anos atrás.

Portanto, resta saber quando é que poderemos ter essas novas condições.

Só poderemos ter essas novas condições quando tivermos um novo Porto da Casa também com as obras que se preveem.

Lembrava ao Sr. Secretário uma afirmação que fez de que relativamente às Flores e ao Corvo há que ajustar a oferta à procura e lembrava ao Sr. Secretário que isso é válido para as Flores e para o Corvo, mas é preciso que o Governo não esqueça que isso é válido para toda a Região.

Deputado Luís Garcia (PSD): Ouviu, Sr. Vice-Presidente?

O Orador: Perguntava ao Sr. Secretário qual o ponto da situação do projeto que está em desenvolvimento para o porto do Corvo e quando é que poderemos ter expectativas relativamente a uma nova obra que permita um serviço integrado e plenamente satisfatório para as populações daquelas duas ilhas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Lizuarte, as preocupações do Governo ao nível da eficiência da rede de transporte não são exclusivamente nem pontualmente para uma determinada situação, são globais.

Aquilo que nós queremos é ter um sistema de transporte na Região que seja na sua globalidade eficiente e que tenha naturalmente uma oferta adequada à procura.

É este um dos princípios para todo o sistema.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é que é uma intervenção séria do Sr. Deputado Lizuarte Machado!

O Orador: Em relação à questão concreta do Porto da Casa no Corvo, o projeto está em fase de desenvolvimento, contamos que no decorrer do mês de março possam ser feitos os ensaios em modelo reduzido para cumprir a calendarização que está prevista ao nível da Carta Regional das Obras Públicas.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente aos transportes marítimos e não fazendo nenhum tipo de apreciação e a fazê-la seria certamente positiva pela aquisição das novas embarcações que vão, julgo eu, entrar em funcionamento muito em breve, tenho aqui algumas preocupações associadas à entrada destes novos equipamentos para as ligações no Grupo Central e que gostaria que o Sr. Secretário me pudesse deixar tranquilo, ou tranquilizasse, relativamente a alguns aspetos e que tem a ver com o seguinte.

É evidente que aqueles navios terão custos de operação, eventualmente mais elevados (eventualmente não, serão certamente mais elevados) do que os Cruzeiros, mas os navios e as ligações marítimas entre estas ilhas é fundamental para potenciar aquilo que todos nós queremos que seja potenciado também, que é o mercado interno, designadamente nas ilhas do Grupo Central.

Para isso é necessário que sejam garantidos preços (nos transportes designadamente de viaturas e também das pessoas) que não podem servir de constrangimento, ou melhor, serem um constrangimento à deslocação das pessoas e à circulação das pessoas, porque é aquilo que se pretende.

Portanto, aquilo que eu gostaria que garantisse, se for possível, da parte do Sr. Secretário, é se de facto vai ser considerado, eu diria até uma tarifa social, para a circulação de pessoas e bens nesta nova operação que se vai iniciar com os novos navios?

Muito obrigado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): A tarifa social já se pratica há um ano, por isso existem obrigações de serviço público!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, a entrada destes novos navios vai trazer condições de qualidade e potenciar novas áreas que até então não existiam.

Qualquer alteração que se venha a verificar em termos de preços do que quer que seja, será enquadrada nas novas obrigações de serviço público. Não é pela entrada dos novos navios que haverá alterações de tarifários. Os preços ao abrigo das atuais obrigações de serviço público, irão manter-se, a única alteração que haverá é a introdução de uma tarifa nova para um serviço novo, que é o transporte de viaturas e carga rodada.

Não existia na Transmaçor e terá que ser incorporado no seu tarifário. É aquilo que é normal.

Há uma preocupação elevada com essa tarifa que está a ser devidamente ponderada para ser depois implementada, precisamente nessa perspetiva, de servir de alavanca de um fator motivador, para que as empresas do triângulo possam utilizar este meio que é colocado à sua disposição para desenvolverem o seu negócio.

Não nos podemos esquecer que com este dois novos navios nós estamos a dar a possibilidade a empresas tipicamente que têm um mercado para um universo de 10 000 passarem a movimentar-se com um mercado com um universo de 40 000 pessoas.

Portanto, nós estamos a dar aqui a possibilidade de quaduplicar praticamente o seu universo de clientes. Isto é uma nova realidade e como tal este será um instrumento fundamental para potenciar o desenvolvimento deste mercado e para potenciar o desenvolvimento económico de cada uma das ilhas numa lógica e num contexto mais abrangente, que é o triângulo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra para uma pergunta o Sr. Deputado Jorge Macedo.

Deputado Francisco César (PS): O PSD afinal está cá!

Deputado Lizuarte Machado (PS): Finalmente!

(*) Deputado Jorge Macedo (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este Governo tem 17 anos e em 17 anos ao nível do transporte marítimo de passageiros o que é que se conseguiu? Para que é que este Governo com 17 anos quer o transporte marítimo *ferry*?

Em 17 anos conseguiu fazer renascer o transporte marítimo de passageiros e viaturas que aconteceu em 1998, foi uma boa ideia, repetimos diversas vezes, mal gerida e com enorme amadorismo.

Tínhamos navios velhos, alguns deles encalhavam, outros só davam marcha atrás depois de pararem o motor, falo do Ilha Azul, *lobbies* poderosíssimos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): *Lobbies?* Atenção aos termos!

O Orador: ... impreparação, amadorismo, tudo isso desacreditou uma boa ideia.

Chegámos a 2006, para que é que o Governo Regional queria o transporte marítimo de passageiros e viaturas nos Açores?

Em 2006 encomendaram o Atlântida.

Não vale a pena tecer grandes considerações sobre o Atlântida e o Anticiclone, um nem chegou a sair dos blocos do aço, e o Atlântida, segundo o Secretário de Economia de então, chegaria no dia 13 de maio de 2009, mas afundou-se na quinta-feira santa anterior. Referências religiosas que servem para transmitir a trapalhada monumental...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Que saudades que o Sr. Deputado tinha de dizer “trapalhada”!

O Orador: ... que foi o facto de uma boa ideia não ter tido bons protagonistas para pô-la em prática.

Mas, pior do que isso, é preciso que os açorianos saibam que ao longo de 17 anos (diria 15 anos porque foi só a partir de 1998 que o Governo pretendeu implementar o transporte marítimo de passageiros) foram gastos mais de cento e trinta milhões de euros. Cento e trinta milhões de euros que se a boa ideia tivesse bons resultados seria um investimento, como a boa ideia foi trabalhada com os pés (como se costuma dizer, sem profissionalismo, com enorme amadorismo) foram cento e trinta milhões gastos. Não existe transporte *ferry* e por via disso não existe mercado interno.

Por isso eu disse logo no princípio para que é que o Governo Regional quer o transporte *ferry*?

Presidente: Sr. Deputado está a terminar o seu tempo, tem que fazer a pergunta.

O Orador: A pergunta é muito simples Sra. Presidente.

Para que é que o Governo quer o transporte *ferry*?

Se é para o mercado interno, se é para a região económica na versão do PS ou na versão do PSD, estamos todos de acordo, mas uma coisa é certa, é preciso que o Governo saiba que o mercado interno pode substituir, segundo um recente estudo da Universidade dos Açores pela Prof. Dra. Teresa Tiago, 60% das importações de produtos alimentares.

Se essa é uma aposta do Governo Regional que nas diversas linguagens é semelhante no mercado interno e na região económica, estamos todos de acordo, mas uma coisa é certa...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já.

... continuamos a importar salsa, continuamos a importar produtos que nascem nas nossas paredes, porque não temos mercado interno.

Deputado Francisco César (PS): Paredes? Disse paredes? Nas minhas paredes não dá salsa!

Deputado Luís Garcia (PSD): Não sabes cultivar salsa!

O Orador: A pergunta é: para quando vamos ter o transporte *ferry* em todas as ilhas? Para quando é que nós vamos ter o mercado interno a funcionar nos Açores?

Se essa é uma vossa aposta, essa também é uma nossa vontade.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Jorge Macedo, 17 anos. Há 17 anos, o senhor referiu.

Eu lembro-me bem o que é que o PSD defendia há 17 anos do transporte marítimo de passageiros.

Deputado Luís Garcia (PSD): Ora se se lembra!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Lembra, lembra!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor é que o defendia! Tenha decoro!

Deputado Luís Maurício (PSD): O senhor é que dizia isso há 17 anos!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos permitir que o Sr. Secretário continue.

O Orador: O Sr. Deputado se tiver memória recorda-se quem eram aqueles que defendiam o transporte marítimo de passageiros e que defendiam obras na marginal de Ponta Delgada, que depois veio a dar nas atuais Portas do Mar. Recorda-se disso Sr. Deputado?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Era o líder da JSD!

Deputado Manuel Pereira (PS): Havia outros!

O Orador: Certamente que se recorda.

O Governo dos Açores quer o transporte marítimo de passageiros e carga rodada para efetivamente desenvolver o mercado interno, para criar condições para que a economia da Região possa crescer dentro de si própria e potenciar, acima de tudo, o desenvolvimento económico de cada ilha.

É este o nosso grande objetivo. É este o caminho que estamos a seguir, é este que se enquadra na aquisição dos barcos de 40 metros que temos aqui na Horta e é nisso que se enquadra o objeto de aquisição de dois novos barcos para cobrir toda a Região, como já foi anunciado pelo Sr. Presidente do Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos continuar com as perguntas.

Entramos agora no objeto 3: **Estado da Rede Viária Regional nos Açores, situações urgentes de intervenção.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há mais de um ano que a estrada de acesso ao Caldeirão no troço que antecede a zona do Portão (o Sr. Secretário Vitor Fraga conhece tão bem como eu) logo à saída da Vila do Corvo, está parcialmente inutilizada.

De facto, há vários meses que só se utiliza uma parte da faixa.

Entretanto a situação tem vindo a degradar-se ao longo do inverno.

Existe uma clara preocupação de segurança em relação ao estado deste troço da via.

Do ponto de vista económico ela também é vital, uma vez que constitui o único acesso às pastagens.

Pergunta: está prevista uma intervenção de fundo que reabilite este troço da estrada em particular e eventualmente outras zonas desta estrada regional? Se sim, para quando Sr. Secretário?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes para responder.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão é verdade aquilo que disse, é uma situação que nos preocupa.

Como o Sr. Deputado também bem sabe já houve a deslocação ao Corvo de vários técnicos, nomeadamente do LREC para avaliar a situação, porque a solução técnica para resolver aquele desmoronamento que aconteceu não é fácil e está a ser desenvolvido um novo projeto que visa solucionar de uma forma definitiva.

Havia soluções temporários que se podiam implementar mas nada nos garantia que no curto prazo não voltasse a acontecer, não só na zona específica onde houve aquela derrocada, mas em toda a sua extensão.

Aquilo que se está a desenvolver é um projeto técnico com vista a encontrar uma solução definitiva para aquela zona da estrada de acesso ao Caldeirão.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A única coisa que lhe solicito é se pode adiantar uma data para o início desta intervenção que é muito necessária e em causa está a segurança das pessoas na Ilha do Corvo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vai dizer que é no segundo semestre de qualquer ano!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes para responder.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão aquilo que está previsto é que a obra arranque de forma a ser desenvolvida durante o verão.

Dadas as condições climatéricas o objetivo é que se execute aquela obra no decorrer do verão para garantir toda a segurança quer na própria execução da obra, quer na circulação que não poderá ser interrompida, dado que aquela é a única estrada de acesso à parte superior da ilha.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para uma pergunta tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à rede viária devo dizer que neste momento a estrada entre São Vicente Ferreira e Capelas encontra-se praticamente intransitável, oferecendo perigos constantes a todos quantos circulam naquela via (estamos a falar de toda a costa norte do concelho de Ponta Delgada).

Com as recentes condições climatéricas muitos automobilistas veem-se obrigados a circular fora de mão, para evitarem danos nas suas viaturas tal é o tamanho dos buracos na via, junto à berma, e conseqüentemente os acidentes por enquanto, em danos nas viaturas são frequentes, a qualquer momento os danos nas pessoas poderão acontecer.

A obra, segundo o Governo Regional, terá a duração de cerca de 45 dias.

Antes das eleições autárquicas, muitas foram as placas a anunciar a obra, com os funcionários da Direção da Obras Públicas a darem a entender que a obra tinha começado. Afinal era uma miragem.

Devo dizer, Sra. Presidente, Srs. Deputados que este Governo Regional está a agir por reação e não por responsabilidade de trabalho.

Parece que foi preciso haver uma sessão de perguntas para vir no jornal, aliás no *Açoriano Oriental* ...

Deputado Berto Messias (PS): O *Açoriano Oriental* é uma instituição séria!

O Orador: ... o Diretor Regional dizer que se iam iniciar as obras.

Parece que foi preciso haver muitas pessoas ao longo desses anos a reclamarem da condição do piso da estrada para o Governo Regional atuar.

Digo Sr. Secretário: há pessoas com danos nas viaturas, por exemplo.

O Governo vai indemnizar as viaturas que foram danificadas ao longo destes últimos anos naquela estrada?

Aquela estrada já está assim há mais de dois anos.

Antes das regionais já isso acontecia. Aliás o antigo Secretário Regional dos Transportes levou muitos anos a tentar reabilitar a zona da costa norte do concelho de Ponta Delgada e a estrada toda. Passaram-se 10 anos ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): 10 anos!

O Orador: ... para reabilitar as estradas da costa norte do concelho de Ponta Delgada e recentemente não reabilitou a principal zona de acesso à costa norte. São milhares de pessoas que passam ali naquela estrada diariamente e está por reabilitar.

Presidente: Sr. Deputado está a terminar o seu tempo, tem que formular a pergunta.

O Orador: A minha questão Sra. Presidente é muito simples: por que é que o Governo Regional parou depois das eleições autárquicas? Por que é que o Governo Regional construiu os lancis da estrada e começou com as obras antes das eleições autárquicas e parou ao longo desse tempo todo à espera precisamente dessa interpelação? É o que dá a entender, para o Governo Regional atuar é preciso que se façam interpelações ao Governo Regional.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): O senhor precisava dessa intensidade toda era na Assembleia Municipal!

O Orador: Parece que temos que fazer interpelações ao Governo Regional todos os meses para o Governo fazer obras e atuar.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, isso é uma pergunta para a Assembleia Municipal!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes para responder.

(*) Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Cláudio Almeida eu até percebo a sua intervenção, foi escrita antes de saber aquilo que tinha acontecido.

Posso dizer-lhe mais.

A adjudicação para a requalificação dessa estrada foi assinada no dia 7 de fevereiro. Portanto não tem a ver com o dia de hoje, foi assinado no dia 7 de fevereiro e a obra divide-se em duas fases, uma por adjudicação direta, feita pelos colaboradores da Secretaria Regional do Turismo e Transportes (a parte de drenagem).

Deputado Joaquim Machado (PSD): Há 1 ano e meio!

O Orador: A parte de pavimentação entrou numa empreitada que decorreu os seus trâmites normais com o processo de concurso como é habitual em todas elas.

A empreitada irá ter início num curto espaço de tempo.

Mas nisto é bom perceber que há muito trabalho que é feito na rede viária, por aqueles que estão todos os dias na rua a ver o que é que se passa, a resolver os problemas que surgem para que se possa ter uma rede viária em condições ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Há 10 anos que existe assim!

O Orador: ... cujo indicador de redução de sinistralidade é inequívoco e é essa a nossa aposta.

Sr. Deputado Cláudio Almeida, relativamente à questão que pôs o Governo nunca fugiu às suas responsabilidades em qualquer âmbito de atuação, não será neste que também fugirá.

Deputado José Contente (PS): O PSD está equivocado!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Está feito, não está? Olhe, o PSD ganhou em São Vidente!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu pensava que nesta casa toda a gente reconhecia o valor e o trabalho realizado pelos governos do PS,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Era o que faltava!

O Orador: ... sem precedentes, na reabilitação da nossa rede viária regional, onde se promoveu a reabilitação de mais de mil quilómetros de estradas regionais, cerca de 70% da rede total, através do correto e adequado aproveitamento dos vários quadros dos fundos estruturais europeus que permitiram a melhoria das condições de circulação de bens e pessoas com resultados essenciais para a redução da sinistralidade e para a melhoria das condições de segurança e conforto das pessoas.

Isto não é reação, mas sim ação.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O PS recebeu uma rede viária de estradas regionais em más condições e a precisar de grandes intervenções, quer ao nível do tipo e qualidade de piso de desgaste, como da sua sustentação e suporte.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): 17 anos, Sr. Deputado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E já estão a precisar de obras!

O Orador: Deste modo todos os trabalhos de contenção, reabilitação de pontes e aquedutos, construção de novos sistemas de drenagem, de colocação e adequação de sinalização, de todos os quilómetros pavimentados, são hoje um património dos Açores e um motivo de orgulho para os açorianos.

Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, na Carta de Obras Públicas, documento estratégico de planeamento das obras a realizar nesta legislatura, apresentam-se várias e inúmeras ações e procedimentos relacionadas com a reabilitação da rede viária regional, onde se pode depreender que este Governo pretende continuar o trabalho realizado.

Poderia dizer-nos o número de procedimentos e valor estimativo do investimento previsto para esta legislatura?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes para responder.

(*) Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado André Rodrigues, o Governo dos Açores tem uma preocupação permanente em garantir uma rede viária que garanta níveis de qualidade elevados, quer para todos os cidadãos, quer para todos aqueles que nos visitam.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quantos quilómetros faltam?

O Orador: Ao nível da Carta Regional de Obras Públicas e numa perspetiva de legislatura, temos previsto ao nível da requalificação da rede viária 63 procedimentos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quantos quilómetros?

O Orador: Para o ano de 2014 temos previsto um investimento superior a 5,5 milhões de euros, entre requalificação, conservação e intervenções diretas provenientes dos danos provocados pelas calamidades.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Os outros 25 vão para a Ferrovia!

O Orador: É claramente uma área em que nós atuamos, não é uma área só para construir estradas, não é uma área só para requalificar estradas, é uma área fundamental que intervém com a segurança, que intervém com a vida das pessoas.

A redução das taxas de sinistralidade na Região é bem demonstrativa da qualidade do investimento que tem sido feito ao longo dos anos pelo Governo dos Açores na rede viária da Região.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Julgo não haver mais inscrições para este ponto.

Vamos fazer um breve intervalo.

Regressamos às 11 horas e 45 minutos.

Eram 11 horas e 14 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 49 minutos.

Estávamos no debate com perguntas orais ao Governo Regional.

Vamos entrar no objeto n.º 4: **custo do transporte aéreo de passageiros com destino às ilhas de coesão.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu acredito numa Região sem centralismos.

Eu acredito numa Região em que é possível viajar entre ilhas mais pequenas, sem que estas ilhas sejam afetadas por custos de acessibilidade absolutamente inoportáveis.

Eu acredito numa Região em que todos os açorianos onde quer que vivam sejam iguais e tenham condições de vida, condições de deslocação semelhante. Não é isso que está a acontecer na nossa Região. Não é isso que está a acontecer nos Açores no âmbito das ligações aéreas e dou-vos um exemplo: eu tenho aqui na mão uma passagem aérea entre a Ilha do Corvo e a Ilha Graciosa. Esta viagem custou 277 euros.

Meus senhores, não acaba aqui a despesa de quem se quer deslocar de uma ilha de pequena dimensão para outra ilha de pequena dimensão (de uma ilha de coesão para outra ilha de coesão). Não acaba aqui. Como as ligações não permitem que essa ligação seja direta e seja efetuada no próprio dia, a este preço (277 euros) temos que acrescentar a estadia, a dormida (2, para cá e para lá), mais a alimentação.

Isto é um exemplo, há vários.

Quem se quer deslocar entre ilha pequenas tem uma despesa, à partida, de quase 300 euros no bilhete que tem que juntar mais a estadia no hotel ou na residencial, mais a alimentação. É absolutamente incomportável!

Não é esta uma região justa em que estas ilhas e a comunicação entre açorianos de ilhas mais pequenas, de mais reduzida dimensão fica impossibilitada na prática.

Portanto esta é uma questão que levanto e a questão que coloco ao Sr. Secretário Regional é: o que é que está a pensar fazer para resolver esta situação?

Esta situação tem que ser resolvida e de facto não podemos olhar apenas para as ligações entre as grandes ilhas ou as maiores ilhas com as mais pequenas, temos que pensar que os açorianos que vivem na Graciosa, em Santa Maria ou que vivem na Ilha S. Jorge também têm que comunicar uns com os outros e não podem ser esmagados por preços deste tipo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes para responder.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** (*Vítor Fraga*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, o Governo dos Açores tem vindo ao longo dos anos a desenvolver o transporte aéreo na Região, tentando dotar não só de fatores de qualidade elevada que hoje são reconhecidos por todos, mas também tornar esse transporte atrativo, nomeadamente na sua componente preço.

Como também é público está a decorrer um trabalho de revisão das obrigações de serviço público para o transporte aéreo inter-ilhas, que contempla algumas das suas preocupações.

Um dos objetivos da revisão das obrigações de serviço público para o transporte aéreo inter-ilhas passa por dentro daquilo que for possível reduzirmos o custo da acessibilidade.

Aquilo que o Sr. Deputado diz é verdade, há custos acrescidos na deslocação para algumas ilhas, ...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Finalmente assumem!

O Orador: ... no entanto é preciso perceber quais são os fluxos de tráfego que nós temos e qual é a predominância desses fluxos de tráfego.

A esse nível tem sido feito ao longo dos anos um trabalho meritório de grande empenhamento e com resultados visíveis que levaram à redução das tarifas aéreas nessas ligações.

Não se trata de dar prioridade nas ligações a ilhas de maior ou menor dimensão, trata-se sim de ter aqui fatores que beneficiam o maior número de pessoas, na perspetiva em que os fluxos de tráfego têm determinadas direccionalidades.

No âmbito da revisão das obrigações de serviço público aquilo que se pretende é atenuar toda esta situação e garantir o mais possível a conetividade entre todas as ilha da Região para evitar situações como a que referiu que para se deslocar de uma ilha para a outra implica a pernoita numa terceira ilha.

Portanto, este é um objetivo que nós estamos a trabalhar, é algo que nos preocupa, é algo que é um dos nossos objetivos, agora também temos que ter consciência que qualquer solução que se implemente está sempre condicionada aos meios que nós temos disponíveis ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não é serviço público!

O Orador: ... e às restrições operacionais que existem para uma operação ao nível do tráfego aéreo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Deduzo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão não vai voltar a usar da palavra.

Sendo assim tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PS desde a alguns anos a esta parte colocou no seu programa o desafio de fomentar a coesão entre todas as ilhas dos Açores.

Dada a nossa condição arquipelágica essa grande tarefa é difícil porque passa para além da coesão territorial, pela coesão social e económica.

O caminho começou com um investimento em infraestruturas e equipamentos, substituindo por vezes a iniciativa privada quando esta demonstrava incapacidade para avançar.

Depois veio a valorização do destino, dos produtos locais, os apoios à exportação, etc.

Reconhecemos que nos últimos anos foram dados passos importantes para garantir essa coesão nas ilhas dos Açores e que foram ganhos desafios representados neste permanente esforço.

Reconhecemos contudo também que muito ainda falta fazer.

É caso para dizermos que temos de ambicionar mais, mas não podemos esquecer que a coesão só se constrói com a participação de todos neste grande esforço.

Na acessibilidade aérea foram feitos grandes investimentos, ainda se prevê nesta legislatura novos investimentos para melhorar o desempenho dos nossos aeroportos.

No entanto, quando se fala em transporte aéreo o custo vem sempre na ordem do dia e a redução destas tarifas é um dos fatores importantes para a coesão, sobretudo para a coesão económica.

Pergunto ao Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes que esforço tem sido feito ao longo dos últimos anos no sentido de reduzir o custo do transporte aéreo de e para as ilhas de coesão?

Também gostaria de saber se é verdade que esse esforço tem sido feito mesmo à conta do aumento do custo com os combustíveis?

Por último Sr. Secretário gostaria de saber se está previsto nestas novas obrigações de serviço público novo ajustamento do preço nos bilhetes de e para as ilhas da coesão?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes para responder.

(*) Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Jose Ávila tem sido feito um esforço notório para se ter um transporte aéreo inter-ilhas competitivo ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o exemplo do Deputado Paulo Estêvão é notoriíssimo!

O Orador: ... e que vá ao encontro das necessidades e dos fluxos de passageiros que existem dentro da Região.

É evidente que há muito mais trabalho a fazer porque nós nunca estamos satisfeitos com aquilo que temos, queremos mais e é nessa perspetiva que estamos a trabalhar no âmbito da revisão das obrigações de serviço público.

Posso dizer-lhe que de 2008 até hoje houve uma redução real de 16% no custo das passagens aéreas no tráfego inter-ilhas e isto em claro contraciclo com o aumento no custo do combustível que teve um incremento no mesmo período superior a 30%. Isto é algo que é notório, são factos e que demonstra bem todo o esforço que tem sido efetuado ao nível de otimização e de redução dos custos operacionais que só assim garantem e possibilitam esta redução em termos de tarifas que em média se situou nos 16% ao nível das tarifas aéreas nas ligações inter-ilhas.

Portanto, aquilo que lhe posso responder é que efetivamente é um esforço que tem vindo a ser feito, é um esforço que continua a ser feito e continuará sempre a ser feito porque a nossa perspetiva é garantir melhores acessibilidades, maior acessibilidade e permitir que haja uma circulação dentro de toda a Região, dentro de todas as ilhas inclusive de e para as ilhas de coesão.

A este propósito também posso dizer-lhe que o ano passado o Governo dos Açores implementou uma medida de redução de 50% nas tarifas de produtos frescos de e para as ilhas de coesão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quanto é que gastam os ATPs?

O Orador: Esta medida levou a que beneficiassem 23 toneladas de produtos frescos ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): 23 toneladas? Isso quase que dava um avião!

O Orador: ... com origem e destino às ilhas de coesão. É este o caminho que nós temos vindo a fazer, é este o caminho que nós queremos continuar a fazer, é este o caminho que nós achamos que contribuirá ativamente para a coesão económica, social da Região.

É este o caminho que se perfila para os próximos tempos, nomeadamente com o processo de revisão de obrigações de serviço público.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:
Ao fim de 17 anos de exercício do poder no Governo Regional ...

Deputado André Bradford (PS): De oposição!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Foram 20! Já se esqueceram?!

Deputado Rogério Veiros (PS): Calma, os 17 anos ainda não acabaram!

O Orador: ... o PS chega a esta sessão plenária sem apresentar soluções relativamente ao objeto que estamos a discutir.

Sr. Deputado Paulo Estêvão permita-me que faça um reparo à sua questão.

O preço das passagens aéreas inter-ilhas nos Açores não é um problema apenas das ilhas de coesão, é um problema de todos os açorianos porque atrapalha a vida, o desenvolvimento e a mobilidade de todos os açorianos.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão deu um exemplo que é um verdadeiro roubo em termos do preço do custo de uma viagem inter-ilhas entre duas ilhas da coesão.

Eu tenho mais exemplos: eu fiz uma simulação, segunda-feira, de manhã ...

Deputado José Ávila (PS): É melhor confirmar com o Sr. Deputado Jorge Macedo!

O Orador: ... de vários exemplos de viagens, várias simulações. Em média as viagens mais barata, por exemplo, Graciosa/S. Jorge, 107,78€, ida e volta, tudo para residentes; Horta/S. Jorge, também aqui ao lado, 107,85€; Horta/Santa Maria, 109,81€; Flores/Graciosa, 153,85€ (tudo optando sempre pela modalidade mais barata disponível na SATA, depois posso fornecer cópias ao Sr. Secretário); de Ponta Delgada para a Horta que não são ilhas da coesão, 145,86€ (residentes); ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Um roubo!

O Orador: ... Sr. Secretário da sua terra Natal, do Corvo para Ponta Delgada, saindo na segunda-feira, comprando o bilhete na própria segunda-feira, portanto até se poderia dizer um bilhete *last minute*, 145,79€; ...

Deputado Francisco César (PS): Oh, Sr. Deputado!

O Orador: ... do Corvo para a Terceira, saindo segunda-feira, dia 10 de fevereiro de 2014 e regressando ao Corvo na quarta-feira, dia 12 de fevereiro,

207,72€ (preço de residente Sr. Secretário, saindo e comprando o bilhete na própria segunda-feira).

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é um roubo!

Presidente: Sr. Deputado, está a terminar o seu tempo, tem que formular a pergunta.

O Orador: Vou terminar Sra. Presidente.

A minha pergunta é muito simples Sr. Secretário: o desenvolvimento dos Açores não se pode fazer e nunca se fará sem haver mobilidade entre os açorianos e não pode haver mobilidade quando o Governo autoriza que se pratiquem estes preços.

O Sr. Secretário disse aí uma coisa em que se esqueceu de falar toda a verdade, é que o dinheiro que o Governo inscreve no orçamento regional para as viagens inter-ilhas foi reduzido.

Neste ano de 2014 o Governo Regional inscreve para as viagens aéreas inter-ilhas...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado,

O Orador: ... 19 milhões de euros, quando tinha inscrito nos últimos anos 21 milhões. Dezanove milhões de euros para o ano de 2014 para as viagens inter-ilhas, Sr. Secretário, é metade do que se gasta em 2014 com as rendas das PPP, ...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... na Região Autónoma dos Açores, que serão 36 milhões de euros. É essa a razão e justificação para o Governo Regional não permitir que as viagens inter-ilhas se possam fazer a preços aceitáveis para o desenvolvimento e mobilidade dos açorianos.

Sr. Secretário, quando é que o Governo terá coragem de implementar nos Açores...

Presidente: Tem mesmo de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... viagens aéreas inter-ilhas para os açorianos e também para quem nos visita de maneira a que os Açores possam ambicionar algum modelo de desenvolvimento.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes para responder.

(*) Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Bruto da costa, lamento que o Sr. Deputado Paulo Estêvão tenha estragado o seu trabalho de casa...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Acha?!

O Orador: ... porque aquilo que eu respondi ao Sr. Deputado Paulo Estêvão é precisamente a resposta à sua questão.

O Governo dos Açores tem vindo a fazer ao longo dos anos um trabalho meritório para a redução do transporte aéreo.

Se me perguntar se nós estamos satisfeitos com as tarifas que temos atualmente, se não ambicionamos ter tarifas mais competitivas?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem diria!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já têm essa ambição há 17 anos!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Trabalhar sem sucesso não vale a pena, Sr. Secretário!

O Orador: Isso aí eu respondo-lhe e respondo que não estamos satisfeitos e estamos a trabalhar para a sua redução.

Agora há aqui questões e os Srs. Deputados têm que perceber que nós vivemos numa região com nove ilhas ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pensei que o Governo tinha percebido isso!

O Orador: ... e que o transporte aéreo não é barato. O transporte aéreo custa dinheiro e é necessário ter um modelo que seja equilibrado ao nível do custo da acessibilidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então por que é que reduziu o orçamento?

O Orador: Posso dizer-lhe mais Sr. Deputado: com a nova frota da SATA houve uma redução em termos do número de voos de 7% e houve uma redução em termos de horas voadas de 12%. Isso é tornar as coisas mais eficientes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é não, é criar dificuldades às pessoas!

O Orador: Não é criar dificuldades às pessoas porque nós temos que perceber uma coisa: nós temos que ter níveis de serviço adequados à procura...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): No serviço público não é a procura que manda!

O Orador: ... e a procura que nós temos hoje é satisfeita pela oferta que temos. Atualmente os níveis de ocupação que nós temos, as obrigações de serviço público são cumpridas na íntegra e o serviço que nós temos hoje tem uma taxa de ocupação de 60%, cresceu cerca de seis pontos percentuais, face a 2008.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Foi à custa da comissão de voo!

O Orador: É necessário criar eficiência, é necessário otimizar rotas, é necessário ter a perfeita consciência dos fluxos de passageiros que nós temos de e para cada ilha.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É necessário dar mobilidade aos açorianos, Sr. Secretário!

O Orador: É esse trabalho que está a ser feito, é esse trabalho que irá ser refletido nas novas obrigações de serviço público.

Um dos nossos objetivos é baixar o custo da acessibilidade que nós entendemos, claramente, a importância que ele tem para o desenvolvimento da Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por isso é que inscreveram menos no orçamento. Por que é que reduziram as indemnizações compensatórias?!

O Orador: Agora, temos que ter consciência daquilo que nós desejamos e aquilo que nós podemos fazer e que é possível executar.

É esse trabalho que está permanentemente a ser feito porque assim não fosse, não teríamos tido uma redução de 16% nas tarifas do transporte aéreo inter-ilhas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pelos vistos já tinha a resposta preparada porque esqueceu-se da parte dos 19 milhões!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Francisco César (PS): Não se esqueça de falar da rota do Funchal!

O Orador: Sr. Deputado Francisco César muito obrigado por me lembrar, não ia falar da rota do Funchal, mas já que me lembra vou fazer-lhe a vontade com muito gosto.

Sr. Secretário que estranho conceito de serviço público tem V. Exa. e o governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Então o serviço público para o Governo Regional dos Açores é uma questão de mercado?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exatamente!

O Orador: O serviço público para o Governo Regional dos Açores é uma questão de mercado? É uma questão de dinheiros? É uma questão de números? É uma questão de ser maior ou ser menor.

É verdadeiramente vergonhoso aquilo que o senhor acabou de dizer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: É um atentado à coesão açoriana. É um atentado para o desenvolvimento que se quer para os Açores.

O serviço público de transporte aéreo obedece a critérios de mercado. Isto merece o nosso inteiro repúdio. Repudiamos essa afirmação e esse conceito que o Governo tem.

Quem ainda não percebeu que os Açores são nove ilhas, foi o Governo Regional dos Açores.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, pelo amor de Deus!

O Orador: Os senhores é que ainda não perceberam que os Açores são nove ilhas.

Vou dar-lhe mais um exemplo, a sugestão do Sr. Deputado Francisco César.

Quando a SATA fazia a ligação Ponta Delgada/Funchal, em avião a jato, tinha um preço. Agora a SATA faz a mesma ligação, em turboélice, 47% mais eficiente em termos de combustível, e em termos de tripulação 60% mais barato, como o Sr. Secretário sabe melhor do que eu, o que acontece é que o preço da passagem é exatamente o mesmo.

Isto configura um roubo aos açorianos, meter a mão no bolso aos açorianos por parte do Governo Regional, quando tinha condições de praticar uma tarifa mais barata porque tinha menos tripulação, menos combustível, menos custos de operação, os senhores cobram exatamente a mesma coisa,...

Presidente: Sr. Deputado, relembro apenas que estamos a falar do transporte aéreo para as ilhas da coesão.

O Orador: Sra. Presidente, já falámos de muita coisa aqui hoje.

Deputado José Ávila (PS): Que falta de respeito!

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Deputado está descontrolado esta semana!

O Orador: Eu estou a falar de transporte aéreo e vou terminar acabando de fazer o meu enquadramento e chegando à pergunta das ilhas da coesão.

Presidente: Pode continuar Sr. Deputado.

O Orador: Vou continuar o meu enquadramento fazendo da mesma maneira que toda a gente aqui o fez.

O que acontece é que os senhores ainda não perceberam que são nove ilhas os Açores e por exemplo um corvino, ou um florentino, ou um graciosense, ou um jorgense, querendo ir ao Funchal gasta 50% mais do que um habitante de Ponta Delgada.

Deputado Francisco César (PS): De São Miguel!

O Orador: De S. Miguel.

Isso é que não é aceitável numa rota de serviço público.

Os senhores andam a receber subsídios estatais (isso é denunciado aqui, é uma denúncia que eu aqui faço) e não estão a cumprir serviço público na ligação Açores/Funchal.

Os senhores não servem os açorianos! Nem sequer na igualdade. Não servem mesmo.

Um corvino, por exemplo, saindo na sexta-feira, do Corvo se quiser ir agora na próxima sexta-feira ao Funchal, sabe quando é que pode regressar a casa? Na quarta-feira seguinte. Na quarta-feira seguinte!

Chegar a casa, ir no mesmo dia, não consegue. Nenhum açoriano que resida fora de S. Miguel...

Presidente: Agradeço que termine Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar. Sra. Presidente.

O Orador: ... consegue ir e vir ao Funchal na sua companhia, na Sata Air Açores ou na Sata Internacional, não consegue sair e chegar no mesmo dia, mas se for por Lisboa na TAP, por exemplo, já consegue chegar no mesmo dia à Horta e à Terceira.

Isso é uma vergonha e envergonha os senhores que não servem os açorianos e recebem muito subsídio para isso e sobretudo ...

Presidente: Sr. Deputado tem que formular a sua pergunta.

O Orador: ... o orçamento desta Região para financiar uma empresa e um Governo que não trata os açorianos todos por igual.

Presidente: Sr. Deputado tem que formular a pergunta.

O Orador: A pergunta é como é que vai resolver o assunto?

(Risos dos Deputados da bancada do PS e do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A pergunta é subentendida! Isto é uma vergonha!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes para responder.

(*) Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar Sr. Deputado Artur Lima adequar as obrigações de serviço público à procura é a nossa obrigação.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Nós não estamos cá para esbanjar dinheiros públicos nem para onerar os cidadãos com caprichos, de criar rotas e criar circuitos que não têm qualquer viabilidade económica.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Em relação à rota Ponta Delgada/Funchal, como o Sr. Deputado Artur Lima, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): É uma referência ao bar aberto, provavelmente!

O Orador: ... sabe é uma rota que está englobada nas obrigações de serviço público de acessibilidade ao continente e à Região Autónoma da Madeira.

A Região não coloca qualquer verba do orçamento da Região para a realização desta rota e o subsídio que a companhia recebe é o subsídio que está estipulado nas obrigações de serviço público, que é um valor consoante o número de passageiros que transporta.

A nossa preocupação como já tive oportunidade de dizer e o trabalho que estamos a desenvolver é para termos um sistema de transporte aéreo eficiente, um sistema de transporte aéreo que corresponda às efetivas necessidades dos açorianos, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O sistema de transporte aéreo nos Açores é uma vergonha!

O Orador: ... um sistema de transporte aéreo que tendencialmente possa ser mais económico, mais barato para os cidadãos, mas acima de tudo um sistema de transporte aéreo que seja seguro, que tenha regularidade, que tenha pontualidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mais uma interpelação no próximo plenário sobre isso!

O Orador: É isto que nós pretendemos, porque aquilo que se pretende, sempre no fim da linha é prestar um serviço de excelência a todos aqueles que usufruem dos serviços que disponibilizamos.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso! Isso é uma afirmação sem fundamento que está a fazer! Os senhores discriminam os açorianos!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa não tem mais inscrições para este ponto.

Vamos avançar para o 5º. objeto: **Condicionais e insuficiências existentes no âmbito das ligações aéreas entre as ilhas de coesão e Lisboa.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Ilha do Corvo possui três ligações aéreas semanais com o exterior: às segundas, às quartas e às sextas-feiras.

A ligação de sexta-feira deixou de permitir a ligação entre Lisboa e o Corvo.

Quem se quer deslocar à Ilha do Corvo no fim-de-semana tem de sair de Lisboa na quinta-feira anterior.

Isto acarreta vários inconvenientes, nomeadamente a perda de dias de trabalho e um acréscimo ao custo da viagem que passou a somar as despesas relacionadas com a dormida e a alimentação numa outra ilha que serve de escala.

Pergunta: está o Governo disponível para alterar esta situação, restabelecendo a ligação direta entre Lisboa e a Ilha do Corvo?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes para responder.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu pressuponho que aquilo que está a dizer não é criar uma ligação direta entre Lisboa e o Corvo, que como sabe não há

condições operacionais para o fazer. É garantir que haja sim ligações disponíveis para que as pessoas possam sair de Lisboa e chegar ao Corvo no mesmo dia.

Isso não será possível para todos os voos.

Agora, aquilo que nós estamos a fazer é trabalhar para que no âmbito da revisão das obrigações de serviço de público no transporte aérea inter-ilhas, essa conectividade seja devidamente assegurada, não só para o Corvo, mas para todas as ilhas da Região. Possibilitar que as pessoas possam sair e entrar na sua ilha durante um período aceitável que será no próprio dia em que iniciam a deslocação.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para a réplica tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Percebeu-se perfeitamente que quando falo em ligação, falo na ligação no próprio dia entre a Ilha do Corvo e Lisboa.

Agora, a questão aqui é a seguinte e já foi assim. Há aqui uma regressão em relação às condições que existiam nesta ligação aérea e isto acarreta um conjunto de despesas acrescidas para os corvinos e muitas vezes até impossibilita na medida em que têm que perder a sexta e uma parte da quinta-feira em termos de dias de trabalho.

Portanto, eu considero que este é o tipo de situação que depois não pode estar o Governo Regional a chorar que há desertificação nas ilhas mais pequenas, quando é criado este tipo de situação e quando aqui nesta situação, de forma específica, existe uma regressão, porque já existia a possibilidade de estabelecer a ligação no mesmo dia entre Lisboa e a Ilha do Corvo. Essa situação que existia deixou de existir, portanto há uma regressão do ponto de vista desta situação com este Governo Regional, de forma específica, porque com o anterior Governo Regional esta ligação era possível.

Portanto, a pergunta é se de facto o Governo assume aqui que esta situação será alterada?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes para responder.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** (*Vítor Fraga*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, como eu lhe disse o nosso objetivo e no âmbito da revisão das obrigação de serviço público, é conseguir que haja essas ligações para todas as ilhas, não especificamente para o Corvo, mas para todas as ilhas. Isto sempre dentro daquilo que são os parâmetros operacionais possíveis e desde que operacionalmente essa operação seja viável, não há razão nenhuma para que ela não aconteça, antes pelo contrário. Um dos nossos objetivos é precisamente garantir maior mobilidade, maiores acessibilidades a todos os açorianos.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Isso não é verdade!

O Orador: ... dentro daquilo que é operacionalmente o possível. Tudo aquilo que tivermos que fazer, em termos de correções para que essa situação seja concretizada, iremos fazê-lo naturalmente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes.

(*) **Deputado Iasalde Nunes** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Ilha do Corvo neste momento e desde que está a operar o DASH 200, tem melhorado, em muito, a qualidade e a operacionalidade do serviço de transporte de passageiros e cargas e a sua periodicidade.

Raramente os voos são cancelados para o Corvo, contrariando a tendência dos anos passados: temos mais ligações, temos mais voos, principalmente na época alta.

Sabemos que em ilhas pequenas como Corvo, por vezes, eu próprio sou testemunha, os voos especialmente de inverno, são preenchidos com 4 ou 5 passageiros.

No entanto o Governo Regional sempre foi perentório na defesa da igualdade e da coesão de todas as ilhas e de todos os açorianos, sejam eles do Corvo ou de S. Miguel.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: No entanto a segurança dos passageiros é algo que preocupa o Governo Regional e sei que está prevista a instalação de sistemas de segurança no aeródromo do Corvo.

Deste modo, a pergunta que faço ao Sr. Secretário é a seguinte: para quando a instalação desses sistemas de segurança?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes para responder.

(*) Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A questão colocada muito objetivamente enquadra-se, claramente, no processo de requalificação da aerogare do Corvo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O que é que isso tem a ver com segurança?

O Orador: A informação de que disponho é que o processo de adjudicação da obra será até o final deste mês e que todo o processo de implementação dos instrumentos para garantir o rastreio de bagagem na aerogare serão implementados em simultâneo, dotando o aeródromo do Corvo das condições normais para que se possa fazer o embarque e desembarque de passageiros, através do respetivo aeródromo.

Portanto é uma situação que está a decorrer. Houve efetivamente um atraso na sua implementação por via de licenças que são necessárias junto do INAC e a partir daqui o processo está a decorrer, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Gostava de saber o que é que isto tem a ver com a deslocação a Lisboa?

A pergunta que foi feita devia ter sido no ponto antes, Sra. Presidente!

O Orador: ... portanto o concurso já foi lançado, já está em processo de desenvolvimento e prevê-se que a empreitada seja adjudicada até ao final do corrente mês.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu estou inscrito!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os condicionalismos impostos às ilhas de coesão, no âmbito das ligações a Lisboa são grandes e resultam essencialmente da incapacidade de coordenação dos horários da Sata Air Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: As ilhas que não têm *gateway* além de pagarem mais taxas de aeroporto ficam condicionadas a chegar a Lisboa tarde e a más horas, o que leva a que os passageiros percam um dia completo de viagem.

Nos dias de hoje o tempo é dinheiro e é para todos, inclusive para os habitantes das ilhas de coesão.

Preocupa-nos as famílias das ilhas de coesão que têm filhos a estudar no continente e que têm que pagar custos de pernoita porque quem faz os horários esquece-se que há pessoas que só terão possibilidades de chegar a Lisboa à meia noite e já não têm ligações para as cidades onde estudam, como é o caso concreto dos estudantes que vão para Coimbra, para Aveiro ou para o Porto.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Obrigam-nos a pernoitar em Lisboa, Ponta Delgada ou Terceira uma noite, mais o custo acrescido e é lamentável que se aumente o número de dormidas à custa das famílias e dos estudantes das ilhas de coesão.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Preocupa-nos também os doentes e idosos que têm que se deslocar a Lisboa e têm de passar um dia inteiro nos aeroportos à espera da viagem para lá

chegar à meia noite. Enregelados e com fome. Sim, porque os doentes e idoso não têm acesso ao *lounge* da Sata com bolachinhas e chá gratuitos.

Deputados João Bruto da Costa e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Se quiserem comer têm de pagar e têm de suportar o clima inóspito dos nossos aeroportos, que de confortáveis têm pouco, enquanto há passageiros das ilhas onde têm *gateway* que chegam confortavelmente a Lisboa à hora de almoço.

O voo para o Porto, na sua maioria, só serve as ilhas que têm *gateway* por falta de ligação às outras ilhas em tempo útil.

Ora, se as ilhas de coesão deveriam ter algum benefício, pelo contrário, têm custos acrescidos. Custos acrescidos não por culpa da República, como tão lealmente o Governo apregoa, mas por falta de ligações internas que é da responsabilidade do Governo açoriano.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Depois de 17 anos de governação socialista ainda não conseguem publicar horários atempadamente.

Há cerca de duas semanas ainda não havia os horários totalmente publicados para o mês de abril e para a época alta. Quem quisesse ir para S. Jorge à terça-feira não tinha ligação direta de Lisboa no mesmo dia.

Depois de várias reclamações finalmente colocaram lá os voos, o que acontece é que durante esse período houve turistas que cancelaram as suas viagens, alteraram as suas rotas, quando na realidade tudo seria desnecessário se os voos estivessem publicados a tempo e horas e não andassem neste místico de aparece e desaparece consoante os interesses e as conveniências.

Presidente: Sr. Deputado está a terminar o seu tempo.

Agradeço que formule a questão.

O Orador: Já vou terminar Sra. Presidente.

A ideia que os turistas ficam é que isto não é uma “república das bananas”, mas é uma “república de hortênsias”, no mínimo.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: A questão é: quando é que este Governo vai ser capaz de apresentar horários atempadamente com ligações a S. Jorge e às restantes ilhas de coesão, em igualdade e justiça semelhante às ilhas que não o são?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes para responder.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Pedroso, há constrangimentos operacionais que nós sabemos que existem. Nós sabemos que existem!

E tanto existem que já tive oportunidade aqui de dizer, que estamos a trabalhar

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Há 17 anos!

O Orador: ... no âmbito da revisão das obrigações de serviço público, para que esses constrangimentos sejam minimizados.

Também como é do conhecimento público existe um plano integrado de transportes que contempla a conjugação dos vários meios, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Onde é que ele está?

O Orador: ... para possibilitar efetivamente que as pessoas tenham mais mobilidade e possam cumprir determinados percursos, chegando ao seu destino final, usando vários instrumentos que estão ao seu dispor para garantir que o seu objetivo final, que é de chegar a uma determinada ilha num determinado dia, possa ser cumprido.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quando é que revela esse segredo? É amanhã?

O Orador: Em relação à questão concreta, o Sr. Deputado sabe tão bem quanto eu que não cabe ao Governo dos Açores publicar os horários. Existe uma companhia aérea que os publica, existem companhias de transporte marítimo que é que os publica, não é o Governo dos Açores.

É evidente que nós damos indicações e o nosso objetivo é que os horários estejam disponíveis o mais rápido possível para evitar qualquer tipo de constrangimento.

Mas há outra coisa que me satisfaz Sr. Deputado, é que hoje o Sr. Deputado já disse que os turistas não conseguiam chegar no tempo que queriam, já não diz que não há turistas.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): O que não significa que o número de turistas não desceu!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pergunto-lhe quais são as condições de operacionalidade de segurança do aeródromo do Corvo, instaladas no aeródromo e se estão previstas melhorias para a operação de melhoria da segurança do aeródromo do Corvo nomeadamente ao nível da navegação aérea?

Quais os instrumentos que estão instalados? Quais os que estão previstos instalar de maneira a melhorar a acessibilidade à Ilha do Corvo em condições atmosféricas adversas?

Quais as limitações que tem o DASH 200 para operar no aeródromo do Corvo?

Em que condições pode a aviação, em termos do número de passageiros, de carga, os condicionalismos da pista, quais os condicionalismos que levam à operação do DASH 200 no Corvo?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes para responder.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima o aeródromo do Corvo atualmente cumpre com aquilo que é exigido pelo INAC, embora seja numa fase transitória.

Como tive oportunidade de dizer existe um conjunto de obras que vão ser adjudicadas até ao final deste mês no sentido de criar outras condições, nomeadamente ao nível da registrabilidade de bagagem dos passageiros que é o único aspeto que está pendente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas vão criar condições!

O Orador: Em termos de equipamentos que serão alocados ao Corvo para operação, neste momento existem já equipamentos para ajudar em termos de radio navegação e todos os equipamentos que estão alocados à torre de controlo, serão instalados dentro dos *timings* indicados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais?

O Orador: Se quiser uma relação de todos os equipamentos que serão instalados no aeródromo do Corvo eu não tenho neste momento em minha posse, mas poderei fazer-lhe chegar com todo o gosto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agradeço! Sr. Secretário, fico à espera.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa não tem mais inscrições para este objeto, vamos então avançar para o objeto 6: **condições de carga, descarga e armazenamento de mercadorias em alguns portos dos Açores**

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A descarga de mercadorias no Porto da Casa, na Ilha do Corvo, não está a ser realizada nas melhores condições de segurança.

Amontoa-se a mercadoria e a população num cenário caótico.

Para além disso esta situação cria vários inconvenientes aos particulares e às diversas instituições, uma vez que é necessário parar toda a atividade que se esteja a realizar para acudir ao desembarque de mercadorias ou então providenciar a deslocação de funcionários fora do horário laboral.

São muitos os inconvenientes de segurança e de funcionamento que resultam desta situação.

Pergunta: em tempos o Sr. Secretário Regional, Vítor Fraga, propôs a criação de um armazém, justamente para armazenar as mercadorias desembarcadas.

Mantém essa intenção? Se sim para quando está prevista a sua concretização?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes para responder.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** (*Vítor Fraga*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tal como já tive oportunidade de dizer e como referiu está previsto no âmbito da ampliação do Porto da Casa que o projeto incorpore também uma área a ser construída para que se possa ter um serviço de logística para a Ilha do Corvo adequado.

Todos nós sabemos os condicionalismos que existem hoje, sabemos em que condições é que a carga e descarga é efetuada e como é que é feita a distribuição de mercadorias no Corvo.

Não é uma situação que nós queiramos que se prolongue no tempo porque achamos que é um serviço que tem que ter qualidade e com as condições atuais essa qualidade não está garantida.

Assim, no âmbito do processo de ampliação do Porto da Casa, será incorporado também o projeto de criar um espaço específico para que toda a área de logística possa ser concentrada e possa desenvolver-se um serviço de qualidade ao nível da entrega e da recolha de mercadorias para sair e entrar na ilha.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão para a réplica tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Presumo então que essa construção será feita, como acabou de responder, apenas no âmbito da reparação do aumento do cais do Porto da Casa.

Nestes dois anos, até à concretização desta obra tem alguma solução?

A questão é esta: é uma questão de falta de segurança evidente como já pude testemunhar, porque as pessoas vão receber as suas mercadorias e aquela operação de desembarque acarreta riscos para um tão grande número de pessoas presente naquele momento do desembarque.

Portanto, eu considero que esta situação é uma situação urgente porque pode, a qualquer momento, suceder um acidente grave.

Eu considero que nós devemos criar uma situação provisória, o Governo Regional deve criar uma situação provisória até que esteja pronta essa solução definitiva, que tudo aponta que estará pronta apenas em 2015, 2016, por essa altura. Não antes.

Considero que neste ano, não vamos ser pessimistas, neste período, nestes 12 meses que faltam para a concretização dessa obra, deve ser criada uma solução provisória.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes.

(*) Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, isto é uma situação que nos preocupa, naturalmente, e estamos a tentar encontrar soluções que levam a uma solução transitória.

Deparamo-nos com uma dificuldade operacional que tem a ver com uma viatura com capacidade para poder transportar a carga de e para o porto, sendo que em termos de infraestrutura física para armazenamento as que existem não têm as melhores condições mas é algo que nós estamos a trabalhar para tentar encontrar uma solução transitória, principalmente enquanto a obra estiver a decorrer porque aí as condições de operação no porto ainda serão menores, pelos condicionalismos provocados pela própria obra.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O porto comercial em S. Roque do Pico e o porto da Madalena são as duas principais acessibilidades marítimas da Ilha do Pico.

Uma delas, o porto da Madalena, está a ser alvo de uma intervenção mas a empreitada respetiva pauta-se já por um atraso de cerca de um ano e meio.

Sr. Secretário, aproveito esta oportunidade para lhe perguntar que tipo de responsabilidades estão a ser apuradas e cometidas, nomeadamente ao consórcio que executa esta obra?

O atraso desta obra prejudica e representa um prejuízo para a Ilha do Pico.

A outra importante acessibilidade referida, que é o porto comercial em S. Roque do Pico, sendo um dos portos com maior fluxo de carga na RAA, é uma estrutura fundamental à ilha e fundamental à sua economia e que muitas vezes tem prejudicado a economia da ilha, atentas as restrições de operacionalidade que esta mesma estrutura portuária oferece.

Pergunto-lhe Sr. Secretário, quando podem os picoenses contar com a execução do tão discutido, reclamado, prometido e adiado ordenamento do porto comercial em S. Roque do Pico?

Este porto de cargas e mercadorias é também de passageiros e a confusão e indisciplina que ali acontece todos os dias é mais próxima de um país do terceiro mundo do que de uma região civilizada.

Há quase dois anos atrás, em abril de 2012, é verdade que estávamos em ano de eleições regionais, o então Secretário da Economia, hoje Presidente do Governo Regional dos Açores, Dr. Vasco Cordeiro, fazia em S. Roque do Pico a apresentação do projeto de ordenamento do porto comercial em S. Roque no valor de 40 milhões de euros.

De lá até hoje pouco ou nada se sabe sobre o que vai acontecer e quando vai acontecer.

O ordenamento do porto comercial do Pico tem de ser uma prioridade deste Governo.

É premente que se faça de forma definitiva e efetiva a separação da operacionalidade destes dois serviços: cargas e passageiros.

Sr. Secretário sobre esta matéria quando vai na realidade acontecer aquilo que já devia ter acontecido há muitos anos?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes.

(*) Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A segregação entre o transporte de mercadorias e o transporte de passageiros é algo que já foi anunciado como sendo um dos objetivos a cumprir, nomeadamente no porto de S. Roque.

O Sr. Deputado Cláudio Lopes como bem se recorda, também foi dito que existiu um projeto que quando se fez os testes em modelo reduzido denotou algumas fragilidades que inviabilizavam a sua construção

Está a ser neste momento desenvolvido um novo projeto que será devidamente apresentado publicamente quando tiver condições para tal, em que estão a ser feitos os ensaios para verificar se a solução se enquadra ou não, porque também como sabe em termos de construção naquela zona não é um processo fácil. É uma zona que tem características próprias, em que temos que ter uma solução que seja sólida, uma solução que nos dê garantias de futuro, porque aquilo que pretendemos é ter um transporte marítimo de passageiros seguro e eficiente.

Portanto, a infraestrutura a criar terá que garantir todos estes parâmetros no sentido de termos um serviço de qualidade e que sirva efetivamente os interesses tanto do Pico, como da Região no global.

Em relação à questão que colocou relativamente à Madalena, a empresa Portos dos Açores atuará dentro daquilo que é legal em todos os incumprimentos que venham a acontecer por parte do empreiteiro.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Parte da minha pergunta já foi respondida pelo Sr. Secretário.

No passado mês de novembro foi aprovado esta Casa um Plano que em muito vem valorizar a Ilha do Corvo, de tal ordem importante que até foi apelidado de plano histórico para a Ilha do Corvo, pelo Sr. Deputado do PPM.

Este Plano que teve um aumento de cerca de 1.3 milhões de euros em relação a 2012 contempla 400 mil euros para o projeto do Porto da Casa.

Esta obra faz parte da Carta Regional de Obras Públicas e prevê-se o seu início em 2015 e em muito dignifica a nossa ilha.

O Sr. Secretário de Turismo e Transporte na reunião de Conselho de Ilha, aquando da visita do Governo Regional ao Corvo, anunciou a construção de um armazém de receção e distribuição de mercadorias, mas que não fazia sentido a sua construção sem que a obra do Porto da Casa fosse iniciada, o que faz todo o sentido e que este armazém seria enquadrado na obra em 2015.

Este armazém de receção e distribuição de mercadorias é de extrema importância para o correto manuseamento e distribuição das mesmas, melhorando toda a atividade portuária de cargas e descargas.

Deste modo a pergunta que faço ao Sr. Secretário é a seguinte: os 400 mil euros do projeto do Porto da Casa contemplam a construção desta infraestrutura ou terá de haver um reforço?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vá lá, diga uma coisa que o Sr. Deputado não saiba!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está a trabalhar!

Deputado Jorge Macedo (PSD): O Governo já tem 17 anos!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas está a trabalhar!

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** (*Vítor Fraga*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima efetivamente desta vez eu não tenho nada para dizer que não tenha já dito.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Aquilo que tenho para dizer ao Sr. Deputado Iasalde é que o projeto que nós temos para o porto do Corvo contempla a criação de uma infraestrutura para termos um serviço de logística adequado dentro de parâmetros de qualidade que possam servir de uma forma eficiente toda a população do Corvo, não só numa perspetiva de importação, mas também e sobretudo, numa perspetiva de exportação. Criar condições para que o Corvo possa também desenvolver em termos económicos a sua capacidade produtiva e possa contribuir para as exportações da ilha com uma infraestrutura que seja adequada e eficiente para toda a logística e para toda a mercadoria.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Esperemos que não levem mais 17 anos!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Para este ponto não há mais inscrições.

Vamos avançar para outra área de intervenção e dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão para elaborar uma pergunta referente à **adequação das infraestruturas escolares açorianas às necessidades curriculares das escolas.**

Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira possui oito salas de aula, três delas de carácter específico, a dimensão adequada para uma escola básica com sete turmas.

A criação do ensino secundário aumentou o número de turmas potenciais para um intervalo que podemos estabelecer entre as dez e as treze, ou seja a curto prazo deixará de existir capacidade de resposta.

Pergunta: prevê o Governo Regional realizar algum tipo de intervenção no edifício de forma a aumentar o número de salas de aula disponíveis?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

Tem cinco minutos.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura** (*Luiz Fagundes Duarte*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão a Escola Mouzinho da Silveira, tendo em conta a atual população estudantil da Ilha do Corvo, reúne todas as condições para um bom funcionamento no que diz respeito a salas, a instalações.

Quando o Sr. Deputado coloca a questão, que é de certa maneira uma questão teórica tendo em conta um eventual aumento da população estudantil, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E as previsões demográficas!

O Orador: ... pois nessa altura se verá.

Neste momento o número de salas que existe são salas pequenas, obviamente, adaptadas à dimensão das turmas da Escola Mouzinho da Silveira, mas neste momento as necessidades estão satisfeitas de acordo com as informações que tenho.

Se for necessária alguma intervenção, tendo em conta como referiu o aumento da população estudantil da escola, na sequência do alargamento da escolaridade obrigatória ao 12º. ano, o Governo, naturalmente, tomará as medidas que forem necessárias para que os alunos do Corvo, tal como das restantes ilhas, tenham todas as condições para prosseguirem o seu percurso académico.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu penso que o Sr. Secretário deu uma resposta que demonstra que não está nada planificado e isso é grave.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Gravíssimo!

O Orador: A questão é muito racional.

A escola estava preparada para ter até ao 9º. ano, tinha duas turmas do 1º. ciclo e depois uma turma no 5º. 6º., 7º., 8º. e 9º.

Não há aqui uma hipótese de vir a ter mais turmas, é um facto, porque passa a ter uma turma de 10º., 11º. e 12º. São mais três. Mas como podem escolher duas áreas em vez de três podem ter seis turmas.

As salas são pequenas mas também não vamos ter turmas na mesma sala a ter aulas diferentes (matemática e história ou geografia e português).

Portanto, é evidente que vamos precisar de mais espaços de sala de aula. Isto parece-me absolutamente racional.

A questão não tem a ver com o número de alunos, isso vai acontecer porque já podem frequentar o 10º., 11º. e 12º., mas são necessárias, na pior das hipóteses mais três salas, na pior das hipóteses mais seis (não é na pior é na melhor, porque quer dizer que há oferta educativa que este Governo implementou e muito bem, em boa hora fez essa justiça no Corvo, que se deve também à intervenção do Sr. Presidente do Governo Regional).

Mas há aqui uma questão evidente, é que nós temos a possibilidade de ter mais seis turmas e as salas já estão todas ocupadas. O que é que vamos fazer? É uma questão absolutamente racional. É altamente previsível que estas salas serão necessárias, por isso é que eu considero que o governo deve começar a planificar uma intervenção para aumentar o número de salas. Eu não vejo outra solução.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ou por exemplo alterar o horário de funcionamento da escola!

O Orador: Como é que a escola vai funcionar com cinco espaços (porque os outros são três específicos) com treze turmas? É impossível!

Portanto, a pergunta que lhe faço é se prevê, se já planificou o aumento do número de salas, porque são absolutamente necessárias?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Essa decisão será tomada de uma maneira articulada com o conselho executivo da escola. O conselho executivo da escola tem condições e meios para apresentar a sua proposta ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Sr. Deputado também tem!

O Orador: ... e as suas preocupações nessa matéria e a Direção Regional da Educação dará a resposta adequada.

Portanto, logo que a escola apresente a sua previsão e a sua proposta, essa proposta será devidamente estudada e a resposta será dada em tempo útil.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas o deputado também pode fazer uma proposta!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tenho inscrita a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O encerramento de escolas com ensino pré-escolar e 1.º ciclo, obrigando crianças de três anos a fazer mais de dez quilómetros por dia, desenraizando-as das suas freguesias, tirando-as das suas famílias e colocando-as em ambientes hostis, sempre foi afirmado pelo CDS-PP que representava um retrocesso civilizacional.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não acredito!

A Oradora: Em nome de uma modernidade mandaram-se construir escolas megalómanas, onde se gastaram milhões.

A pergunta que eu lhe coloco Sr. Secretário é como é que justifica que em nome dessa modernidade, desse bem estar das nossas crianças, se justifique que quando se vai fazer uma avaliação ao funcionamento dos edifícios dessas escolas, em termos de higiene e segurança, 50% dos edifícios escolares são considerados com má higiene.

Mais, mais grave do que isso as zonas destinadas à restauração ou alimentação 30% desses edifícios escolares tinham más condições de higiene e segurança.

Se fosse um outro restaurante qualquer...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estava lixado!

A Oradora: ... se fosse uma outra padaria tinha sido encerrado, mas as nossas crianças, em nome dessa modernidade, podem estar a comer em cantinas e em refeitórios que são considerados como tendo más condições de higiene e segurança.

Muito obrigada.

Deputada Artur Lima (CDS-PP): Ora bem, serão as escolas do 1º ciclo da responsabilidade das câmaras!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Graça Silveira, falou em encerramento de escolas, falou, utilizando os seus termos em escolas megalómanas, e chegou a questões de higiene.

Eu gostaria de saber exatamente ao que é que quer que eu lhe responda?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Como é que explica!

O Orador: É essa a pergunta.

Muito bem, a terceira questão.

Sra. Deputada foi bastante perentória, aliás com um papel nas mãos a afirmar que temos 50% de escolas com más condições de higiene ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): 43,8!

O Orador: ... e 30% com más condições de higiene nas cantinas.

Sra. Deputada vai apresentar-me a lista rigorosa dessas escolas ...

Deputados Bruno Belo e Joaquim Machado (PSD): Não sabe?

O Orador: ... em que isso acontece e naturalmente essa lista será devidamente estudada.

Eu tenho andado a visitar as escolas todas da Região, exceto aquelas ...

(Apartes inaudíveis da Deputada Graça Silveira)

O Orador: Sra. Deputada, se quiser ter a gentileza de me ouvir, terei todo o prazer em responder, agora, não faz sentido fazer uma pergunta e depois não ouvir a minha resposta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não pode ouvir. Está a fazer a lista!

O Orador: Sra. Deputada tirando as escolas cujas obras estão previstas na Carta Regional de Obras Públicas que é conhecida e que a posso enunciar, que são escolas com bastantes anos, que têm alguns problemas estruturais, tirando essas escolas que vão para obras imediatamente (umas estão em obras, outras irão começar ainda este ano, para outras estão a ser preparados os respetivos projetos,) ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não sei a quem devo dedicar, mas a ignorância é atrevida!

O Orador: ... que estão a ser geridas pelos conselhos executivos com os meios que têm (o Governo tem consciência que elas têm que ser renovadas e está a fazer o que lhe compete nessa matéria) se se refere a essas escolas, naturalmente todos os trabalhos de renovação estão a ser feitos e chegarão a bom fim muito brevemente.

As outras escolas, as escolas novas, que eu tenha conhecimento não existem problemas dessa natureza.

Se a Sra. Deputada acha que tem então faça o favor de indicar com pormenor quais são essas escolas.

Também aproveito para anunciar, Sra. Deputada, que mandei fazer um estudo da qualidade do ar nas escolas mais antigas, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olhe o amianto!

(Apartes inaudíveis da Deputada Graça Silveira)

O Orador: Bom, se a Sra. Deputada não entende que a qualidade do ar entra no registo da higiene, não sei o que é que para si isso é.

Portanto, esse estudo neste momento está a ser feito para que tenhamos a certeza de que as nossas crianças estão em segurança na escola.

Agora, no que diz respeito às escolas novas a Sra. Deputada fará o favor de indicar quais são essas escolas e em que base é que faz essa afirmação? Quais são os estudos científicos que estão na base da sua afirmação?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Sra. Deputada pede a palavra para uma interpelação à Mesa.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu lamento o seu desconhecimento e que tenha que devolver a pergunta à Deputada do CDS, sobre as escolas.

Isto é um relatório de avaliação 2010/2011 da Direção Regional da Saúde, portanto peça ao seu colega Secretário da Saúde, que lhe forneça o relatório de avaliação com base no programa regional de saúde escolar e saúde infanto-juvenil.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é uma vergonha!

A Oradora: Portanto, estão aqui os números todos, com gráficos a cores, com as escolas que foram avaliadas...

Presidente: A Sra. Deputada vai fazer chegar à Mesa esse documento?

A Oradora: Vou fazer chegar à Mesa mas está disponível no ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A Sra. Deputada vai fazer a interpelação da maneira como entender!

A Oradora: Posso fazer chegar à Mesa ou posso sugerir ao Sr. Secretário que peça ao Sr. Secretário da Saúde que lhe disponibilize os resultados deste relatório.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional pede a palavra para?

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte):** A Sra. Deputada produziu agora uma informação relativamente à qual eu gostaria de acrescentar uma coisa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é um documento oficial. O senhor desconhece? É vergonhoso!

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte):** Então fica o registo de que eu tenho resposta para a Sra. Deputada.

Presidente: Eu não lhe posso dar a palavra Sr. Secretário porque a Sra. Deputada fez uma interpelação no sentido de entregar à Mesa uma informação, por isso não lhe posso dar a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte):** Mas essa informação foi acompanhada por informações orais que não correspondem à verdade.

Deputado Berto Messias (PS): Agradecia que também me fizesse chegar esse documento!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor merecia era um protesto. Mas vai levar com um daqui a pouco.

Já quando foi da fome nas escolas o senhor queria nomes.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(Apartes inaudíveis entre as diversas bancadas)

Presidente: Vamos permitir que o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues formule a sua questão.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para não me acusarem depois de me manter congelado, venho ao debate com uma pergunta ao Sr. Secretário relacionada com este ponto (era uma provocação ao Sr. Deputado Paulo Estêvão para depois não me chamar de Capitão América, de novo).

Ao longo dos últimos 17 anos, onde o PS foi Governo e onde o PSD foi oposição, há claramente uma grande evolução nas nossas infraestruturas escolares.

São infraestruturas de excelência, reconhecidas por todos os que estão nesta Casa, tanto aqueles que estão relacionados diretamente com o sistema educativo assim como todos aqueles que são pais das nossas crianças que sabem bem a qualidade que tem as nossas infraestruturas escolares.

Não podemos é dizer e afirmar que hoje o sistema educativo tem as mesmas condições que tinha há uma década atrás.

Hoje, felizmente, não há escolas de lugar único, felizmente conseguimos ter infraestruturas que apoiam efetivamente as componentes pedagógicas do ensino na nossa Região.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Só não temos insucesso escolar!

O Orador: Há também nas nossas infraestruturas um grande complemento das infraestruturas desportivas que também, e já o afirmei aqui nesta Casa, claramente favorecem todo o sistema educativo.

A minha pergunta é direcionada ao Sr. Secretário, e a preocupação já foi demonstrada aqui nesta Casa em 2009 pelo PS que tem a ver, de facto, com a Diretiva sobre as coberturas do amianto.

Já foi anunciado que o Governo iria fazer uma reformulação nesse sentido nas escolas que ainda possui, sendo que todos sabemos quais são as escolas que têm coberturas dessas.

Pergunto ao Sr. Secretário se está em condições de afirmar se até ao final desta legislatura serão lançados todos os procedimentos para que isso aconteça?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues muito obrigado por essa sua boa pergunta.

Nós temos, como sabe, na Região várias tipologias de escolas, várias gerações de escola.

Uma delas que é dos tempos do início da autonomia e portanto dos governos PSD, são aquelas escolas que têm coberturas com elemento de amianto que tem sido ciclicamente discutido.

Dessas escolas, algumas já foram intervencionadas, praticamente são edifícios novos, como é o caso das Velas, de S. Jorge ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Aos anos que falam dessa escola!

O Orador: ... e neste momento eu posso afirmar nesta Casa e de acordo com a Carta Regional de Obras Públicas, que as seis últimas escolas em que existe esse problema e vou citar: Canto da Maia, Calheta, Capelas, Arrifes e Rabo de Peixe, ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E as Capelas, Sr. Secretário?

O Orador: ... estão programadas e em diferentes fases dos respetivos procedimentos para que até ao final desta legislatura (em dois casos, um pouco para além disso em termos de obra) todas essas situações estejam resolvidas e não se trata de retirar coberturas e substituí-las por outras, trata-se de grandes obras de remodelação que praticamente são edifícios novos, como se pode ver em S. Jorge,

Vai iniciar-se ainda este ano a obra na escola da Calheta, de acordo com o nosso cronograma; o mesmo acontece com a escola Canto da Maia, também neste momento está a ser elaborado o projeto, a obra começará ainda este ano; a escola de Arrifes também na mesma situação, o projeto está a ser revisto e a

obra começará ainda em 2014; as escolas de Rabo de Peixe e Capelas só terão início no próximo ano por razões de ordem técnica, pois foi necessário revermos os respetivos projetos e lançar novos procedimentos.

Portanto se respeitarmos todos os prazos e naquilo que depende do Governo (obviamente não depende do Governo problemas que surjam com empreiteiros, com projetistas ou as demoras naturais dos vistos necessários do Tribunal de Contas) de acordo com o nosso planeamento quando chegarmos ao fim desta legislatura, quatro destas escolas estarão concluídas e duas em avançada ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Avançado estado de degradação!

O Orador: ... fase de construção.

Por isso esperamos que esses problemas que agora são referidos sejam resolvidos a curto prazo.

De qualquer maneira gostaria de recordar uma afirmação que já fiz há pouco: por questões de cautela mandei fazer um estudo da qualidade do ar em todas estas escolas para que possamos ter a certeza (é preciso ter em consideração que quando eles foram usados não havia o conhecimento que hoje está disponível) relativamente aos eventuais problemas com amianto.

O que é facto é que está a ser feito esse estudo e logo que ele esteja concluído será dado a conhecer.

Não temos qualquer informação científica, rigorosa de que existam problemas concretos relacionados com a saúde pública.

De qualquer maneira esse estudo está a ser feito e as obras estão planeadas com toda a serenidade de acordo com aquilo que está previsto na Carta Regional de Obras Públicas.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos fazer a nossa interrupção para o almoço.

Retomamos às 15 horas para concluirmos este ponto da agenda.

Eram 13 horas e 02 minutos.

Presidente: Boa tarde Srs. Deputados.

Agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 09 minutos.

Para o objeto nº. 7: **adequação das infraestruturas escolares açorianas às necessidades curriculares das escolas**, a mesa ainda tinha uma inscrição, pelo que tem a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira.

(*) **Deputada Judite Parreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD também considera a importância de termos estruturas escolares condignas em condições físicas e de segurança que facilitem a prática letiva e as aprendizagens.

No entanto, também já aqui afirmámos a nossa convicção de que as estratégias de betão não têm sido solução para os problemas da educação, até porque os resultados escolares não são proporcionais ao investimento que tem sido feito nas estruturas.

Por isso entendemos que a requalificação dos edifícios escolares será, com certeza, uma forma de minimizar custos e de garantir as boas condições dos edifícios que já existem, porque as condições de megas escolas implica mais tarde ou mais cedo elevados custos de manutenção e às vezes muito cedo como foi o caso da escola de Ponta Garça que dois anos depois da sua construção já estava a necessitar de obras de grande vulto.

A minha questão Sr. Secretário prende-se cm o seguinte: pretende o Governo continuar a privilegiar o encerramento de escolas do primeiro ciclo que são escolas de proximidade, que permitem o contato das crianças com a sua realidade, que evitam o desenraizamento e o conseqüente envelhecimento e desertificação das freguesias por forma a camuflar o sobredimensionamento de algumas escolas, como foi por exemplo o caso da escola da Ponta da Ilha do Pico em que foi uma construção sobredimensionada e que implicou o

encerramento de escolas de primeiro ciclo de freguesia para ocupar as salas da escola?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Deputado Lizuarte Machado (PS): Não é verdade! Não faz a mínima ideia do que está a dizer!

A Oradora: A minha pergunta é essa: se vamos continuar a encerrar as escolas de 1.º ciclo, que são as escolas de proximidade e que são aquelas que nós deveríamos defender em primeira instância para ocupar as salas que estão a ser deixadas vagas porque as escolas foram sobredimensionadas ou se, por outro lado, o Sr. Secretário e o Governo têm alguma alternativa para ocupação dessas salas?

Muito obrigada.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito mal!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Judite Parreira muito obrigado pela sua pergunta.

Suponho que a Sra. Deputada nunca ouviu o atual Secretário da Educação falar em encerramento de escolas nessa perspetiva. Aliás até posso dar-lhe um exemplo muito concreto. Na escola Básica de Porto Judeu, por razões que na altura foram consideradas adequadas, os alunos do 4.º ano do primeiro ciclo foram retirados da Escola de Porto Judeu e foram para a Ferreira Drumond e eu mandei-os regressar exatamente à escola de origem...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor mandou?

O Orador: ... porque entendo que no primeiro ciclo não faz sentido haver separação dos alunos fora do seu ciclo.

De resto nunca ouviu da parte do XI Governo qualquer manifestação de intenção de encerrar escolas.

Acontece que essa situação poderá ser equacionada sempre em articulação com as autarquias em situações que possam aconselhar a que tal aconteça: razões de ordem sociológica, até inclusivamente a ver com características dos edifícios do 1º. ciclo.

Portanto, é um assunto do ponto de vista de sistema. Entendemos que neste momento não é uma prioridade. Não nos preocupa isso, o que nos preocupa sim é que as escolas funcionem, que os alunos tenham aproveitamento e por isso estamos a entrar (passe o pleonasmo) no interior das escolas para que através de programas que estão no terreno, programas de acompanhamento dos professores do 1º. ciclo (o projeto FENIX, também a obrigatoriedade do exame nacional no 4º. ano, agora do inglês também no 9º. ano) para criar condições e incentivos para que as escolas funcionem bem.

Obviamente que queremos que os edifícios sejam bons e que tenham as qualidades, mas sobretudo funcionam bem e que os nossos alunos tenham um melhor aproveitamento.

Também devemos separar duas realidades: uma é a coexistência de escola do 1º. ciclo de pequena dimensão dentro de um aglomerado urbano, de uma vila ou de uma cidade, muito próximas de uma escola com maiores dimensões e que terá sido pensada para isso e a integração será concretizada na sequência de um projeto que já vinha de antes. Isso acontece nas Velas, quando a nova escola ficar pronta, está perfeitamente acordado que assim será, como na Calheta; outra coisa são as escolas dos meios rurais que desde que tenham o número de alunos suficiente, e o número de alunos suficiente quer dizer evitar-se (a Sra. Deputada é professora do 1º. ciclo e sabe que isso é uma realidade) a coexistência de vários anos na mesma sala. Situações dessas que serão analisadas pontualmente.

Também poderão ser encaradas situações de escolas do 1º, ciclo com poucos alunos que estão integradas em bairros ou urbanizações com determinado tipo de problemas e aí será de encarar a possibilidade, como sendo bom para os alunos, de retirá-los desse contexto e integrá-los numa escola de proximidade também e que tenha melhores condições.

Mas isso serão situações pontuais que serão analisadas caso a caso, o levantamento está feito e sempre que houver uma necessidade, ou da parte da autarquia que é proprietária dos edifícios das escolas do 1º. ciclo, quer da parte do Governo, aí haverá uma articulação e será tomada uma decisão que será sempre consensualizada, ou seja, não há qualquer intenção de encerrar as escolas do 1º. ciclo para povoar aquilo que a Sra. Deputada chama escolas sobredimensionadas.

Há várias alternativas que estão neste momento em estudo e a solução para rentabilização desses equipamentos de excelência que estão no terreno não passa obrigatoriamente pelo encerramento de escolas mas por uma reconversão interna, tendo sempre em vista a excelência pedagógica, a qualidade de trabalho dos professores, a qualidade de aprendizagem dos alunos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Para este objeto a Mesa não tem mais inscrições, pelo que vamos passar ao ponto seguinte.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PPM informa que retira esta última pergunta.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tendo sido retirado o objeto oito da sessão de perguntas vamos dar por concluído este ponto e vamos avançar para o ponto 5, onde ficámos na tarde de ontem.

Estávamos no período de debate e estava inscrita a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Independentemente do sentido de voto do BE quanto ao projeto de Resolução que cria o Conselho Regional de Cultura dos Açores, e o nosso sentido de voto podemos desde já dizer é positivo, vamos votar favoravelmente, eu não resisto a

dizer uma coisa e neste caso é diretamente para o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura porque fiquei surpreendida.

A determina altura disse o Sr. Secretário, e estou a citá-lo: “não interessa saber quem chegou primeiro”.

Quais são as minhas dúvidas Sr. Secretário? Prendem-se com o Sr. Secretário da Educação, mas com toda a verdade, prendem-se com o Governo em geral.

Nós aqui nesta Casa já ouvimos um bocadinho de tudo.

Já ouvimos propostas apresentadas por diversos partidos das oposições que não são aprovadas porque o Governo já estava a pensar nelas; já vimos propostas dos partidos das oposições não serem votadas, porque o Governo já está a fazer aquilo que os partidos propõem que o Governo faça; e já vimos propostas de diversos partidos das oposições também reprovadas porque o Governo está a preparar-se para fazer. São três critérios completamente diferentes, legítimos.

Agora tem que bater a bota com a perdigota. Isto não pode ser à segunda e à terça de uma maneira e depois à quarta e à quinta doutra.

Esta proposta, na boca do Sr. Secretário Regional, como aliás consta do próprio relatório da Comissão, é uma proposta para a criação de qualquer de coisa que já existe, que o Governo está a trabalhar, que tem trabalhado e há-de continuar a prestar à nossa Região, esperamos bem e todos torcemos por isso, o melhor trabalho e o melhor contributo, a minha questão é: qual é afinal o critério? Como partido da oposição, já agora, eu também preciso saber quais são as regras do jogo.

Afinal, uma proposta que propõe qualquer coisa que já existe (que ainda por cima existe bem, trabalha bem, vai continuar a trabalhar, vai ainda melhorar) é aprovada. Outras propostas que ainda não existem mas que o Governo já está a pensar nelas, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não são aprovadas!

A Oradora: ... não são aprovadas.

Sr. Secretário Regional da Educação, evidentemente que me dirijo a si porque foi o senhor que usou a expressão “não interessa saber quem chegou primeiro”, ora na realidade tudo o que tem interessado, sobretudo ao partido maioritário, é

quem é que chega primeiro, ou já lá chegamos ou estamos a pensar chegar ou estamos na *pole position*, de repente nada disso interessa e aprova-se uma proposta que afinal já existe.

Esta é a minha admiração, sendo que nós vamos votá-la favoravelmente.

Agora, tem que haver um critério entendível, inteligível e que faça algum sentido para os partidos que estão nesta casa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ou para os açorianos que estão a ouvir esta coisa, esta promiscuidade!

A Oradora: Pelo menos que faça sentido para o BE.

Era esta observação.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A criação de um Conselho Regional de Cultura revela-se, de facto, tão considerável que na realidade temos um cardápio de iniciativas já aqui elencadas, e bem, pelo Sr. Deputado José Andrade, que visam a sua concretização.

É efetivamente importante que ele exista (o Conselho Regional), que funcione de forma ágil, que seja representativo dos agentes do setor e do que de precioso se produz e se consome ao nível cultural na nossa Região.

Concentrados que estamos no presente Projeto de Resolução, o PS considera-o pois pertinente e oportuno, tão pertinente, aliás, que ainda anteontem foi aprovado em Conselho de Governo o Decreto Regulamentar Regional que define o regime jurídico que preside ao Conselho Regional de Cultura, depois de, como aqui foi dito pelo Sr. Secretário, a Orgânica do XI Governo Regional, tê-lo já contemplado.

Não podemos, contudo, precisamente neste contexto, supostamente autoral da criação deste Conselho, deixar de lamentar um certo joguete de ping-pong, em que sobretudo o PSD parece querer transformar as suas próprias boas iniciativas, quer em sede de Comissão, como ficou presente no Relatório, quer

ontem aqui nesta câmara, enfim, o que não deixa de ser por vezes até um pouco confrangedor ao nível do debate das ideias, e eu procurarei ser clara.

O Governo Regional assume, e já o disse aqui de forma transparente que é importante criar o Conselho Regional de Cultura.

O PS, e acabámos de saber com alegria que o BE também, está ao lado dessa ideia e de todos aqueles que defendem a criação deste órgão consultivo.

Sem complexos, meus senhores, sem quaisquer reservas, não nos incomoda nada que os senhores tenham passado a escrito, primeiro, esta ideia no vosso Programa Eleitoral. Não nos incomoda absolutamente nada, vemo-lo aliás pelo contrário, como sinal de uma convergência em torno de um bem maior que é a cultura, possivelmente aquilo que de mais democrático existe na natureza humana.

O que incomoda o PS é que o maior partido da oposição ancore uma grande parte dos seus argumentos nestas premissas, sem grande interesse e sem consistência.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: O que incomoda o PS é o PSD parecer não dispor, por vezes, de outras estratégias senão a redução do discurso a este nível de fragilidade.

Este PSD que queremos ter por perspicaz, já deve ter com certeza percebido que aos açorianos e aos agentes culturais dos Açores, não interessa este exercício, deixem-me dizer-vos, demagógico de *sprint*.

Aos açorianos e aos agentes culturais interessa é que o Governo e esta Casa (todos nós) participem sobre várias formas no desenvolvimento dos seus projetos e na prossecução das suas atividades criativas.

É por isso que aqui estamos, meus senhores, a votar convictamente a favor da vossa iniciativa, congratulando-nos ainda com este documento de substituição que introduz, no nosso entender, uma maior abrangência relativamente à versão anterior.

Fiquem pois os senhores felizes com a vossa menção honrosa, se isso vos faz tão contentes, que nós ficamos felizes por atribuir sempre a medalha de ouro aos Açores e à valiosíssima cultura que aqui se produz.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Espínola.

(*) Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução do PSD que recomenda ao Governo Regional a criação e funcionamento de um Conselho Regional de Cultura, é uma iniciativa que nos cria algumas dificuldades de decisão. Qual McNamara das ondas gigantes da Nazaré, o PSD aproveita a legislação existente e que define o regime Jurídico do Conselho Regional de Cultura ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

A Oradora: ... e que esteve em discussão pública até final do mês passado e que há dois dias foi aprovado em Conselho de Governo, para fazer uma recomendação ao Governo Regional sobre aquilo que o próprio Governo já se propõe fazer.

Mas afinal o que é que estamos aqui a fazer? A recomendar ao Governo que o Governo faça aquilo que o Governo até provou fazer?

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): E é verdade!

Deputado Luís Maurício (PSD): É o chamado flic-flac à retaguarda!

A Oradora: Portanto, quanto à resolução do PSD estamos conversados.

Agora vejamos o que o Governo Regional propõe ser este Conselho Regional de Cultura.

Teoricamente este órgão deve ser um fórum onde os agentes culturais irão elaborar as linhas orientadoras sobre as políticas de cultura, independentemente de orientações ideológicas e da vontade do poder político.

Porém, o Governo Regional prevê que a composição do Conselho Regional de Cultura seja com inerências maioritariamente decorrentes de Departamentos do

Governo ou personalidades da sua confiança, ou que sejam nomeados pela tutela e os convidados previstos não-de ser aqueles também que o Governo entender que devem ser. Onde está a imparcialidade e a isenção que supostamente devia ser a bandeira deste Conselho Regional de Cultura?

A proposta legislativa que o Governo acaba de aprovar quer assim um Conselho Regional composto com limite máximo até 54 elementos, que irão reunir semestralmente ou em sessões extraordinárias sempre que convocado. E os encargos daí decorrentes? São suportados pela dotação afeta ao orçamento da Direção Regional competente em matéria de cultura. Pois é.

São os açorianos que numa altura de crise social, económica e financeira vão pagar para que os escolhidos por V. Exas. possam reunir para dizerem aquilo que os senhores querem que seja dito?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem, Sra. Deputada!

A Oradora: Outra questão: as personalidades convidadas são aquelas que se distinguem nas áreas da arquitetura, artes gráficas e visuais, literatura, artes performativas, comunicação social, ciências sociais e humanas, ou seja a cultura de elite por assim dizer. Então onde ficam os representantes das nossas mais genuínas manifestações culturais, como os grupos folclóricos e etnográficos, as bandas filarmónicas ou o artesanato?

Deputado Luís Maurício (PSD): As filarmónicas já estão. Foi um projeto do CDS. Mais um flic-flac, Sr. Secretário!

A Oradora: Será que não cumprem os requisitos necessários para incluírem por pleno direito o vosso conselho de elite regional de cultura?

Deputado Luís Maurício (PSD): Foi um desvio ao conceito de cultura!

A Oradora: É necessário também que o Governo Regional esteja aberto a novas ideias, aos contributos que nascerão do Conselho Regional de Cultura: ideias exequíveis, rentáveis, dinamizadoras, que impulsionem a Região além fronteiras.

É necessário que estes agentes culturais que eventualmente sejam membros do Governo Regional da Cultura, não estejam dependentes das vontades políticas de quem governa.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Penso que estamos todos esclarecidos. O Governo quer um Conselho Regional de Cultura ao seu jeito; o PSD em jogada de antecipação recomenda ao Governo que o Governo crie um Conselho Regional de Cultura ao seu jeito ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

A Oradora: ... e até o PCP também na crista da onda apresenta uma iniciativa legislativa que visa criar quase exatamente a mesma coisa só que com mais elementos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é bem a mesma coisa, mas esteve muito bem!

A Oradora: Oxalá os conselheiros entendam-se todos, mas acima de tudo não falte aos agentes culturais desta região, a dinâmica, o arrojo e a capacidade de continuarem a manter vivas a nossa cultura e tradições.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem, Sra. Deputada! Assim é que se fala!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Deputada Ana Espínola colocou a questão tal como ela deve ser colocada, sem dúvida nenhuma.

Deputada Graça Silveira e Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: De facto isto aqui, e vamos esclarecer, não se trata de nenhuma corrida, portanto não é para ver quem é que chega primeiro, por parte de ninguém.

O que há de facto aqui Sra. Deputada, Sras. e Srs. Deputados, são visões diferentes do que deve ser o Conselho Regional de Cultura e de facto há uma coincidência relativamente à visão daquilo que deve ser o Conselho Regional por parte do PSD, que é coincidente com aquilo que o Governo propõe e aprova no Decreto Regulamentar Regional.

Substantivamente diferente é a proposta do PCP que vai estar à discussão, porque vejamos o seguinte: aquilo que o PSD faz é recomendar ao Governo que crie um Conselho Regional da Cultura consultivo e que quer dominar e governamentalizar. Outra coisa bem diferente é a proposta do PCP que prevê o envolvimento dos agentes culturais, independentemente de quem exerce o poder.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Aliás, ainda não anunciei mas vou dizê-lo já, vou votar contra o Projeto de Resolução do PSD exatamente por isso, é porque a Assembleia tem o poder de o criar e não tem a ver com quem está a exercer o poder, tem a ver efetivamente com uma visão diferente daquela que deve ser o envolvimento e a participação dos agentes e promotores culturais nas questões da cultura, não é apenas para ser um mero órgão consultivo, é muito mais do que isso.

Deputado Berto Messias (PS): Isto vindo do PCP!...

O Orador: Portanto Sra. Deputada, relativamente à apreciação que eventualmente possa vir a fazer numa outra altura sobre a iniciativa do PCP, verá que assim é. Há uma diferença substantiva, por isso é que nós apresentámos esta nossa iniciativa. Aquilo que nos afasta do modelo que o governo quer implementar é exatamente isto: nós queremos o envolvimento, a participação dos agentes culturais na definição das políticas culturais da Região. O governo não quer isso! O governo quer um órgão para tutelar, um órgão para governamentalizar e para cumprir aquilo que são as orientações políticas para a área da cultura. Nós não queremos isso! Nós queremos a participação dos cidadãos, nós queremos a participação dos agentes culturais. Isso também nos separa deste Projeto de Resolução que estamos aqui a apreciar e que foi apresentado pelo PSD.

A Representação do PCP votará contra a proposta do PSD.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

(Apartes inaudíveis do Deputado Aníbal Pires)

Se o Sr. Deputado Aníbal Pires me der autorização para tal, para responder à Sra. Deputada Zuraida Soares.

Sra. Deputada o Governo faz o seu trabalho, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores faz o seu, ou seja, o Governo não tem que estar à espera de haver iniciativas das oposições, como diz, para fazer aquilo que lhe compete fazer. O Governo está a fazer.

Há situações em que há coincidência ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Feliz ou infeliz!

O Orador: ... e quando essa coincidência existe acontece o que está a acontecer neste momento, ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não, não, Sr. Secretário! O problema é esse!

O Orador: ... estão aqui a ser discutidas perspetivas diferentes. Quando não há coincidência também há discussão e também está a acontecer neste momento.

Aliás, o Sr. Deputado Paulo Estêvão ainda ontem dizia que o Governo queria mandar em tudo, mas depois fazem propostas de resolução que aconselha o Governo a fazer isto, aquilo e aquele outro.

Ora bem, o Governo fez aquilo que lhe competia fazer. Em julho, na sua orgânica, apresentou o Conselho Regional de Cultura; em dezembro, pôs em discussão pública uma proposta; no Conselho de Governo do dia 10, de anteontem, aprovou o Decreto Regulamentar Regional que cria o Conselho Regional de Cultura.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Que coincidência!

O Orador: Portanto, o assunto está resolvido dessa maneira.

Quando vem a Plenário, e não foi o governo que interferiu no agendamento, a proposta do PSD, acontece que a proposta do Governo já está aprovada e por isso pronta para entrar em execução.

Sra. Deputada Ana Espínola, eu reconheço que de facto a Sra. Deputada ainda não teve oportunidade de ler o Decreto Regulamentar Regional que cria o

Conselho Regional de Cultura (que define, uma vez que ele já estava criado na Orgânica do Governo). Não leu.

De facto não são cinquenta e tal personalidades como disse, são dez que estão representados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já agora leia!

O Orador: Já agora eu aproveito para dizer quem estão representados: um representante dos museus regionais dos Açores; um representante dos museus de ilha; um representante das bibliotecas públicas e arquivos; um representante da Associação de Municípios da RAA; um representante da ANAFRE dos Açores e um representante da Diocese.

Depois são nomeadas dez personalidades que a Sra. Deputada vai fazer o favor de não atirar qualquer anátema sobre essas personalidades ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor já vai em 17. O senhor não sabe contar: $10 + 7$ dá 17!

O Orador: ... que ainda não estão designadas, mas se tiver a preocupação de ver as pessoas que eu já nomeei para constituírem júris e outras funções desta natureza, verá que tem personalidades de todos os setores político-partidários.

Portanto, não venha com esse anátema, sem saber de quem é que estamos a falar.

Essas pessoas integrarão o Conselho, a título pessoal, não a título representativo. Porquê? Porque o Conselho Regional, como acontece com os outros Conselhos, tem uma parte de membros que são por inerência e há uma parte de membros que são cooptados por quem tem essa responsabilidade, porque o Conselho Regional tem por função exatamente produzir Conselhos, se formos à etimologia.

Para avaliar e para discutir a política cultural como disse e até na perspectiva do Sr. Deputado Aníbal Pires, a quem eu aproveito para responder, embora *in absentia*, para que isso aconteça existe a Assembleia Legislativa perante a qual o Governo responde.

Agora, o Conselho serve exatamente para aconselhar, para dar pareceres ao membro do Governo que tem a tutela do setor: acontece para a Juventude,

acontece para a Educação, acontece para o Desporto (só nas áreas da minha Secretaria), como vai acontecer para a Cultura.

Enquanto eu exercer este cargo, eu é que sou o responsável e prestarei contas perante esta Assembleia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem é o responsável? O senhor?!

O Orador: Agora, o Conselho Regional não tutela um membro do Governo.

O Conselho Regional aconselha e produz pareceres ao membro do Governo.

É de facto, como dizia o Sr. Deputado Aníbal Pires, uma questão de conceito, é assim que nós entendemos.

O Conselho Regional não é como a Sra. Deputada disse um fórum de discussão.

Fóruns há muitos, mas não é a Assembleia nem o Governo que vão criar os fóruns de discussão.

Aquilo que o Governo cria é um Conselho para lhe dar opiniões relativamente à sua atividade e num diálogo direto com o Membro do Governo que tem a tutela.

Eu gostaria de responder ao Sr. Deputado Aníbal Pires mas ele não está.

De qualquer maneira fica a ideia de que concordo com ele ou seja há aqui perceções diferentes. Eu não entendo o Conselho Regional de Cultura (enfim vou usar uma metáfora histórica) como um soviete que vai dar as instruções ao membro do Governo. Não. O que nós temos aqui é de facto uma perceção de que o membro do Governo quer ouvir representantes da sociedade civil e daqueles que no terreno estão a exercer a sua atividade.

Presta contas, não perante o Conselho, mas perante a Assembleia que é assim que manda o nosso edifício autonómico.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sobre este Projeto de Resolução o PSD já disse ontem, praticamente, tudo o que pretendia.

Por isso vou agora deter-me apenas na questão concreta da deliberação recente do Conselho de Governo que, aliás, motivou e fundamentou a intervenção do Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura.

De facto, o Conselho do Governo aprovou anteontem e anunciou ontem – com uma oportunidade curiosa – o Decreto Regulamentar Regional que define o regime jurídico do Conselho Regional de Cultura.

Está cumprida a primeira parte do objeto da Resolução, que recomenda a criação.

Congratulamo-nos com isso.

Falta agora cumprir a segunda parte do objeto da Resolução (a mais importante e a mais difícil) que é assegurar o funcionamento do Conselho Regional de Cultura – naturalmente, com regularidade, com eficácia e com consequências – como órgão representativo dos agentes do setor para acompanhamento e aconselhamento das políticas culturais.

Contamos com isso.

Sobre esta matéria, não podemos deixar de reparar no comunicado do Conselho do Governo quando comparado com a proposta de Decreto Regulamentar Regional que esteve em discussão pública e isso, em particular, já o Sr. Secretário acaba, e bem, de fazer referência.

Em primeiro lugar, mantém-se a opção de constituir o Conselho Regional de Cultura, essencialmente, com o Secretário Regional, com o Diretor Regional e com os serviços dependentes da Direção Regional – como os Museus Regionais, os Museus de Ilha e as Bibliotecas Públicas (além de três representantes dos Municípios, das Freguesias e da Diocese) – e com personalidades convidadas pelo governo, em detrimento de associações representativas já existentes ou a existir no setor (como, por exemplo, a Federação de Bandas Filarmónicas dos Açores).

Em segundo lugar, o número de personalidades convidadas nas áreas da arquitetura, artes gráficas e visuais, literatura, música, artes performativas, comunicação social e ciências humanas e sociais passou de “até 46 pessoas” para “10” – o que, não só faz aumentar o peso relativo dos representantes

diretos e indiretos da administração pública regional, como também reduz praticamente a uma única pessoa a representação de cada uma das diferentes áreas identificadas. Além de que parece assim colocar em pé de igualdade neste Conselho áreas com uma representatividade regional tão diferente como, por exemplo, a arquitetura e a música.

Finalmente, não resisto a evidenciar um lapso que estava na proposta pública de Decreto Regulamentar Regional e que se mantém no comunicado oficial do Conselho do Governo:

Uma das entidades previstas é a “Associação **Nacional** de Freguesias **dos Açores**”!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Independência!

O Orador: Das duas uma: ou o diploma foi feito à pressa... ou o governo pretende declarar a independência dos Açores!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Sr. Deputado, é a ANAFRE! Chama-se Associação Nacional de Freguesias!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Andrade, com toda a simpatia e cordialidade ...

(Apartes inaudíveis dos Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sr. Secretário Regional faça favor de continuar.

O Orador: ... o facto do Governo colocar em discussão pública mesmo Decretos Regulamentares (não tinha que fazê-lo mas faz porque nós trabalhamos às claras) foi exatamente com o intuito de recolher informações e pareceres que, em alguns casos foram dados, noutros não foram dados e nós

admitimos que se as pessoas não deram foi porque acharam que estava bem, acharam que não valia a pena estar a dar contributos.

Porquê a redução dos iniciais previstos 46 elementos nomeados, para 10? Porque era intenção retirar a partir dessa base, digamos, desse banco (passe a expressão) de personalidades os elementos que passariam a fazer parte dos júris que selecionam as candidaturas para apoio às atividades culturais. A intenção era essa.

Acontece que essas personalidades iriam ficar (enfim, porque vivemos numa democracia) de certa maneira impedidas de candidatar projetos próprios, porque não poderiam ser júris de atividades ou de candidaturas apresentadas por elas.

Portanto, reduziu-se para 10, que são personalidades que gostaria que esta assembleia não pusesse em causa porque são personalidades respeitadas, independentemente do seu quadrante político, pela sua obra e depois há um ponto que naturalmente não consta do comunicado do Conselho de Governo, mas o Sr. Deputado verá quando for publicado, foi acrescentado um ponto 4, ao artº. 4º., onde se diz que serão convidadas outras personalidades representativas... (enfim, tem uma redação próprio), para participar nas reuniões e nos trabalhos do conselho.

Aí sim, entrarão representantes, sempre que for necessário, das filarmónicas, da cultura popular em geral ou especial quando se tratar de assuntos específicos.

Portanto, essa preocupação de ouvir as pessoas mas ao mesmo tempo não ficarmos com um elenco fechado muito apertado que depois não permitiria que em determinadas circunstâncias fossem ouvidas personalidades ou representantes de interesses ou de atividades que não tinham sido previstas.

O Sr. Deputado deu o exemplo da arquitetura. Por que é que se dá relevo à arquitetura? Sr. Deputado nós na Região temos 4 conjuntos urbanos classificados: Vila do Porto, Angra do Heroísmo, Santa Cruz da Graciosa e Vila do Corvo, para além de grande parte da cidade de Ponta Delgada, uma parte considerável da cidade da Horta, de Vila Franca, de Lagoa, etc, que tem zonas que não são classificadas como conjunto, mas têm edifícios protegidos com as respetivas áreas de proteção, ou seja, há que haver uma preocupação muito

grande, e também foi por isso que nós lançámos o prémio de arquitetura Paulo Gouveia exatamente para premiar obras de restauro, conservação e intervenção em edifícios históricos, em zonas classificadas.

A arquitetura é fundamental para nós.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Já percebemos, Sr. Secretário!

O Orador: É a única maneira que nós temos de preservar o nosso património imóvel que é muito rico e que em alguns aspetos não tem sido devidamente intervencionado.

É por isso que é importante ter alguém da área da arquitetura, mas poderá haver um momento, como aconteceu aqui há um mês quando se discutiu aqui os apoios às filarmónicas, provavelmente se o Conselho Regional de Cultura já existisse nesse momento, teriam sido convidados para as reuniões do Conselho, para discutirem essa iniciativa, representantes das filarmónicas.

Mas haverá um outro momento em que será um outro setor da atividade cultural e então aí casuisticamente serão convocadas as pessoas para as reuniões do Conselho e aí sim poderemos falar não num organismo pesado e fechado, mas num organismo que tem o seu núcleo duro, digamos, consistente e depois há oportunidade, como de resto tem acontecido, o Diretor Regional da Cultura anda a circular por todas as ilhas, a reunir-se com os agentes culturais, a ouvi-los, a receber sugestões, etc, e eu próprio. Como sabe já estivemos juntos em atividades desse tipo.

Portanto, sempre que é possível os agentes culturais no terreno são ouvidos.

Este Conselho tem uma função de aconselhar o membro do governo que tutela a cultura e quando se tratarem de questões específicas serão convidadas as pessoas ou representantes de entidades, de associações, etc., que darão a sua opinião e terão a sua possibilidade de manifestar os interesses e discutir as posições do Governo relativamente a isso.

Mas gostaria sempre que considerasse, Sr. Deputado, que o Projeto de Resolução que tudo leva a crer será aprovado, merece obviamente a nossa concordância.

Quando ontem discutíamos quem chegou primeiro e a Sra. Deputada Zuraida Soares há bocadinho fazia uma certa blague com isso, o que interessa é que nós estamos a trabalhar no mesmo sentido. Há perspetivas diferente, o Sr. Deputado Aníbal Pires tem uma perspetiva diferente que não é claramente a posição do Governo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Com certeza, Sr. Secretário!

O Orador: Mas aí santa paciência. Acontece com o Sr. Deputado não é do Governo, não representa o Governo, tem a sua opinião. Não é esse o nosso conceito de Conselho, o nosso conceito é o conceito de um instrumento operacional de aconselhamento, de discussão também, mas quem vai manifestar-se criticamente sobre a atividade do governo neste setor como em todos os outros é obviamente o órgão perante o qual o Governo presta contas que é a Assembleia Legislativa Regional.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa não tem mais inscrições.

Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 3 votos contra do CDS-PP e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos à 16 horas e 10 minutos.

Eram 15 horas e 52 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradece que ocupassem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 23 minutos.

Passamos para o ponto seguinte da nossa Agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 6/X – “Programa de pequeno-almoço e almoço durante o período de férias escolares”**, apresentado pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Como sabem, foi distribuído por todos, entrou na Mesa uma proposta de substituição integral subscrita pelo Bloco de Esquerda e pelo Partido Socialista. Colocaria à câmara a possibilidade, uma vez que o proponente também subscreveu a proposta de substituição integral, de ser apenas sobre esta proposta o debate e a votação.

Não havendo oposição, tem então a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares para a apresentação do diploma.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No dia 16 de janeiro de 2013, há mais de 1 ano (friso: há mais de 1 ano), o Bloco de Esquerda apresentou neste Parlamento um Projeto de Decreto Legislativo Regional sobre a epígrafe “Programa de pequeno-almoço na escola e almoço durante o período de férias escolares para as crianças e jovens que frequentam na Região Autónoma dos Açores a educação pré-escolar e a escolaridade obrigatória”.

Apresentámos este Projeto de Decreto Legislativo Regional com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão considerando o interesse da prossecução de políticas educativas conducentes ao sucesso escolar.

Vale a pena revisitarmos o Diário do plenário de 18 de janeiro de 2013, porque tudo isto já aconteceu há muito tempo e é sempre bom refrescar as nossas memórias e o Diário é curto no que diz respeito a esta matéria.

Para a apresentação e justificação da urgência deste Projeto de Decreto Legislativo Regional eu disse o seguinte, quando a Sra. Presidente me deu a palavra.

“A urgência deste Projeto de Decreto Legislativo Regional, decorre da evidência que neste momento se vive na nossa Região, uma situação de emergência social que afeta muitas e muitas famílias e inevitavelmente e por via disso muitos jovens e muitas crianças.

Face a essa situação o BE reclama a urgência de garantir um programa de pequeno-almoço na escola e um almoço durante o período de férias escolares, fazendo com critérios claros, expeditos, universais e eficazes.

A justificação da urgência não é mais do que esta.”

Pedi para intervir no debate o então Sr. Deputado Nuno Melo Alves que, entre outras coisas, disse o seguinte: “O CDS/PP Açores entende aqui que de facto esta é uma matéria premente e importante.

Premente, quase urgente diria, porque de facto, é uma situação que se tem vindo a agravar ao longo do último ano, uma situação que abrange muita gente, uma situação que efetivamente precisa e merece uma resposta adequada e o mais rápida possível.

Portanto, concretamente aceitamos aqui as preocupações. Contudo com um pequeno senão. Nós consideramos que alguns dos aspetos aqui contidos na proposta devem ser mais debatidos por esta casa. (...) Por isso em relação à urgência, pese embora compreendendo a necessidade deste assunto ser resolvido o quanto antes e de ser dado um tratamento absolutamente expedito na sua análise em Comissão, nós entendemos que para uma melhor eficácia dum instrumento que aqui se pretende criar, para dar um melhor apoio efetivamente às crianças, que neste caso estão carenciadas e a necessitar deste apoio, nessa medida é importante e será proveitoso para a proposta, que ela desça para análise em Comissão.”

Pedi para intervir a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado que disse entre outras coisas: “Em grande parte o Sr. Deputado Nuno Melo Alves já expôs as razões que também subscrevo, ou seja a preocupação com esta situação de

emergência social é nítida. (...) Contudo, esta proposta tem que ser com a devida celeridade analisada em Comissão, exatamente pela falta de critérios de que ela padece, porque aqui está a todos os alunos.”

Pedi também para participar a Sra. Deputada Judite Parreira que, entre outras coisas, disse: “O PSD não pode ficar indiferente a esta proposta que considera nobre e com princípios subjacentes aos quais nós também somos sensíveis.”

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: “Numa altura de crise em que o RSI continua a ter cada vez mais beneficiários, sabemos que são muitas as crianças que têm carências alimentares e portanto esta medida seria uma mais-valia.

No entanto e porque encontramos aqui algumas dificuldades de ordem prática e operacional, consideramos pertinente que a proposta baixe à Comissão, onde deve ser discutida o mais urgentemente possível e antes da apresentação do Plano e Orçamento.”

Depois ouviram-se as vozes dos Deputados do PSD: “Muito bem! Muito bem!”

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Posta à votação a urgência e a dispensa de exame em Comissão o resultado da votação foi este: 30 votos do PS contra, 20 votos do PSD contra, 2 votos do CDS contra, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Seguiu-se uma declaração de voto feita por mim que dizia o seguinte: “Sobre esta matéria apenas dizer o seguinte: o BE não tem a pretensão de, nem sobre esta matéria, nem sobre outra qualquer, ter as melhores, ter as únicas soluções, mas temos a certeza de termos identificado um problema grave, urgente e que pode pôr em causa quer a igualdade de tratamento, quer a igualdade de oportunidades que é a essência da escola pública.

Portanto, compreendendo as razões das Sras. e Srs. Deputados que votaram contra esta urgência, há uma solicitação que eu faço a esta câmara e a todos os Grupos Parlamentares. Que o chumbo desta urgência seja o início duma outra urgência que é, no plenário de fevereiro [evidentemente fevereiro de 2013],

podermos trazer aqui a proposta com todas as alterações que maioritariamente forem entendidas.

Caso contrário o BE voltará a apresentar mais um projeto de urgência exatamente com o mesmo conteúdo, porque estamos a correr atrás da realidade e deveria ser o contrário. Disse.”

Ora lembrados que estamos já do que aconteceu nesta casa aquando da votação da proposta de urgência e dispensa em Comissão, o que tenho a dizer às Sras. e aos Srs. Deputados é o seguinte.

Nós esperámos, Sras. e Srs. Deputados, e esperámos e esperámos!

Esperámos mais de 1 ano pelo Partido Socialista no sentido de trabalhar a nossa iniciativa legislativa melhorando-a, completando-a, assegurando a logística para que ela fosse exequível. Esperámos! Pelo meio ficou um pedido de baixa à Comissão que ocorreu em outubro de 2013 para este consenso e esta possibilidade de encontrar formas de operacionalizar uma proposta que tínhamos bem a consciência que não era fácil de executar. Desceu à Comissão.

Depois disso esperámos, continuámos a esperar e mais de 1 ano depois, esperámos por um partido, neste caso o Partido Socialista, que só por uma piada de mau de gosto ainda ontem de manhã, pela voz do Sr. Deputado José San-Bento, chamou ao Bloco de Esquerda (completamente a despropósito, diga-se de passagem, porque nem sequer estávamos no debate), vou citar: “esquerda imobilista, fossilizada”...

Deputado José San-Bento (PS): Fossilizada não disse! Disse sectarista!

A Oradora: ...e também há quem já nos tenha chamado “preguiçosos”.

Ora se alguém (posso acrescentar sectarista, esteja à vontade, Sr. Deputado) mais do que imobilizado, para não dizer preguiçoso, ficou completamente congelado durante 1 ano e 1 mês foi exatamente o Partido Socialista.

Mas cada um faz o que pode e deste ponto de vista o Partido Socialista parece poder pouco apesar dos seus 31 Deputados e Deputadas. Vá-se lá saber porquê!

Mas o grave, Sras. e Srs. Deputados, para nós o muito grave é que não é o imobilismo do Partido Socialista que está em causa nesta matéria. O que está em causa e é gravíssimo é que desde janeiro de 2013 até hoje houve as

interrupções letivas, as férias, com cantinas fechadas na esmagadora maioria das escolas, escolas fechadas nas férias do Carnaval, da Páscoa, do verão e do Natal de 2013, períodos estes, longos dias estes, em que muitas crianças e jovens frequentadores das escolas públicas da região ficaram sem a garantia de pelo menos 1 refeição quente por dia, ou seja, (e vou usar uma palavra que tem de deixar de ser tabu dentro desta casa) ficaram dias a fio com fome.

Hoje, dia 12 de fevereiro de 2014, sobe a plenário uma proposta de substituição integral do Projeto de Decreto Legislativo Regional do Bloco de Esquerda subscrita pelo Partido Socialista a qual, não correspondendo na sua totalidade e articulado a todas as nossas pretensões iniciais, oferece às nossas crianças e jovens alunos da escola pública uma garantia essencial, inadiável, justa, socialmente reivindicada e “socialistamente” obrigatória. Qual é?

Que nenhuma criança e nenhum jovem aluno ou aluna do nosso sistema educativo regional ficará sem uma refeição quente diária composta de sopa, de prato principal, pão e uma peça de fruta ou sobremesa durante os dias de interrupções letivas no que depender dos departamentos do Governo Regional, sobretudo da Secretaria Regional de Solidariedade Social e da Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura.

Para a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda esta é a boa notícia e orgulhamo-nos de ter contribuído para que ela fosse possível.

Dizer também antes de terminar esta minha primeira intervenção que apesar disso há duas preocupações que esta nova versão do Projeto de Decreto Legislativo Regional nos suscita e que queremos partilhar com a câmara.

Primeira. Os 60 dias para regulamentação do diploma após a sua publicação levanta uma questão. É que as férias do Carnaval já foram, portanto, há uma interrupção em que as crianças continuam a não ter a garantia de uma refeição quente por dia... **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ao que isto chegou!

A Oradora: ...e com o período de audição pública arriscamos a entrar pelas férias da Páscoa.

Portanto, deixo aqui a possibilidade de ser ponderado que estes 60 dias para regulamentação sejam encurtados, por forma a que pelo menos nas próximas

férias da Páscoa as nossas crianças e os nossos jovens possam usufruir daquilo que justamente o Partido Socialista subscreveu, melhorou e vai aprovar dentro desta casa.

Por outro lado, há também uma outra preocupação. É que no decorrer deste processo que durou 1 ano, foi inevitável perceber que há uma desarticulação fundamental entre a Secretaria Regional da Solidariedade Social e a Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura, porque da parte da Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura aquilo que nos é dito, relativamente às situações de carência das crianças e jovens dentro das escolas, é que os professores estão atentos. Os professores olham os alunos e alunas olhos nos olhos e percebem se eles têm fome ou não.

Sras. e Srs. Deputados, duas coisas. É imoral pôr em cima das costas de um professor ou de uma professora esta responsabilidade.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: Segundo. As carências encobertas, a pobreza envergonhada e a fome não confessada grassa em muitos lares e as crianças e os jovens reproduzem essa vergonha na escola e não há olhar de professor nenhum que seja capaz de furar a vergonha dessas crianças e desses jovens.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Mas há os psicólogos!

A Oradora: Portanto, o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura não pode apenas ficar descansado com o olhar perspicaz dos professores, que não ponho em causa, mas que é injusto pôr para cima deles e não resolve o problema da tal fome, da tal pobreza, da tal carência envergonhada. Tem de haver outro tipo de apoios, nomeadamente sociais, da Ação Social, de assistentes sociais, de psicólogos, daquilo que o senhor entender por melhor criar nas equipas multidisciplinares das escolas desta região, equipas que o Bloco de Esquerda tem já falado sobejamente, e articular com, neste caso, a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social, sua colega de Governo, para que bata a bata com a perdigota, ou seja, para que estas crianças não estejam apenas

dependentes do olhar sensível e perspicaz do professor, mas estejam suficiente e abundantemente sinalizadas, mesmo quando têm vergonha para o admitir e isso Sr. Secretário - fui professora durante 27 anos - garanto-lhe que sei que não sou capaz de fazer com toda a atenção e sensibilidade que possa ter.

Portanto, esta é outra preocupação que este diploma nos suscita, mas que durante o debate eventualmente poderemos encontrar resposta quer para os 60 dias de regulamentação, quer para a possibilidade de encontrarmos outras formas de garantir às crianças e aos jovens das nossas escolas que na realidade não passam carências alimentares sem os obrigar de uma forma explícita a dizer “tenho fome”, quando eles têm vergonha de o fazer.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa já tem uma inscrição.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto ouvi atentamente a Sra. Deputada Zuraida que fez a história deste diploma, nesta casa, e obviamente que é a história feita e correta em termos de datas pela Sra. Deputada, mas que na visão do Grupo Parlamentar do PS...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não dá jeito!

A Oradora: ... há algumas nuances...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A fome não é uma nuance, Sra. Deputada!

A Oradora: ...que deviam aqui ser atendidas, ou seja, a verdade é que sendo a iniciativa bastante pertinente e com um princípio bastante meritório que nos congratula e que nos preocupa a todos, que nos congratula ter trazido e que nos preocupa devido ao objeto que é, a verdade é que da forma que chegou a esta casa desenhada revelou-se de uma operacionalização muito pouco ágil, pouco eficiente e muito pesada do ponto de vista logístico.

Aliás, era notório e é notório nos pareceres que chegaram à comissão por parte das unidades orgânicas que se manifestaram na altura e que iam ser as responsáveis por esta disponibilização, todos os pareceres, na sua esmagadora

maioria, eram contra esta iniciativa, não pela iniciativa em si, mas pela carga logística que começava logo por ser muito difícil para os próprios alunos que em tempo de interrupção ou em tempo de férias teriam de se deslocar à escola duas vezes por dia para receber as refeições,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que chatice!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eles para comer até se deslocavam...

A Oradora: ...para o pequeno-almoço e para o almoço.

Portanto, já nem vou dizer que também era estigmatizante que aqueles que precisassem teriam de ir à escola,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estigmatizante é a fome!

A Oradora: ...mas do ponto de vista logístico e em termos de transporte escolar não faria qualquer sentido.

As unidades orgânicas nesses seus pareceres, muitos deles bem fundamentados em relação ao facto de já terem os contratos com a aquisição das refeições feitos desde o início do ano e de não preverem a disponibilidade de refeições em período de interrupção e de férias, de transportes escolares e ainda o peso que isso acarretaria, sobretudo em férias. As crianças têm de estar de férias para terem outro tipo de preocupações, nomeadamente brincarem, e não para terem de ir à escola duas vezes por dia.

No entanto, como a iniciativa tinha no seu objeto e no seu âmago algo que não passa de forma insensível e a que ninguém pode ser insensível, muito menos o Governo do Partido Socialista e a própria bancada do Partido Socialista, conseguiu-se em conversações e numa tentativa de convergência de posições com o Bloco de Esquerda, com o PS e com o Governo chegar a uma proposta que fosse viável, que fosse exequível, que atingisse o objetivo pretendido, mas que não pusesse em causa nenhuma das logísticas, nenhum dos procedimentos habituais das unidades orgânicas relativamente ao seu funcionamento.

É verdade que se calhar poderia ter demorado menos tempo, mas a verdade é que hoje o mais importante é que nesta casa será aprovada uma proposta exequível, que resulta da convergência de posições, que resulta de cedência, até porque também há que lembrar que de facto o Bloco de Esquerda nisso foi

compreensivo, anuiu e esperou de forma tranquila. Hoje a Sra. Deputada Zuraída Soares não demonstrou isso desta forma, mas está no seu perfeito direito, fazendo o papel que lhe cabe...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Qual é o papel?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Deputada, isso é como a história do sapo e do escorpião!

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

A Oradora: O que eu dizia é que nós hoje temos aqui uma proposta que para além da simples disponibilização de uma refeição quente, completa, diária às crianças e jovens do nosso sistema educativo regional da nossa região que de facto necessitem, quer por estarem ao abrigo da Ação Social Escolar no 1.º e no 2.º escalão, quer por estarem sinalizadas de forma pontual e urgente pelas escolas, elas, para além dessa refeição que lhes é disponibilizada, ficarão sinalizadas para serem avaliados os seus contextos familiares, a realidade das suas famílias de forma a que nós não façamos tipo Pilatos, “lavo daqui as minhas mãos, dou-lhes a comida e ponho-os a andar”,...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: ...mas sim possam ser avaliados e contextualizados e as suas famílias devidamente acompanhadas para saberem a razão ou por que motivo a criança se apresenta nessas condições à escola.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Não posso terminar sem antes dizer, falando da proposta em geral e já teremos ocasião de ir mais longe, e fazer aqui uma observação a algo que disse a Sra. Deputada Zuraída Soares na sua intervenção.

Para já é preciso que se note que tudo isso surgiu porque já havia, por parte até da Secretaria e em conversas que fomos tendo, quer o Bloco de Esquerda, quer o PS e o Governo, esta disponibilização de refeições, por isso parece-me (mas depois o Governo falará disso, dos números que já aconteceram nas últimas férias) que não é uma coisa que esteja no vazio. Isto já aconteceu nas últimas

férias, portanto, não está no vazio, nem esteve sem ser nada feito, o que não quer dizer que não passe a ser mais bem feito daqui para diante quando já há legislação e regulamentação. Já está a ser feito e já estão sendo disponibilizadas, a esses alunos, um número elevado de refeições.

Dizia que não posso também deixar de observar, e sendo também a minha profissão professora, quando a Sra. Deputada diz que é imoral pôr em cima das costas dos professores...

Deputada Zuraída Soares (BE) e Deputado Artur Lima (CDS-PP): É sim senhora!

A Oradora: ...esta sinalização. Tenho que dizer aqui que não me parece uma questão de imoralidade se sobretudo ativermos ao facto que cada turma tem 1 professor tutor ou 1 diretor de turma consoante o ciclo em que está. É das competências do diretor de turma fazer o devido acompanhamento e não é por olhar, é por ter o contato, o conhecimento que saberá certamente quando é que a criança ou a sua família, mesmo que em contatos breves.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a assistente social?

A Oradora: Às vezes são pequenos sinais que nos fazem despertar a atenção para ver o que é que se passa além da sala de aula e fazer essa sinalização.

Obviamente que não estou a dizer que devem ser os professores depois a articular as coisas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já fazem!

A Oradora: O que estou a dizer é que os diretores de turma, é das suas competências, é do seu quadro competencial,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é não!

A Oradora: ... façam essa sinalização e os encaminhem, como aqui está previsto, como está previsto no diploma que hoje estamos a analisar, para as assistentes sociais locais, que depois através do ISSA, IPRA farão a devida avaliação.

Portanto, creio que hoje aqui, sem demagogias e sem nos agarrarmos ao chavão que queremos sempre atemorizar da fome, estamos a dar um importante passo

para satisfazer necessidades básicas essenciais dos nossos alunos quando assim for necessário.

Por agora era tudo.

Obrigada.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Houve uma proposta de substituição integral do diploma original e é sobre esta iniciativa que nos estamos a debruçar.

No entanto, não posso deixar de dizer, facilmente se constata, que esta proposta de substituição integral do diploma inicial é substantivamente diferente daquela que era a proposta inicial do Bloco de Esquerda e digamos que nas alterações propostas e a apreciação geral que faço da proposta de substituição é de que a proposta inicial sai daqui prejudicada ou esvaziada relativamente àquilo que era o projeto inicial do Bloco de Esquerda, desde logo (e todos nos lembramos que a proposta inicial do Bloco de Esquerda, a designação, era de pequeno-almoço e almoço, agora passa a ser apenas almoço) deixa de ser gratuito e passa a ser pago em algumas situações e deixa de ser diário para que o seu funcionamento seja apenas nos dias úteis, tal como acontece durante o período escolar.

Tem outras alterações, designadamente o facto do envolvimento da Ação Social, o que me parece positivo, mas a verdade é que efetivamente este diploma esvazia completamente aquele que era o diploma que este veio substituir.

A Representação Parlamentar do PCP vai votar favoravelmente este diploma, mas não queria deixar de chamar a atenção quer da câmara, quer das açorianas e açorianos, que aquilo que estamos aqui a fazer é substantivamente diferente do que aquilo que foi anunciado previamente e ao qual também demos o nosso aval ao pedido de urgência e daríamos o nosso aval à iniciativa do Bloco de

Esquerda. Também vamos dar a esta iniciativa, mas de facto ela foi completamente esvaziada em termos do seu objetivo inicial.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira.

Deputada Judite Parreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

“Todas as crianças deveriam ter direito à escola, mas para aprenderem devem estar bem nutridas...”

Iniciei esta minha intervenção com uma frase do então presidente do Brasil Leonel Brisola, por considerar que ilustra bem a intensão subjacente a este Projeto de Decreto Legislativo Regional da iniciativa da Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Este projeto visa colmatar as necessidades em termos de carências alimentares das crianças e jovens em período de férias escolares e interrupções letivas, por se tratar de necessidades básicas que põem em causa o bem-estar físico e mental dos alunos e condicionam o seu completo desenvolvimento, aproveitamento e sucesso escolar.

Dados estatísticos relativos a dezembro de 2013 dão conta que na Região Autónoma dos Açores, o número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção é de 17 782.

Se nos reportarmos aos números relativos ao desemprego nos Açores, verificamos que, pese embora a aparente redução, este atinge ainda cerca de 20 000 trabalhadores.

Os números agora apontados são bem ilustrativos da conjuntura sócio económica difícil que as famílias atravessam, em que a disponibilidade dos rendimentos marca negativamente os seus orçamentos e que as conduz ao limiar da pobreza e a situações de carência alimentar e de fome.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Por outro lado, os órgãos de comunicação social trazem-nos também, quase diariamente, notícias que: “Cresce o número de famílias que

recorrem a cantinas sociais”, “Crianças em “bichas” das cantinas de escolas à espera das sobras do almoço”, “Há famílias que se prostituem para sobreviver à falta de dinheiro”, “Há cada vez mais açorianos à procura do Fundo de Emergência Social das Câmaras”, “Insolvências de pessoas e empresas continuam a aumentar” ou que “Voluntários dão refeições a um cada vez maior número de pessoas”.

Com o agravamento da crise sócio económica que afeta o país e a região, aumentou, também,...

Deputado André Bradford (PS): Diga isso ao seu Governo da República! Mande-lhe uma cópia!

A Oradora: ...o número dos alunos que recorrem ao apoio da Ação Social Escolar que representa já cerca de 64% dos alunos matriculados, mais dois pontos percentuais do que no ano letivo de 2012/2013.

Ao longo dos últimos anos, as unidades orgânicas têm procurado identificar as situações de crianças mal alimentadas, apoiando-as na medida das suas possibilidades, tentando contribuir para a realização da igualdade de oportunidades em contexto escolar.

Consciente das dificuldades das famílias, a Secretária Regional da Educação e Formação, durante o ano letivo de 2012, tomou medidas no sentido de disponibilizar pequenos-almoços gratuitos na educação pré-escolar e ensino básico a crianças sinalizadas com carências alimentares,

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Curiosamente “absent” da sala!

A Oradora: ...como forma de assegurar o seu aproveitamento e sucesso escolar, cumprindo o estipulado na lei em termos de apoio. Porém, essas carências alimentares não desapareciam nos períodos de férias.

Para muitas crianças esta era a única refeição equilibrada que ingeriam, mas apenas em período letivo!

Ouvido sobre este assunto e sobre o projeto em análise, em sede de comissão, o senhor Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura, declarou que há questões que não compete à escola resolver, que não é função da escola dar apoio alimentar aos alunos em período de férias, que não é viável do ponto de

vista prático, nem financeiro e que estas medidas não podem abranger toda a população. Referindo, ainda, que os alunos mais carenciados tinham recebido apoio alimentar pelas respetivas escolas na interrupção letiva do Natal de 2012. Permita-me que lhe recorde, senhor Secretário, que os alunos não têm capacidades físicas para hibernar durante as férias...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Isso é demagógico, Sra. Deputada!

A Oradora: ...e esperar pelo reinício das aulas para se voltarem a alimentar,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Não faça demagogia com coisas sérias, Sra. Deputada!

A Oradora: ...nem a natureza do ser humano se compadece com a intermitência destes apoios.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Quem não sentiu já a sensação de fome, nem que seja pela não ingestão de alimentos apenas pelo período de algumas horas?

Felizmente, quantos se encontram aqui presentes e têm a responsabilidade para decidir a vida dos outros açorianos, nunca terão sentido fome real, pelo que se pode dizer, literalmente, que falam de “barriga cheia”.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Imaginemos então uma criança com fome e pensemos qual vai ser o seu aproveitamento e o seu comportamento escolar.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Já é mau com a barriga cheia!

A Oradora: Imaginemos, também, qual vai ser a resposta do pai ou da mãe dessa criança. É sabido que os pais são capazes de tudo para evitar o sofrimento dos seus filhos,...

Deputado André Bradford (PS): A senhora mande essa intervenção para o seu Governo da República!

A Oradora: ...mesmo de respostas socialmente reprováveis.

Reconhecemos que, em termos operacionais, o projeto em causa coloque alguns constrangimentos, desde logo porque implica um esforço de verbas significativo. No entanto o governo continua a apregoar a saúde das finanças regionais, bem como o partido que o suporta, pelo que este não será, certamente, um problema. A confeção e transporte das refeições e das crianças abrangidas que vivem longe das escolas constitui, também, uma dificuldade. Porém, já aqui o disse e volto a repetir, o governo foi eleito para decidir e resolver os problemas fáceis e difíceis dos açorianos. Faça-o!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Todas as razões aqui apontadas nos parecem mais do que suficientes para que sejam envidados todos os esforços, quer pela Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura de forma individual, quer através de parcerias estabelecidas com outras entidades e/ou instituições, por forma a dar resposta às necessidades de suporte e de inclusão de todas as crianças e jovens. Faça-o!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Mas faça-o com a celeridade que o problema exige, porque daqui a sessenta dias vamos estar exatamente a meio da interrupção letiva da Páscoa e a medida já não vai a tempo de colmatar as necessidades dos alunos nesse período de tempo.

Estamos certos de que o Governo Regional não ignora a situação de fome que vivem muitas famílias açorianas, pelo que não deveria necessitar de mais tempo para regulamentar um diploma que está em discussão há mais de um ano.

E era aqui que o Sr. Secretário deveria dizer que já estava a pensar nisso, que já estava a trabalhar no assunto e que não precisava que lhe recordassem,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): E a trabalhar!

A Oradora: ...porque se tivesse feito isso certamente que o problema já estava resolvido...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

...e nesta altura não continuávamos a ler nos jornais que há crianças com fome, que os pescadores não têm alimento para dar aos seus filhos.

É, pois, imperioso que a situação seja resolvida o mais rapidamente possível e por isso o PSD apresenta uma proposta de alteração que reduz o prazo de regulamentação de 60 para 30 dias.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Assim, o PSD Açores vai votar favoravelmente este projeto, não para que se perpetuem políticas de assistencialismo que criam desresponsabilização e dependência,...

Deputado André Bradford (PS): Então quais são as políticas? Diga-nos como é que se faz!

A Oradora: ...mas para que se apoiem as famílias em declarada situação económica difícil e aquelas que vivem o drama da pobreza envergonhada, da qual as crianças são as principais vítimas indefesas.

Termino com uma frase de Nelson Mandela: *“Democracia com fome, sem educação e saúde para a maioria, é uma concha vazia”*.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP considera que a proposta do Bloco de Esquerda agora em análise sobre o programa de fornecimento de almoço durante o período de férias escolares é meritória.

De facto, suprir carências alimentares a crianças em idade escolar é louvável e infelizmente um imperativo.

Infelizmente, porque há quem faça gala da gestão das finanças públicas regionais e das políticas públicas regionais de apoio social, mas o que é certo é que há fome nas escolas, há famílias açorianas com fome.

Aliás, nesta região com tanto autoelogio socialista à sua prestação política e governativa, hoje já não se pede esmola, pede-se comida para dar aos filhos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: No sentido de dar um contributo para inverter esta triste realidade, o Bloco de Esquerda há 1 ano apresentou a esta Assembleia uma iniciativa legislativa que na versão original apresentava alguns problemas logísticos e tornava difícil a sua implementação, mas teve um grande mérito. O Governo Regional admitiu que há miséria nos Açores, há famílias açorianas a viver na miséria.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): 17 anos de governo!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): 17 anos de oposição!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Com o riso do Sr. Vice-Presidente! O seu ar de gozo fica-lhe muito bem!

A Oradora: Porém, a Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, estranhamente, deixou que a sua iniciativa original fosse profanada e, portanto, a proposta que estamos agora a discutir, 1 ano depois, peca por palavras, atos e omissões.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Só falta a bênção!

A Oradora: Por palavras, porque remete para a escola uma competência que não é da escola; por atos, porque esqueceu que existe fome nas escolas para além das crianças apoiadas pela Ação Social Escolar; e por omissões, porque esqueceu-se que afinal os pequenos-almoços eram importantes.

Sra. Deputada, e dirijo-me a si porque apesar desta posição ter sido defendida pela Deputada Catarina, a verdade é que isto é uma iniciativa do Bloco de Esquerda e, portanto, pergunto-lhe: a que respeito é que os professores é que devem ter a responsabilidade...

(Aparte inaudível da Sra. Deputada Zuraída Soares)

A Oradora: Defendido aquilo que lhe estou perguntando!

Deputada Zuraída Soares (BE): Não está perguntando! Está afirmando!

A Oradora: Vou-lhe perguntar: a que respeito é que os professores é que devem ter a responsabilidade de sinalizar a fome nas escolas?

Se estas crianças não estão bem sinalizadas quer dizer que as assistentes sociais não estão a cumprir com o seu papel.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Informe-se, Sra. Deputada! Vá estudar!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apoiar quem precisa, sim, de forma a colmatar situações de carência, mas existem entidades públicas competentes para prestar este tipo de apoio e essas entidades não são seguramente as escolas.

É pena que a Sra. Deputada tenha deixado que a sua iniciativa fosse profanada, porque a versão profanada é muito mais injusta do que a versão original.

Deputado Berto Messias (PS): Então vote contra, Sra. Deputada! É um direito que lhe assiste!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Vote contra!

A Oradora: É mais injusta porque esquece os pequenos-almoços no período de férias, limita os apoios apenas aos alunos que pertencem ao 1.º e 2.º escalão da Ação Social quando existem 4 escalões e exclui as crianças que eram as principais visadas na sua versão original, que eram aquelas que não estavam sinalizadas e que não pertenciam exatamente ao apoio social escolar.

Mais!

Sobrecarrega as escolas, desresponsabiliza as assistentes sociais e é discriminatória.

Sabe, Sra. Deputada, por que é que é discriminatória?

Porque obriga as crianças em contexto escolar a admitir perante os colegas que têm fome.

A Sra. Deputada afirma que este número...

(Aparte inaudível da Sra. Deputada Zuraida Soares)

A Oradora: Então não é nas escolas que as crianças vão ser sinalizadas? Que têm que dizer que têm fome?

Digo-lhe: disse e sempre defendeu que os números estavam subestimados, que havia crianças com fome que não estavam sinalizadas porque os seus pais tinham vergonha de assumir publicamente que estavam com fome nas suas casas.

Pergunto-lhe: acha justo estigmatizar as crianças obrigando-as a admitir nas escolas que têm fome?

O CDS-PP acompanha com forte preocupação todos os casos de pobreza e de miséria nos Açores. Lamentamos que esta iniciativa meritória e até louvável tenha redundado numa mão cheia de quase nada.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apetecia-me quase começar pelo fim,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Começar pelo fim é complicado!

A Oradora: ...mas vou começar pelo princípio porque o Sr. Deputado Aníbal Pires já está na sala.

Ora bem, o Sr. Deputado Aníbal Pires disse na sua intervenção que a proposta do Bloco de Esquerda tinha sido esvaziada e sinceramente (aliás, é uma coisa que quase perpassou pelas intervenções todas) parece que não se está aqui a fazer algo de facto que resolva e que dê resposta a um problema básico, no qual o PS está envolvido, porque julgo que se distraíram que essa proposta de substituição integral é assinada pelo Bloco e pelo PS.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O PS conseguiu ultrapassar a realidade!

A Oradora: De facto, a Sra. Deputada Zuraida Soares (os que ainda não falaram levam a minha consideração) é que parece ter percebido o que é que se passava e, aliás, foi ela que esperou e foi ela que consensualizou.

O Sr. Deputado Aníbal Pires diz que o pequeno-almoço ficou de fora.

Sr. Deputado Aníbal Pires, o pequeno-almoço não ficou aqui e expliquei na primeira intervenção o aspeto logístico do que ficaria, de que seria difícil em termos de transportes, para além de que o pequeno-almoço, como disse a Sra. Deputada Judite Parreira, já existe nas nossas escolas disponível para as crianças que estejam sinalizadas para o efeito e está a funcionar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E a fruta?

A Oradora: Podem dizer: “Não está nas escolas todas”.

Se calhar não estão nas escolas todas os sinalizados, os que queríamos ou os que são necessários, mas está e há dados de que está a funcionar desde que a Sra. Deputada Cláudia Cardoso, então Sra. Secretária da Educação, anunciou que estaria disponível a partir do ano letivo de 2012/2013.

Se está a funcionar, se existe, não tem que estar aqui nesta matéria. Para além disso, o Sr. Deputado Aníbal Pires diz que deixa de ser gratuito.

Oh, Sr. Deputado, não nos parece que seja adequado, por uma questão até de educação, que os alunos enquanto estão na escola paguem 40 cêntimos por uma refeição e que depois vão para casa nas férias e não paguem nada por ela e quando regressarem às escolas qual é a reação?

“Então dão-nos de comer de graça nas férias e agora tenho de pagar quando estou na escola?”

Não nos pareceu uma boa medida,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Viva o socialismo!

A Oradora: ...mas pensei que estávamos a falar no diploma ainda na generalidade, contudo parece-me que já estamos na especialidade. Vamos a isso!

Ou seja, deixa de ser gratuito,...

Tem exatamente a mesma participação, mantêm-se os padrões, sobretudo porque de facto quem for sinalizado...

Sinalizado aqui não é com nada escrito na testa ou trazer ao pescoço escrito, nem com senhas especiais de carimbos; sinalizado é: dá-se conta daqueles e obviamente com o devido recato faz-se o encaminhamento que é para não haver rótulos, nem estigmas às crianças.

Portanto, os que forem sinalizados e não puderem pagar vão ter a sua refeição gratuita,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas quem pode pagar, paga!

A Oradora: ...mas vão ser contextualizados para que se saiba o que é que é necessário fazer àquela família e não como gostariam de fazer alguns: dar tipo uma esmola, vou-me embora e não penso mais nisso.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

A Oradora: Não! Nós vamos é saber por que razão é preciso que lhe tenhamos de dar de comer quando ele supostamente está num núcleo familiar alargado, porque um pode comer, mas ele pertence a uma família e se ele pertence a uma família nem sequer seria justo que depois chegasse uma refeição para um e os outros ficassem com o olho para ele.

Portanto, há que estudar no contexto a família destas crianças que são sinalizadas...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Veja lá se não estigmatiza a família!

Deputado André Bradford (PS): Não está no ADN!

A Oradora: ...e isso cabe-nos a todos, para além de que se deixa de ser diário, a questão de deixar de ser diário, passa a ser com a regularidade que há nos dias úteis que estão as escolas e as cantinas escolares.

Agora tenho de dizer: a Sra. Deputada Judite Parreira fez uma linda intervenção, mas fez uma intervenção digna de páginas de jornais de amanhã já que as de ontem foram baseadas em factos que ocorreram há 1 ano. A senhora sabe tão bem quanto isso que até a data do relatório foi alterada e a data do que afirmei para conformar com isso que aí estava.

Deputado Luís Garcia (PSD): A senhora já viu os jornais de hoje?

A Oradora: Oh, Sra. Deputada, a senhora fala do desemprego, a senhora falou da prostituição, a senhora falou da desgraça, desgraça em que nos pôs o seu presidente do partido nacional. **Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Oh Sra. Deputada!...

Deputado Luís Garcia (PSD): Então para que é que temos governo? Para que é a Autonomia?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Por que é que assinaram o acordo com a troika?

A Oradora: Foi ele que nos pôs nessa desgraça. Está a perceber?

Porque a desgraça em que está o país é da responsabilidade do Governo da República e dos partidos que lá estão responsáveis por isso.

E depois a Sra. Deputada fez muita questão...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que a Sra. Deputada Catarina continue a sua intervenção.

Tem a palavra a Sra. Deputada.

A Oradora: A Sra. Deputada Judite Parreira, para se dirigir à mediatização, usou as declarações do Sr. Secretário sobre – e ainda disse – o projeto em análise.

Oh, Sra. Deputada, o projeto em análise hoje, aqui e agora não é aquele sobre o qual o Sr. Secretário foi ouvido em comissão.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Não é sério da sua parte...

(Apartes inaudíveis das bancadas)

A Oradora: ...vir aqui dizer as declarações que o Sr. Secretário fez perante uma iniciativa que não é a que está aqui em apreço hoje.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Qual é o relatório?

Deputado Luís Garcia (PSD): Qual é o relatório que estamos a apreciar?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Seja séria!

A Oradora: Oh, Sr. Deputado, o relatório (sou séria) tem a ver com...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual é o relatório que está na base deste projeto?

A Oradora: É regimental que nós possamos entregar propostas de substituição integral, propostas de alteração até à votação na generalidade, que é uma coisa que, por exemplo, a Sra. Deputada Graça Silveira podia fazer em vez de vir para aqui fazer questões pontuais e muito dirigidas à Sra. Deputada Zuraída Soares, da miséria, de trazer de casa ou sobrecarregar as escolas.

A Sra. Deputada pretendeu negligenciar e pretendeu diminuir a presença do PS nesta iniciativa ou dirigir-se apenas à Sra. Deputada Zuraída Soares.

Pois lamento Sra. Deputada Graça Silveira, mas vai ter de levar com as duas,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Eu aguento Sra. Deputada Catarina!

A Oradora: ...porque o pacote é conjunto. É do Grupo Parlamentar do PS e é do Bloco de Esquerda.

Portanto, a Sra. Deputada quando tiver dúvidas, se calhar era conveniente (e nem vou fazer como a Sra. Deputada faz, que é chamar a atenção quando estão os outros distraídos e ela está a falar, mas isso nem vou fazer) que tivesse maior propositura, porque na verdade estamos aqui a assistir, ou as intervenções que aqui antecederam, tinham mais a ver com um anúncio de reprova ou de chumbo da iniciativa quando não, quando é uma medida que é para dar uma refeição quente, completa, diária em período de férias,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é uma vergonha! Há fome nos Açores!
A Via Açoriana!

A Oradora: ...em interrupções letivas e ficar garantido a todas as crianças a que seja necessário acudir.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta questão começo pelo fim.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há fome!

Deputado Berto Messias (PS): Eu aguardo pela posição do CDS!

O Orador: Oh, Sr. Deputado Berto Messias, permite-me que continue a minha intervenção se faz favor?

Muito obrigado.

Considero que em relação a esta matéria nós temos aqui uma evolução por parte do Partido Socialista. Temos uma evolução. Para resolver os problemas temos que reconhecer que eles existem e o Partido Socialista com esta proposta reconhece que existe um problema objetivo que está neste momento a crescer na sociedade açoriana, que tem problemas, que tem implicações e que tem também responsabilidades por parte do Governo Regional, tem; mas que tem também responsabilidades no âmbito e que devem ser assacadas ao Governo da República, nomeadamente em relação ao contexto socioeconómico que nós estamos a viver.

Penso que nós temos que trabalhar com honestidade e nós temos que nos posicionar com honestidade em relação a esta questão.

Há um contexto nacional muito difícil e também a nível regional o contexto é também muito difícil.

Acho que há aqui, nesta proposta, por parte do Partido Socialista, o reconhecimento de que nós temos um problema, que nós temos que resolver esta questão e que temos de criar respostas.

Considero também que é evidente, por parte do Bloco de Esquerda, que existiu aqui um processo negocial e é evidente que a natureza do documento da primeira proposta, a diferença que existe entre a proposta inicial do Bloco de Esquerda e esta proposta, é significativa.

Isto não quer dizer (e aproveito para dizer que o PPM votará favoravelmente esta proposta) que a proposta não signifique uma melhoria nas respostas no âmbito social e educativo que estão a ser dadas. Há uma melhoria, mas não é tão grande, Sra. Deputada, e não é tão – digamos assim – abrangente como a sua proposta inicial.

Portanto, há aqui um recuo de V. Exa. e um recuo também do ponto de vista daquele que é também o conceito, até na própria introdução.

Veja bem! Na sua proposta inicial a Sra. Deputada fala (e bem!) da fome que existe nas nossas escolas, a fome nas escolas.

Repare que, por exemplo, na alteração já não é utilizada essa terminologia.

Portanto, há uma alteração quer do ponto de vista dos conceitos, quer do ponto de vista da terminologia que é utilizada, que é muito menos frontal, e também a resposta parece-me menos operativa.

Apesar de tudo, considero que é um avanço, por isso mesmo é que vou votar favoravelmente.

Devo dizer também que tenho dúvidas em relação à operacionalização prática destas respostas, nomeadamente no que diz respeito ao artigo 4.º (aqui o n.º 4 do artigo 4.º - “Procedimento de atribuição”). Tenho dúvidas que esta resposta seja tão eficaz como aquela que poderia ser dada e que está a ser dada em algumas escolas do território continental nas próprias escolas.

Não sei até que ponto é que esta nossa rede de respostas sociais não está já neste momento em rutura e não está a dar as respostas adequadas. Portanto, nesse sentido tenho dúvidas em relação à operacionalidade deste conceito e desta forma de ajuda que é aqui implementada.

De qualquer das formas vou esperar e vou avaliar o resultado do programa e da aplicação do programa. Vou esperar, mas à partida, conhecendo um pouco a

realidade do ponto de vista social, tenho dúvidas que a resposta seja suficientemente positiva.

Portanto, estas são as questões e em relação ao PPM nós não deixamos de considerar que é um avanço no reconhecimento do problema, é um avanço no diagnóstico da situação e é também um avanço na resposta a esta questão, embora não me pareça que seja suficientemente ambiciosa, tendo em conta a gravidade da situação, mas apesar dessa dificuldade e sendo um avanço, o PPM vota a favor.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

(*) Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Governo Regional acolhe esta iniciativa parlamentar que visa verter em diploma uma prática que decorreu ao longo deste último ano de 2013.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

A Oradora: Em bom rigor, desde o Natal, desde as férias do Natal de 2012/2013, que a Secretaria Regional da Solidariedade Social, em parceria e em articulação com a Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura, proporciona refeições em períodos de férias escolares às crianças.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então isto é desnecessário!

A Oradora: Esta proposta legislativa vem no fundo firmar em letra de lei aquilo que foi concretizado, que é um dever do Governo Regional atender e todas as crianças que foram sinalizadas pelas escolas foram atendidas com uma refeição completa de sopa, prato, fruta ou sobremesa e só para dar-vos os dados de Natal de 2013 foram 780 crianças atendidas.

A solução adotada agora nesta proposta legislativa evita alguns dos constrangimentos que a primeira proposta continha, nomeadamente a questão do transporte, da deslocação das crianças, que residem em diferentes freguesias em relação ao local onde está a escola.

Sabemos também que por regra (e ainda hoje uma notícia de um dos jornais fazia referência a isso, de uma das escolas de São Miguel) as cantinas e mesmo

os trabalhadores estão muitas vezes também em período de férias, porque o programa de contratação das refeições não contempla este período de funcionamento das escolas.

Quanto à questão que também está prevista neste diploma da sinalização dos casos, inclusive havendo esta possibilidade do pedido de refeição ser feito a solicitação dos alunos, nós devemos, temos o dever, de considerar essa sinalização, mas não podemos ficar apenas ao nível da criança. Nós temos de ir mais longe e foi isso que fizemos com todos os casos que foram sinalizados.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

A Oradora: Não houve um caso que não fosse sinalizado que não tivesse tido uma avaliação por parte dos serviços da Ação Social da zona de residência dessa criança.

E mais! A criança beneficiou da refeição e a família beneficiou da refeição.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

A Oradora: Não faz sentido que uma criança traga para casa ou seja-lhe facultada uma refeição, para os irmãos, que eventualmente não estão a frequentar a escola, fiquem a olhar para a criança que está comendo a refeição no período das férias escolares.

Deputado José Ávila (PS) e Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

A Oradora: Mas ele pode ter irmãos pequeninos que podem estar, como o senhor disse, a passar fome e não faz sentido que o apoio da escola à criança da escola não beneficie a família e o trabalho que nós fizemos foi de que todas as crianças sinalizadas pelas escolas tiveram o apoio à família.

Portanto, o que achamos importante, e que este diploma refere,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ainda vai estigmatizar alguém!

A Oradora: ...é esta articulação que, como vos disse, acontece na prática, porque na escola existe uma equipa multidisciplinar que não é apenas o professor, existe um serviço da Ação Social na zona de residência da criança e existe um critério que se pode pôr em causa, mas que não deixa de ser um critério, que é a definição dos escalões na Ação Social Escolar, que pressupõe

um determinado nível de rendimentos ou de dificuldade económica por parte das famílias.

Portanto, temos aqui aspetos objetivos que nos permitem alocar as verbas que forem necessárias para apoiar as crianças em período escolar.

Quero só relembrar que a importância deste trabalho tem de ser feita não apenas no apoio às crianças, mas de apoio à família, porque é necessário (que esta família, ou mesmo essa criança que por um acaso se sinalize que não comeu naquele dia ou que necessita de uma refeição) verificar (entre aspas) se é também algum desleixo eventualmente da família, porque nós também sabemos que existem famílias que desleixam o apoio às crianças ao nível das refeições,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Bem-vinda ao clube!

A Oradora: ...tendo inclusive até capacidade para o fazer.

Portanto, é essa a necessidade que nós temos de aferir, as necessidades objetivas das famílias.

O programa já decorreu como eu disse ao longo destes períodos de férias escolares e irá manter-se ao abrigo desta legislação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! A senhora dali para aí tem uma grande diferença! Lembra-se do que lhe disse há 2 anos?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Foi uma frase do Mário Soares!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Venho de novo a este debate não pelas considerações que a Deputada Catarina Furtado teceu sobre a minha intervenção, mas por outros motivos, mas de qualquer forma não posso deixar de dizer à Deputada Catarina Furtado que eventualmente por problema meu de comunicação e de expressão a Deputada Catarina Furtado não terá percebido bem a minha intervenção e acabou por concluir que eu não tinha percebido que o diploma de substituição integral que

estamos a discutir tinha sido subscrito pelo Bloco de Esquerda e pelo Partido Socialista. É claro que percebi, mas isso eventualmente terá decorrido e terá sido responsabilidade minha.

Mas venho ao debate para aduzir aqui uma questão que me parece que é a raiz de todos estes problemas.

É evidente que cabe-nos, cabe aos órgãos de governo próprio da região, encontrar aqui as soluções mais adequadas para resolver um problema que nós sabemos que existe e que é um problema de emergência social e, portanto, teremos de encontrar aqui soluções para esta emergência social, mas a raiz do problema reside num conjunto de opções políticas que têm sido feitas designadamente na República e que têm contribuído para, ou por via indireta, ou por via direta, reduzir e diminuir o rendimento das famílias, o rendimento de quem trabalha e isso é que está a provocar estas situações de emergência social. Portanto, não nos enganemos! O problema reside aí e é evidente que não posso deixar de me dirigir à bancada do CDS-PP e lembrar isto mesmo à Deputada Graça Silveira.

Nós estamos aqui a tentar encontrar (podem não ser as melhores formas) uma solução que amenize esta situação de emergência social, mas a verdade é que o CDS-PP e o PSD têm responsabilidades nesta matéria, porque a raiz do problema são as políticas que têm sido seguidas na República pelo governo do CDS-PP e pelo governo do PSD (políticas de austeridade) que flagelam os portugueses, que flagelam os açorianos e os açorianos são mais penalizados pelas características da nossa própria economia, pelas características da nossa própria região.

Portanto, não nos podemos estar aqui a esconder atrás do problema. A raiz do problema é esta...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é só parte da raiz!

O Orador: ...e enquanto esse problema não for resolvido,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é!

O Orador: ...enquanto isso não for resolvido, enquanto não houver uma rutura com essas políticas, nós vamos ter sempre estes problemas e isto é uma resposta...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é!

O Orador: ...que podia ir mais além. É uma resposta! Mas a raiz do problema é esta. É uma questão de justiça, é uma questão de rendimento.

O problema da região, o problema da fome na região e no país, não se resolve desta maneira, resolve-se com outra política e resolve-se aumentando o rendimento das famílias na região e o rendimento das famílias no país. Isso sim! Enquanto isso não acontecer aquilo que nós podemos fazer são apenas alguns paliativos e, aliás, em termos da Região Autónoma dos Açores e daquilo que são as competências da Região Autónoma dos Açores também precisamos de ter aqui algum cuidado, porque nós não podemos estar aqui a assumir todos os erros da República quando se procura satisfazer...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto não tem a ver com o Governo da República!

O Orador: Não tem a ver! Então não tem a ver, Sr. Deputado?

Sei que isso não lhe convém, mas tem a ver, porque se não fossem as políticas de austeridade impostas pelo governo do PSD e do CDS-PP...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a Via Açoriana?

O Orador: ...esta situação não se estaria a verificar.

É evidente que na região também se poderia ir mais além. Aliás, ontem estivemos aqui a discutir isso mesmo.

Portanto, não nos iludamos. Este não é o caminho.

Este caminho que tem vindo a ser seguido é que resulta nisto: resulta na fome, resulta na exclusão social.

Portanto, este caminho tem de ser interrompido e procurarmos outro caminho.

Um caminho de justiça e que reponha a dignidade às pessoas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Judite Parreira.

(*) **Deputada Judite Parreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Catarina Furtado, gostaria de agradecer o elogio que fez à minha intervenção, mas deixe-me que lhe diga que não faço intervenções a pensar na mediatização (a senhora não me está a ouvir, mas depois hão de dizer-lhe)...

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

A Oradora: ...que elas vão ter, nem me importa o que é que a comunicação social amanhã vai colocar nas primeiras páginas.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

A Oradora: Isso não me interessa. Não é para isso que trabalho. Trabalho para as pessoas, trabalho para o interesse dos açorianos,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

A Oradora: ...porque foram eles que me colocaram aqui.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Depois a senhora falou dos títulos de jornais a que eu fiz referência.

Deixe-me também que lhe diga que todos eles são muito recentes. O mais antigo que tenho aqui data de 20 outubro. Todos os outros são posteriores.

Portanto, é uma situação, esta situação que dura há 1 ano, esta iniciativa que deu entrada e que nunca foi aprovada, que nunca foi resolvida só veio agravar a situação, por isso é que agora os jornais trazem os títulos que trazem, culminando com aquele que é o título de hoje do *Correio dos Açores*...

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem! Vocês não gostam!

A Oradora: ...que diz que há filhos de pescadores que vão para a escola sem comer, porque o FUNDOPESCA não foi ativado.

Isto era uma situação que já podia estar resolvida se esta medida já tivesse sido aprovada.

Depois, Sra. Secretária, a senhora falou aqui de uma escola, em que refere os constrangimentos da escola para poder fornecer as refeições.

Efetivamente também está aqui no *Correio dos Açores* de hoje a cópia integral do parecer que esta escola deu à Comissão dos Assuntos Sociais na altura em que lhe foi pedido o parecer sobre esta iniciativa. Naturalmente a senhora não sabe nem tem de saber, mas estou eu a dizer-lhe.

Por fim, Sra. Deputada Catarina Furtado deixe-me que lhe diga também que não lhe fica bem nem é sério da sua parte estar constantemente a fazer referência ao Governo da República quando lhe interessa sacudir a água do capote.

Deputados Luís Rendeiro e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não é sério?!

A Oradora: A situação em que o país se encontra neste momento também é responsabilidade do Partido Socialista;...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Rogério Veiros (PS): Mas alguém foi para além da troika!

A Oradora: ...porque o acordo com a troika também foi assinado pelo Partido Socialista; porque nós somos uma região autónoma com governo próprio é para governar bem; e porque...

Deputado Luís Maurício (PSD): Aí é que está a Via Açoriana!

A Oradora: Pois a senhora acha piada a isso!

... quando as coisas correm bem ao governo nunca vi dividirem isso com o Governo da República.

Portanto, Sra. Deputada, assumo aquilo que lhe diz respeito.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quanto às questões do Governo da República gostava de lembrar que existem verbas avultadas que o Governo da República disponibilizou à região exatamente para combater este tipo de carências alimentares e pobreza.

Aproveito para perguntar à Sra. Secretária quanto é que o Governo da República lhe deu para implementar as cantinas sociais...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Deu?

A Oradora: ...e quanto é que a região já utilizou dessa verba até ao momento? Muito obrigada.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Deu? O Governo da República dá?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tenho que vir aqui em auxílio da proposta do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda,...

Deputado Berto Messias (PS): Não se incomode, Sr. Deputado!

O Orador: ...porque penso que a intervenção da Sra. Secretária da Solidariedade Social esvaziou esta proposta no sentido do que a Sra. Secretária o que disse foi: “ Nada do que aqui está proposto não está a ser feito. Nada do que o Partido Socialista e que o Bloco de Esquerda estão a propor não está já a ser feito há muito tempo.”

Devo dizer em ajuda à bancada do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda que os senhores têm razão quando apresentam esta proposta, porque os senhores quando apresentam esta proposta não a apresentam de forma gratuita de certeza absoluta. É porque consideram que existe um problema e há coisas que não estão a ser feitas e precisam de ser feitas.

Portanto, é por isso que o Partido Socialista apresenta esta proposta e é por isso que o Bloco de Esquerda apresenta esta proposta, porque se está tudo a ser feito

e se a Sra. Secretária já está a fazer tudo o que os senhores estão a propor, então há aqui um problema: é que a vossa proposta é absolutamente gratuita.

Portanto, nós temos aqui por parte do Governo Regional, mais especificamente da Sra. Secretária, uma negação da utilidade da vossa proposta e devo, em ajuda ao Partido Socialista e ao Bloco de Esquerda, dizer que acho que os senhores têm razão, acho que isto não está a ser feito e acho que é necessário melhorar os mecanismos. Portanto, os senhores têm razão e o Governo Regional não tem.

Devo dizer também o seguinte. Preferia a proposta inicial do Bloco de Esquerda.

Resposta aonde? Na comunidade escolar.

Resposta aonde? Nos refeitórios escolares.

Preferia essa resposta, mas também reconheço um problema. Nós temos o problema do transporte escolar que é caríssimo na região.

Percebo que isto é um problema, percebo que isso é um condicionalismo. Tenho essa perceção e nós temos que ser também pragmáticos em relação a este posicionamento, ou seja, resolver isto nos refeitórios escolares no âmbito das escolas, devido ao transporte escolar pode ficar muito caro. Percebo isso. Percebo que este é um argumento que pode ser aduzido e considero que isso é um argumento válido.

Agora o que não se pode vir a dizer é que já tudo está a ser feito e que esta proposta é absolutamente gratuita.

Não, não é! Porque estão previstos mecanismos do ponto de vista da escola, do contributo que a comunidade escolar pode dar, dos professores com certeza também, que são muito positivos e que vão melhorar a situação que se está a viver atualmente nas nossas comunidades.

Acho que esta proposta não sendo tudo, é alguma coisa; não resolvendo tudo, resolve alguma coisa.

Deputado Berto Messias (PS): Isto vai ser aprovado por unanimidade! Mas tem piada!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não tem piada nenhuma, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Dada a ausência do Sr. Secretário da Educação da sala queria diretamente interrogá-lo, mas não posso. Portanto, prescindo da minha intervenção, porque era exatamente para fazer uma pergunta ao Sr. Secretário.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ele está ali!

O Orador: Está!

Dada a sua...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Presença!

O Orador: ...presença, Sr. Secretário da Educação, Ciência e Cultura, há 1 ano, aquando da discussão do Plano e Orçamento, denunciámos aqui que havia fome nas escolas. O senhor negou veementemente essa questão (Diário das Sessões dessa altura).

Dizia o senhor para mim: “Não, não Sr. Deputado! Levanta as questões, porque o Sr. Deputado gosta de fazer aqui o seu brilhantismo político utilizando a desgraça dos outros. Então prove-me aqui, apresente nesta casa, nomes de crianças que estão a passar fome e depois aí eu responderei!”

A pergunta é, Sr. Secretário: qual é a sua resposta?

O que é que mudou de março de 2013 para fevereiro de 2014?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Foi uma descida à terra!

O Orador: Afinal há, ou não há fome nas escolas? Havia, ou não havia fome naquela altura?

O que é que mudou no seu pensamento? O que é que mudou, Sr. Secretário?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A realidade!

O Orador: Agora é que eu pergunto-lhe. Responda-me! “Eu responderei” diz aqui o senhor.

Está na altura do senhor responder.

Quanto à bancada do Partido Socialista, afinada pelo mesmo diapásão, sobretudo a Sra. Deputada Catarina Furtado, não é preciso levar com duas, basta para si levar com uma: com a coerência.

O que é que mudou na bancada do Partido Socialista para vir exatamente com o discurso contrário do que tinha há 1 ano, aqui, nesta mesma casa, negando evidências?

Por uma vez, por muito estranho que isto possa parecer, concordo com a Sra. Secretária Regional da Solidariedade. É que o problema não está na escola, está na família e é preciso efetivamente atuar a montante, é preciso fazer o trabalho nas famílias.

Quando eu aqui dizia que algumas apenas mandavam os filhos para escola para terem os apoios sociais, estava coberto de razão, Sra. Secretária.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E tem!

O Orador: Era isso que acontecia e é isso que os senhores estão a detetar.

Por isso, aquilo que eu sugiro-lhe é que as assistentes sociais e quem tem responsabilidade nisso,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Até têm mais filhos para terem mais apoios sociais!

O Orador: ...que identifique as famílias, que trabalhe com as famílias, que lhes deem hábitos alimentares, etc., etc., etc. Façam um trabalho para quando as crianças chegarem às escolas não chegarem com fome, como hoje ainda mais um jornal denuncia, filhos de pescadores com fome por mais uma teimosia vossa de não quererem aprovar o FUNDOPESCA.

Mais uma vez, como eu dizia há 1 ano, não sou eu que o digo, são os jornais.

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eis a realidade em si!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para responder diretamente ao Sr. Deputado Artur Lima.

O que mudou neste ano foram exatamente as medidas, mais medidas e mais medidas de austeridade que nos mandou,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O ano passado não havia fome!

O Orador: ...que nos presenteou o seu Governo da República.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para registar a falta de resposta do Sr. Secretário Regional.

Deputado Berto Messias (PS): A Sra. Deputada respondeu, o que mudou foi a austeridade do Governo da República!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Perguntei ao Sr. Secretário!

Deputado Berto Messias (PS): Mas respondemos à mesma! Estamos aqui para isso!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor brinca com estas coisas! O senhor gosta mais é de dar crédito automóvel!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado dirigiu-se diretamente a mim. Eu não estava a participar no debate, não sabia que podia participar por desconhecimento meu, mas terei todo o gosto em dar a resposta.

Aquilo que disse e relativamente à pergunta que fez, digamos ao ultimato que fez, temos que ver duas coisas que o Sr. Deputado não está a ver.

Uma coisa é a obrigação da escola de fornecer a alimentação nos termos que estão regulamentados e que está a ser cumprido em todas as escolas. Estamos a falar dos períodos letivos, ou seja, nos períodos em que a escola está a funcionar.

Foi nesse contexto e nessas situações que eu disse aquilo que está registado e que mantenho.

A escola tem uma função, que é ensinar, que é exercer a função que o estado e a região lhe conferem de formação às crianças. Durante os períodos escolares todas as crianças têm a alimentação adequada nos termos do respetivo escalão.

Outra coisa são as situações fora da escola pelas quais a escola não pode, nem deve responder, mas como foi dito pela Sra. Secretária da Solidariedade Social, tem havido articulação desde o Natal de 2012, portanto, praticamente desde que este governo entrou em funções, no sentido de (já nessa altura) durante as férias do Natal as crianças que estavam sinalizadas e que foram indicadas escola a escola receberem pelo meio que a Sra. Secretária indicou a alimentação em casa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Foram só as crianças ou foi à família toda?

O Orador: Foi um trabalho do Governo através de outra secretaria.

Dentro da escola as crianças (continuo a dizer) têm a alimentação que é necessária. Fora da escola essas mesmas crianças, e de acordo com as indicações que são dadas pelas escolas, pelas autoridades das escolas que são transmitidas nominalmente à Secretaria da Solidariedade Social, recebem a alimentação no período em que não há atividade letiva.

Sr. Deputado, mais claro do que isto não sei o que é que pretende.

Também volto a repetir e há pouco a Sra. Deputada Judite Parreira fez o mesmo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor negava que havia fome na escola!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Afinal tinha o nome das crianças, queria era fazer *show-off*!

O Orador: Uma coisa é nós falarmos seriamente destas matérias, porque estamos a falar de pessoas que eventualmente sofrem e acho que é muito desagradável estarmos aqui a fazer esse tipo de jogo político jogando com essas situações.

Essas situações estão a ser tratadas com seriedade pelo Governo, com toda a honestidade e sobretudo de maneira a evitar que essas crianças sejam estigmatizadas socialmente para além dos problemas que já têm a nível familiar ou outros. Por isso, não andamos a fazer barulho acerca daquilo que está a ser feito. Apenas podemos garantir que dentro das escolas as crianças têm a alimentação;...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Enquanto andarem a fazer estigmatização ao combate à pobreza, vão chegar longe!

O Orador: ...fora das escolas, através da Solidariedade Social, têm a alimentação de acordo com as indicações que são dadas pelas escolas.

Já agora essas crianças não são (para a Sra. Deputada Zuraida Soares, suponho eu) sinalizadas porque o professor tem olho. Há equipas multidisciplinares que envolvem professores, as autoridades das escolas, psicólogos, etc., que fazem esse tipo de trabalho dentro da escola. Respondo apenas pelo que se passa dentro da escola. Quero dizer que esse trabalho é feito com o máximo rigor e sobretudo com o máximo respeito pelas crianças e pelas respetivas famílias.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, muito obrigado pelos seus esclarecimentos.

Agora o senhor não venha aqui julgar que o Governo é mais sério do que os outros, porque não é e não é pelo seguinte motivo. Há 1 ano o senhor é que estava a fazer política com esta questão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Não, não! Fui interpelado e respondi!

O Orador: O senhor negava que havia fome na escola.

Se o senhor me disser se eu concordo com aquilo que o senhor acabou de dizer aqui, hoje e agora, concordo. Subscrevo por baixo.

Vai ter é que dizer ali à Sra. Deputada Catarina Furtado para levar consigo também e aprender que há uma equipa multidisciplinar que não é o professor que tem essa obrigação. É também, mas ela vai ter de levar consigo. Já levou aqui com esta bancada, agora leva consigo e ainda vai levar com mais um ou dois no fim deste debate.

Sr. Secretário, é naturalmente isto que temos de encarar, com seriedade.

Quando se tem fome, Sr. Secretário, não se sofre eventualmente. Sofre-se sempre. Sofrimento físico e psíquico, não só quem passa a fome, mas também pais que têm filhos a passar fome se calhar sofrem mais do que o próprio filho que passa fome, Sr. Secretário.

O que me entristece ao fim destes anos todos de Autonomia,...

Deputado André Bradford (*PS*): Não precisa explicar isso porque a gente sabe!

O Orador: ...quando se discute algumas outras questões esotéricas, é por que é que (os órgãos de governo próprio e o Governo Regional dos Açores, qualquer que seja, este ou outro que estivesse aí, porque o problema se calhar seria o mesmo), estamos a discutir fome na Região Autónoma dos Açores.

Se há sinais de que a autonomia falhou, esse é um deles.

Já ontem tivemos aqui a saúde onde também há falhas,...

Deputado José San-Bento (*PS*): Falhas!

O Orador: ...mas fome, Sr. Secretário, é o maior indicador de um setor que está regionalizado, que é a educação; fome nas escolas, num setor que está regionalizado que é a parte da Solidariedade Social. Fome, Sr. Secretário!

Então para que é a Autonomia? Para estarmos ao fim de quase 40 anos a dizer que há fome nos Açores, que há fome nas escolas?

Deputado José Ávila (PS): Não é nas escolas!

O Orador: Qual é a prioridade de investimento?

É investir em museus de arte moderna, como nós aqui já denunciámos, ou era investir nas famílias, combatendo as causas da fome?

Deputado José San-Bento (PS): Isso é demagogia pura!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Refinada!

O Orador: Quais são, Sr. Deputado, as prioridades?

Dei-lhe um exemplo de prioridade, dos museus de arte moderna, que aliás eram concorrenciais, mas podia-lhe dar outros e isto, a fome, é que prova que falhou a Autonomia e que os senhores falharam em 17 anos de governação, porque a fome não existe apenas com o novo governo, passando uma esponja no passado, porque com o velho governo nunca ouvi, aqui, falar de fome.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Estêvão tem toda a razão quando diz que nós temos razão. Pois temos, Sr. Deputado! Nós temos razão e é exatamente porque temos razão que eu estou satisfeita com a aprovação deste Projeto de Decreto Legislativo Regional,...

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

A Oradora: ...ao contrário de alguns e de algumas Sras. e Srs. Deputados que parecem que estão muito incomodados com isso. Assumo em nome do Bloco de Esquerda que estou satisfeita.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

A Oradora: Moderadamente, porque queria mais. Queria! Mas aquilo que nós conseguimos agora é alguma coisa e,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não está a conseguir nada!

A Oradora: ...portanto, estou satisfeita.

Já agora, isto vale sempre a pena...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quando a alma não é pequena!

A Oradora: ...fazer um exercício de memória, quando a alma não é pequena, coisa que nem sempre acontece.

Uma das razões porque eu há pouco na minha primeira intervenção me dei ao trabalho de ler Diário do nosso plenário que discutiu o pedido de urgência, não foi porque não tivesse mais nada que fazer, Sras. e Srs. Deputados. Foi porque as intervenções de cada um dos partidos durante aquela discussão, nomeadamente do PSD, do CDS e do PS mostravam bem qual era a sua posição e justificaram por que é que chumbaram a urgência e o CDS chumbou a urgência, o PSD também e o PS também. Sabem porquê, Sras. e Srs. Deputados?

Li há bocado, porque a nossa proposta era pouco ágil, de uma difícil operacionalização,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tínhamos razão!

A Oradora: ...trazia problemas quanto ao fornecimento dos transportes - das refeições, peço desculpa -,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

A Oradora: ... trazia dificuldades de transportes e até o Sr. Deputado (então Deputado) Nuno Melo Alves, em sede de comissão dizia – está no relatório – “que relativamente à proposta em análise considera importante esmiuçar alguns aspetos inerentes à sua operacionalidade...”

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): A senhora também achou!

A Oradora: Oh, Sra. Deputada, agora ouça, porque ouvi-a.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Com certeza!

A Oradora: Faça-me esse favor.

...o que poderia envolver na prática a implementação deste programa no que respeita à abertura das escolas durante as férias, com as consequentes implicações logísticas, por exemplo, no que concerne ao transporte dos alunos; se seria possível complementar a proposta, enfim, de uma forma com uma abrangência automática; se se previam mecanismos que respondessem a quem não queria ver-se nele integrado”, etc., etc., etc.

Sras. e Srs. Deputados:

Vota-se contra a urgência, levantam-se diversas questões ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Baixou à comissão!

(Apartes inaudíveis da Deputada Graça Silveira e do Deputado Artur Lima)

A Oradora: Mas é a senhora que está a intervir ou sou eu?

(Risos da câmara)

Sou eu, não sou? Muito obrigada.

Então vou continuar.

... reprovam a urgência, explicam em sede de comissão porque é que a reprovaram, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A senhora é que se vendeu!

A Oradora: ... em última análise (tudo resumido) é porque era absolutamente impossível de ser implementada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E era!

A Oradora: Abstêm-se (apesar da proposta do BE há um ano atrás ser do melhor que Deus deitou à terra) em sede de comissão na sua votação e agora vêm aqui dizer que o nosso Projeto de Decreto Legislativo Regional foi profanado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E foi!

A Oradora: É uma coisa extremamente curiosa, porque durante um ano os partidos que agora acusam de profanação, não fizeram, em sede de comissão, uma única proposta para que esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, fosse exequível, ...

Deputado André Bradford (PS): Não fizeram absolutamente nada!

A Oradora: ... respondesse à fome, respondesse às necessidades das crianças com quem agora estão tão preocupados.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem, Sra. Deputada!

A Oradora: Mais, além de não terem feito nenhuma proposta, não terem dado nenhum contributo, ficam admirados por outros o terem dado.

Há um ditado, Sras. e Srs. Deputados (o povo é muito sábio) que diz assim: “Quem tem telhados de vidro, o melhor é não atirar pedras aos outros, porque normalmente caem-lhes em cima da cabeça”.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E há os telhados de lã de vidro, é o que está na moda agora!

A Oradora: Continuando, falou-se em estigmatização.

Sras. e Srs. Deputados, para mim a estigmatização é a pobreza, as carências, a fome e a falta de apoio, isso é que estigmatiza. Não é ser sinalizado porque se tem necessidades. Isso não é estigmatizar, isso é justiça.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A senhora é que diz que é!

A Oradora: A estigmatização é a fome, é a pobreza, é a miséria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

A Oradora: Mais, vamos continuar.

A Proposta do BE sai esvaziada?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sai, sai!

A Oradora: Não sai Sras. e Srs. Deputados! Sabem porquê? Porque as barrigas de muitas das nossas crianças e jovens, saem cheinhas. Isso é que é o principal.

(Aparte inaudível do Deputado Aníbal Pires)

A Oradora: Não. O pequeno-almoço tem na escola. Já lá vamos Sr. Deputado! Já lá vamos ao pequeno-almoço.

Depois, o pequeno-almoço desapareceu. Não desapareceu Sras. e Srs. Deputados!

O título do nosso Projeto de Decreto Legislativo Regional dizia assim: “Pequeno-almoço na escola e almoço durante o período das férias escolares”.

O que aconteceu ao longo deste ano é que o programa de pequenos-almoços nas escolas, na realidade reconhece aqui o BE, melhorou. Melhorou na abrangência,

melhorou na quantidade e melhorou na facilidade com que é atribuído. Isto tem que ser reconhecido.

Portanto, melhorou? É o ideal? Dá tudo? Não. Mas melhorou relativamente há um ano atrás, quando nós apresentámos este Projeto de Decreto Legislativo Regional.

O que é que ainda não melhorou de acordo com a nossa exigência média?

Aí Sra. Secretária Regional, tenho que dizer-lhe que há um desacordo: nem todas as situações estão sinalizadas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Claro!

A Oradora: Todos nós nesta câmara, desde lá de cima das galerias da comunicação social, aos funcionários, aos Deputados, às Deputadas e aos Membros do Governo, conhecem situações de crianças, de jovens e de famílias que não estão sinalizadas.

Portanto, não vale a pena dizer que os problemas estão todos resolvidos quando todos nós sabemos que não estão.

Este é um contributo que vai resolver tudo, este Projeto de Decreto Legislativo Regional? Não vai. Mas é um contributo que vai ajudar a resolver.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto não é um contributo!

A Oradora: É por isso que eu estou satisfeita e não conseguem tirar essa satisfação com qualquer demagogia com que venham.

Depois, só para completar, convém que quando se faz a análise e sobretudo uma crítica, legítima mas acérrima a uma iniciativa legislativa, se saiba o que é que lá está escrito.

Portanto, quando aqui se diz que apenas as crianças (foi aqui afirmado) do primeiro e do segundo escalão é que têm direito aos almoços, eu vou ler o artº. 4º.:

“Procedimento de Atribuição:

1 – Beneficiam do regime estabelecido no presente diploma os alunos abrangidos pelo 1.º e 2.º Escalão da Ação Social Escolar e que requeiram junto da unidade orgânica a atribuição do almoço durante o período de férias e interrupções letivas.

2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, as situações pontuais e urgentes, sinalizadas pelas Unidades Orgânicas, ficam igualmente abrangidas pelo regime estabelecido no presente diploma”.

(...)

Poderia continuar.

Portanto, não é verdade (não é verdade) aquilo que aqui foi afirmado.

O povo também diz Sras. e Srs. Deputados, que “o ótimo é inimigo do bom”.

O BE admite aqui e agora que era mais ambicioso e que queria mais. Fê-lo há um ano atrás e nenhum outro partido o fez.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Cavalga nas iniciativas dos outros partidos!
É especialista!

A Oradora: Agora, ao fim de um ano, aquilo que vai ser aprovado é um contributo que, embora baixando os limiares de ambição, dá resposta a situações de urgência e de justiça social a que todos nós, nesta casa, temos obrigação de responder.

A Oradora: Portanto, eu estou satisfeita!

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está satisfeita com uma iniciativa do PS?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira. Tem apenas dois minutos.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, vou só responder-lhe àquilo que tem estado aí a fazer que é dizer que o CDS não queria aprovar isto porque não aprovou a urgência.

Deputada Zuraida Soares (BE): Outra vez?!

A Oradora: A sua proposta inicial tinha problemas de implementação de difícil logística. A Sra. Deputada foi a própria a reconhecer quando em outubro passado isto foi agendado, veio a este Plenário, e a senhora fez a sua iniciativa baixar à comissão.

Houve uma comissão há muito pouco tempo onde esse assunto foi agendado, não foi apresentada qualquer alteração e depois vem a Plenário apresentar uma alteração integral, em conjunto com o PS...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Mas a Sra. Deputada é que vai definir o rumo do Bloco de Esquerda?

A Oradora: ... de onde retira tudo aquilo que lhe preocupava verdadeiramente, mas vou ler-lhe aquilo que a Sra. Deputada dizia quando apresentou esta proposta. Dizia assim: “Os professores têm dificuldade em identificar as crianças e jovens que dele realmente necessitam (e falava na altura dos pequenos-almoços), uma vez que muitos dos encarregados de educação, confrontados com situação de pobreza recente, têm vergonha de solicitar e disponibilizar essa refeição para os seus educandos”.

Mais: “Por essa razão, considera que o único critério para atribuição das refeições deveria ter por base de referência o próprio aluno dizer na escola que tinha fome”.

Portanto, vem dizer que nunca disse que as crianças tinham que dizer que tinham fome?! Que não iam ser discriminadas?! Que o CDS é que não quer aprovar?!

A única coisa que eu fiz aqui foi comentar (tal qual como disse o Deputado Paulo Estêvão e com o qual eu concordo em absoluto) que achei que a sua proposta inicial era muito mais ambiciosa, que tinha verdadeiramente preocupação com as crianças que neste momento têm fome e não estavam sinalizadas e queria apresentar uma iniciativa que fosse cobrir essas situações que não estavam neste momento a ser sinalizadas como crianças da Ação Social Escolar.

Portanto, acho que ficámos esclarecidos quanto à questão do diz que disse e do diz que não disse.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares. Tem apenas um minuto.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu fiquei tudo menos esclarecida, porque a salgadeira em que se meteu a Sra. Deputada Graça Silveira, não responde a coisa nenhuma.

Primeiro o projeto inicial, de há um ano do BE, era a sétima maravilha, mas a seguir tinha problemas, tinha tantos problemas de operacionalidade e de não sei quê, que teve que descer a comissão.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Por isso baixou à Comissão!

A Oradora: Em sede de comissão o CDS não fez nada! Não deu um único contributo para sanar os problemas de transporte e de operacionalização. Depois pergunta a Sra. Deputada Graça Silveira, qual é o problema, por que é que eu disse que os pequenos-almoços e os almoços...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O que a Sra. Deputada está a dizer de almoços e pequenos-almoços é nada!

A Oradora: Vou dizer-lhe uma coisa com toda a clareza e diretamente: a senhora tem que ter um roteiro de intervenção porque senão ninguém percebe aquilo que a senhora quer dizer.

Muito obrigada.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não explicou por que é fez a sua proposta baixar à Comissão! Se era tão bom!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

Vamos votar na generalidade este diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos votar na especialidade.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas)

Sra. Secretária faça o favor de repetir a votação na generalidade.

Secretária: O Projeto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à votação na especialidade.

Este diploma tem seis artigos. do 1.º. ao 4.º. não há propostas de alteração, deduzo que posso colocar à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Presidente: A Mesa recebeu uma proposta de alteração, por parte do Grupo Parlamentar do PSD, ao art.º. 5.º.

É esta que coloco à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o art.º. 5.º. com a alteração que lhe foi introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Em votação final global o Projeto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 18 horas e 30 minutos.

(Pausa)

Peço desculpa. Eu às vezes sou demasiado rápida.

A Sra. Deputada Judite Parreira pretende fazer uma declaração de voto.

Tem a palavra Sra. Deputada.

(*) Deputada Judite Parreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É para dizer que em nome de todas as crianças dos Açores que se encontram nesta situação que nós falámos aqui, sinto-me muito feliz porque o interesse das crianças esteve acima dos interesses partidários.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

Deputado José Ávila (PS): Tanta demagogia!

A Oradora: Vou fazer minhas as palavras da Sra. Deputada Marta Couto, quando aqui a 10 de dezembro aprovámos um Projeto de DLR que visava a promoção e o bem estar dos animais de companhia, em que ela disse que “o interesse dos animais deveria estar acima das cores políticas”.

Também o interesse das crianças deve estar acima das cores políticas ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Esse é que tem que estar!

A Oradora: ... e a única cor que devemos ter aqui é o azul da bandeira dos Açores, porque é do futuro dos Açores que estamos a falar.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): Tem muito a ver essa comparação! Até parece que estivemos aqui a discutir uma proposta do PSD!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima, para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria registar a alegria do PS, sobretudo o PS que negava há um ano que havia fome nas escolas nos Açores e que havia fome nos Açores, vir aqui reconhecer hoje que há fome e ter aprovado esta iniciativa do BE.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, esta iniciativa também é do PS!

O Orador: Nós há um ano denunciávamos aqui que havia fome nas escolas, prontamente negado quer pelo Governo, quer pela bancada do PS que atiravam as culpas para outros. Hoje o PS e o Governo dos Açores reconhecem que há fome nas escolas, que as crianças passam fome e que é preciso atuar ainda mais do que aquilo que têm feito.

É o falhanço redondo da política social do Governo Regional dos Açores.

Pior para a Autonomia não pode haver: fome! Fome é o adjetivo que hoje foi reconhecido por este Governo, que existe nos Açores e que define e caracteriza a governação socialista.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito curto.

Apenas para dizer que só alguém completamente mentecapto, é que neste momento se recusa a admitir de que há pelo país inteiro fome, miséria, pobreza, carência de toda a espécie ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: ... e que qualquer contributo que venha, seja da Assembleia Legislativa dos Açores, seja da Assembleia Legislativa da Madeira ou seja do Parlamento da República, no sentido de dar resposta a esta situação miserável e vergonhosa que o nosso país tem, é bem-vinda.

Há um problema: há maiorias que não o permitem!

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar congratula-se com a aprovação deste diploma, que resultou de convergência de posições, de flexibilidade.

Realça e destaca a capacidade de diálogo do BE e de ter esperado o tempo que esperou, mas cremos que pelo resultado de hoje, valeu a pena a espera.

Já tudo foi dito. De facto o que se vive hoje é muito diferente de há um ou dois anos atrás, porque a verdade é que cada vez mais as populações estão sujeitas a medidas de austeridade, cada vez mais infligidas constantemente pela República.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É a Via Açoriana!

A Oradora: Isso é uma realidade incontornável, é uma realidade que não se pode tapar e portanto há que tomar providências.

O que o Governo dos Açores e esta bancada do PS têm feito, e desta vez conjunta, é ir minimizando esses efeitos e auxiliando famílias, crianças ou empresas dos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PPM votou favoravelmente esta iniciativa porque, considerando que de alguma forma a Proposta do BE era um pouco mais ambiciosa e tinha outro enquadramento, acaba por resolver em parte esta questão.

Eu exprimi aqui as minhas dúvidas em relação à operacionalização.

Vou acreditar e fundamentalmente daqui a uns meses vamos testar de que forma é que esta resposta está a ser dada e se os mecanismos que estão a ser criados, estão a ser positivos e se estão a ter a operacionalização que todos nós desejamos.

De qualquer das formas eu penso que é um contributo importante.

Devo dizer que considero que há uma vantagem nesta proposta do BE e do PS.

Devo apenas lamentar a posição do Governo Regional que pela voz da Sra. Secretária Piedade Lalanda disse que isto não era necessário porque tudo isto já estava a ser feito.

Acho que é uma imensa injustiça continuar a colocar a “cabeça na areia” e continuar a considerar que este Parlamento, que consegue chegar a este consenso com esta votação unânime, que consegue chegar a este posicionamento, é de alguma forma negar que este contributo por parte do PS e do BE nestas propostas (e o contributo também dos outros partidos que aqui apresentámos as nossas perspetivas) é bastante positivo.

Não é, por parte do Governo Regional, aceitável que este tipo de iniciativas parlamentares que são muito importantes, que têm o contributo de todos, sejam desvalorizadas pelo Governo Regional.

Isto não pode voltar a acontecer!

Acontece até quando o PS teve uma parte importante no contributo para esta solução. Com o próprio PS a ter um contributo importantíssimo o Governo Regional chega aqui e diz: “Nós já estamos a fazer isto. Isto não é necessário”.

Não é aceitável esta posição por parte do Governo do PS. Não pode voltar a repetir-se porque é um desrespeito em relação ao Parlamento dos Açores. É um desrespeito em relação ao Parlamento dos Açores!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias pediu a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra para uma interpelação.

Para solicitar a V. Exa. que peça aos serviços do Parlamento que transcrevam o mais rápido possível o Diário das Sessões do debate que agora termina, onde se verificará que a Sra. Secretária não afirmou nada daquilo que disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Fica registado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma interpelação no sentido de solicitar exatamente a mesma coisa que o Sr. Deputado Berto Messias acabou de solicitar ...

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: ... exatamente para provar, Sra. Presidente, que a Sra. Secretária Piedade Lalanda ...

Presidente: Sr. Deputado o senhor já fez a interpelação.

O Orador: ... disse aqui que tudo isto está a ser feito por parte do Governo Regional.

Portanto, esta interpelação apenas tem uma diferença em relação à fundamentação.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Foi ameaçado de processo disciplinar, fala logo!

Presidente: Acho que estamos mesmo a precisar de um intervalo.

Sr. Deputado Aníbal Pires pediu a palavra para uma declaração de voto.

Tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aquilo que acabámos de aprovar é apenas uma medida que pretende responder a uma parte de uma situação grave que existe na Região, existe no país e que tem uma raiz, tem uma génese que se prende com as políticas que têm sido seguidas na República nos últimos anos e que levaram a que milhares de portugueses vivam a situação dramática do desemprego e da falta de rendimento.

Aquilo que podemos assistir, infelizmente, no país é a filas para as cantinas sociais que fazem lembrar a antiga “sopa dos pobres”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso era na União Soviética!

Deputado António Marinho (PSD): Na União Soviética era assim, só que lá nem sopa havia!

O Orador: Isso é uma responsabilidade que tem de ser atribuída aos protagonistas e os protagonistas são o PSD e o CDS-PP. Esses são os principais responsáveis pela situação dramática que vivem milhares e milhares de portugueses e também açorianos.

O PCP votou favoravelmente esta iniciativa para dar resposta a uma situação de emergência social, mas eu não posso deixar de dizer o seguinte.

A fome não é nas escolas que ela existe. A fome existe na sociedade, existe nas famílias. Não é na escola.

Aliás, grande parte do discurso utilizado por algumas bancadas deste Parlamento foi utilizando exatamente essa formulação de uma forma, na minha opinião, profundamente demagógica.

Não é na escola, nem é na escola que tem que se atribuir isso.

Portanto, aquilo que se deve dizer sobre isto é que este é um problema que tem uma determinada origem e a origem prende-se com a diminuição por via direta e indireta do rendimento das famílias. A origem está exatamente na receita dogmática do neoliberalismo que está a ser aplicada no nosso país com os reflexos que tem também na nossa Região.

Portanto, isto tem que ficar claro. Aquilo que aqui se aprovou hoje é apenas um instrumento para responder a uma questão que não é da escola, é da sociedade em que vivemos e a responsabilidade por esta situação tem nome e o nome é PSD e CDS-PP.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Terminaram as declarações de voto, vamos então fazer o nosso intervalo de 15 minutos.

Eram 18 horas e 21 minutos.

Presidente: Vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 46 minutos.

Entramos no ponto 7 da nossa agenda **Projeto de Resolução n.º 54/X – “Recomenda ao Governo Regional que assegure a participação do sistema educativo açoriano no relatório PISA 2015”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Para apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura, veja bem a data que eu vou ler-lhe: “4 de julho de 2011”.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Viu ou ouviu?

O Orador: “4 de julho de 2011”.

Se lhe transmito essa data é porque tenho a preocupação sempre, cada vez que discuto com Exa., de ser mais rápido a escrever do que V. Exa. a pensar.

Por isso Sr. Secretário, esta data corresponde à primeira proposta que o PPM apresentou para a realização e participação da Região nos relatórios PISA. Neste caso 2012, agora voltávamos a repetir a proposta para 2015.

Devo dizer-lhe que a postura do anterior Governo quando apresentei esta proposta em 2011, pode sintetizar-se da seguinte forma, tenho aqui um pequeno parágrafo que vou ler e que diz o seguinte: “na opinião do membro do governo responsável por esta área o que ele referiu foi que os custos que decorreriam da concretização deste objetivo não se afiguram oportunos face ao atual contexto económico e financeiro e dos mesmos não se espera um retorno significativo”.

Portanto, o Governo Regional da altura considerou que não era oportuno e que o retorno não era significativo.

Na altura eu pensava que era importante que a Região participasse nos relatórios PISA.

É evidente, podem dizer-me, que isto é apenas mais um estudo internacional. É mais um, mas é dos mais importantes, um dos mais referenciados e um daqueles que tem apresentado ao longo de todos estes anos resultados em termos de diagnóstico, mais precisos.

Portanto, nesse sentido eu considerava na altura e continuo a considerar que a participação da Região é muito importante, a participação da Região num âmbito estatisticamente relevante.

O que é que mudou de 2011 para 2013? O que mudou foi que este Governo Regional, quer pela voz do atual Secretário Regional da Educação, quer pela voz do próprio Presidente do Governo Regional reconheceram que nós temos um problema em relação aos resultados escolares que estão a ser obtidos na RAA.

Devo dizer e devo sinalizar que esta evolução é uma evolução importante, porque nós levámos muitos anos regionalizando provas, não nos comparando com o que se estava a fazer quer a nível nacional, quer a nível internacional e isso teve um custo, foi não reconhecer que tínhamos um problema, um problema que estava a crescer e um problema que nos estava a afastar das médias e dos resultados obtidos no resto do País e no resto do mundo.

Portanto, nós tínhamos aqui uma falta de perceção desta situação exatamente porque não estávamos a participar neste tipo de estudos.

O que o Governo Regional agora veio dizer foi que nós temos instalações, temos boas escolas mas nós temos um problema nesta área.

Fazer este estudo, participar neste tipo de estudos, eu percebo que é um ato de coragem política, porque evidentemente olhando para os resultados obtidos pela região em diferentes testes nacionais, nós não podemos ter boas expectativas.

Um Governo (vou utilizar a expressão) covarde, que não quer olhar para o problema, que não o quer resolver, diria que não, nós não vamos fazer este estudo e nós vamos diminuir a importância deste estudo, dizendo que é mais um e que não é significativo, não é importante.

O facto do Sr. Secretário Regional da Educação ter dito na Comissão e do Sr. Presidente do Governo Regional ter dito: “nós temos aqui um problema e nós queremos estudá-lo, nós queremos resolvê-lo e para o resolver temos que o estudar, temos que saber a sua origem, temos que saber a amplitude e temos que saber a natureza dos resultados que estamos a obter”, tendo esta capacidade de análise, não tendo medo dos resultados, nós temos uma boa base de partida para resolver o problema.

Portanto, o Sr. Secretário Regional da Educação o que foi dizer na Comissão foi: “nós estamos de acordo, eu também já estava a pensar realizar e participar nos testes PISA”. Estamos de acordo! Eu já lá estava nessa posição em 2011.

Mas ainda bem que existe agora uma convergência, porque eu considero que esta posição é uma posição importante e devo dizer que é uma posição de coragem política, de dizer: “nós não temos medo destes resultados, nós queremos ter uma perspetiva correta daquilo que está a acontecer. Para quê? Para resolvermos o problema”.

Considero também que em relação às soluções para o nosso sistema educativo eu tenho diferenças muito significativas, tenho propostas muito diferentes, mas nesta área da vontade de diagnosticar, da vontade de saber a natureza dos nossos problemas, eu devo dizer que nesta matéria nós navegamos no mesmo barco e temos a mesma perspetiva.

É isto a natureza da iniciativa que aqui vos apresento e tenho a certeza que merecerá de Vs. Exas. a aprovação.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A avaliação do sistema educativo é certamente importante e é tanto mais importante quando ela se inicie pela base.

A avaliação do sistema educativo regional é uma necessidade, mas é uma necessidade desde logo interna, da Região, feita na Região para a identificação

de quais é que são os pontos fortes e fracos do nosso sistema educativo regional, onde é que se verificam e por que é que se verificam situações de insucesso escolar e encontrar, desde logo e dentro da Região soluções ou pelo menos medidas que promovam o sucesso dos nossos alunos.

Dirá o PS que isso tem vindo a ser feito, que se conseguem aqui o alto das taxas de escolarização, que ninguém abandona o sistema educativo regional. Tudo bem, até poderei concordar com isso, já não concordo é com a forma como isso tem vindo a ser feito, uma vez que não resolve o problema, apenas o remete para o lado, digamos, para um gueto.

Isto para dizer que eu concordo com a avaliação do sistema educativo regional, mas mais importante do que utilizar instrumentos externos, designadamente este que estamos aqui a discutir, deveria ser feita de facto essa avaliação interna, até porque os resultados da avaliação de sistemas educativos que poderão ser lidos depois nos relatórios PISA, são o estudo para um determinado momento, são estudos quantitativos, onde não há nenhuma espécie de variável que atenda a contextos e a especificidades próprias...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Há, há!

O Orador: O senhor depois explica, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não precisa explicar, é só ler!

O Orador: Mas eu queria que o senhor me explicasse.

... e os resultados que daí advêm eles de facto deveriam ter uma utilidade, que era introduzir alterações nos sistemas educativos nos quais se verifica que não estão a cumprir o objetivo para que foram desenhados, mas a verdade é que a utilidade que se dá a esses relatórios, as leituras que se fazem desses relatórios servem apenas para justificar depois determinado tipo de políticas e determinado tipo de investimentos e de alguma forma, até, estigmatizar aquilo que é o sistema de ensino público.

Portanto, a Representação Parlamentar do PCP, considerando que é de facto muito importante haver diferentes instrumentos de avaliação do sistema educativo regional, julgo que a prioridade que deveria ser dada neste momento, era à avaliação feita dentro da Região, pois seria muito mais importante do que

propriamente estarmos a alargar, como V. Exa. pretende e como o Governo já o anunciou, manter a amostra no conjunto nacional e entretanto encontrar uma outra solução para que o sistema educativo na Região possa ser devidamente avaliado e possa ter reflexos em termos do chamado relatório PISA.

Face àquilo que para já disse nesta primeira intervenção a posição da Representação Parlamentar do PCP, relativamente à iniciativa do PPM é de abstenção.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira.

Deputada Judite Parreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os testes PISA são realizados por uma grande maioria dos países da OCDE e permitem perceber e diagnosticar a situação do sistema educativo de cada país, face a outros sistemas internacionais.

Confrontados com esta prova em 2006 os alunos açorianos obtiveram resultados francamente catastróficos, tendo levado o governo da altura a reconhecer a necessidade de tomar um conjunto de medidas que procurassem ultrapassar as dificuldades apresentadas pelos alunos e a incluí-las no seu programa eleitoral para a área da educação.

Porém, em 2009, o número de alunos que realizou os referidos testes foi tão reduzido que não permitiu tirar quaisquer elações, o que é de lamentar, pois teria sido de todo o interesse para o sistema educativo da região perceber se as medidas anteriormente implantadas tinham surtido o efeito esperado no conhecimento dos alunos.

Em 2011 o PPM apresentou uma iniciativa de teor idêntico aquele que hoje nos apresenta, a fim de que os PISA de 2012 abrangessem um número maior de alunos que fosse estatisticamente relevante. No entanto esta iniciativa não encontrou eco por parte da senhora secretária da tutela que muito embora tenha considerado tratar-se de um processo relevante para a monitorização do ensino, considerou que este implicaria um acréscimo significativo de custos,

nomeadamente no que se refere a despesas com os aplicadores e com e com o tratamento dos testes.

O GAVE, Gabinete de Avaliação Educacional, deu também parecer desfavorável por considerar que a coordenação do projeto PISA teria de ser feita, em tudo, de forma centralizada dada a necessidade da uniformização de critérios.

Incompreensivelmente em 2012 e quando a área de incidência dos referidos testes era a matemática, área tão importante e em que é urgente melhorar os resultados apresentados pelos alunos açorianos, a região não só não tenha apresentado um número mais alargado de participantes, como nem tão pouco tenha participado nos testes.

Hoje a representação parlamentar do PPM apresenta, de uma forma coerente, basicamente a mesma iniciativa. As respostas é que já são outras, e ainda bem que o são! O senhor secretário da tutela não só concordou com o aumento da amostragem, como disse “já estar a pensar” em alargar os testes a outros alunos, como forma de compensar a nossa realidade arquipelágica e poder obter um conjunto de dados mais alargado para consumo interno.

Curiosamente o IAVE, Instituto de Avaliação Educativa, então GAVE, refere que, face à especificidade geográfica da RAA, possa existir interesse em assegurar o oversampling, e no caso de não se observarem constrangimentos orçamentais imprevistos, poderá disponibilizar todos os materiais de modo a cumprir os requisitos da amostra definida, assegurando também o tratamento dos resultados e a realização dos respetivos estudos, de acordo com condições a definir em tempo oportuno.

O PSD vai votar favoravelmente a iniciativa do PPM por considerar que embora já sejam feitas análises aos conhecimentos e competências dos nossos alunos a partir de instrumentos como os exames nacionais, não podemos esquecer que vivemos a era da globalização, pelo que é fundamental que se façam também análises com provas de âmbito internacional.

Gostaríamos, no entanto, de realçar a necessidade de que esta segunda amostragem seja alvo do mesmo tratamento e dos mesmos estudos e de que

sejam acauteladas as recomendações do IAVE para que os resultados sejam fiáveis e possam ser objeto de estudo e sirvam para ajudar a implementar medidas que promovam o sucesso escolar.

Disse.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui hoje ao debate sobre o Projeto de Resolução apresentado pelo PPM onde efetivamente os resultados do PISA e a amostragem que era feita baseavam-se essencialmente em critérios técnicos, acima de tudo, difíceis de alterar numa lógica de reforço político.

Mais uma vez e de acordo com aquilo que o Sr. Secretário afirmou em sede de Comissão de Assuntos Sociais, o Governo demonstra que quer estar do lado da solução, e não do lado do problema.

Aliás, as políticas educativas são algo que nós Grupo Parlamentar do PS nos orgulhamos, trouxemos efetivamente as crianças às escolas, demos-lhes condições físicas e humanas, estabilizámos o quadro de professores e diminuímos, claramente, o fosso que existia no passado.

Mas não se baixou os braços, muito pelo contrário.

O que o Sr. Secretário anunciou é bem a prova disto, com uma articulação, utilizando os recursos do IAFE numa lógica de parceria para obtermos outros resultados numa amostra mais significativa, resultados esses que servem para avaliarmos, mas acima de tudo refletirmos e continuarmos a trilhar aquilo que consideramos ser o mais importante, que é o sucesso educativo das crianças e jovens desta Região.

É de salientar e de congratular a abertura que o Governo teve a esta situação.

Também fazer das minhas palavras, as palavras do Sr. Deputado Paulo Estêvão e dizer que a amostragem que neste estudo que o Sr. Secretário da Educação

anunciou será uma amostragem que sim, colocará especificidades de toda a Região, mais explícitas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para também dar um contributo que julgo necessário a este debate, no sentido em que o Deputado Paulo Estêvão trouxe aqui, como professor de História que é, um pouco da história, mas quando nós trabalhamos a história e falamos sobre ela devemos falar com o máximo de precisão possível e de clareza e o que o Sr. Deputado disse não corresponde efetivamente à verdade dos acontecimentos.

O que o Sr. Deputado deu a entender foi que os Governos anteriores da responsabilidade do PS, quer aqueles de que fiz parte, quer os anteriores, não valorizavam o estudo PISA, nem submetiam os dados da Região para incorporar esses estudos.

Ora, isso vai ao arrepio completo daquilo que sempre foi defendido, quer por mim, quer pelos meus antecessores na pasta, e que é a valorização desse tipo de estudo, aliás a Deputada Judite Parreira acabou por retificá-lo depois.

Efetivamente todos compreendemos e aceitamos que o PISA é um estudo com validade, mal seria se não o fizéssemos, mas também em boa verdade, e isso é preciso que se diga, nem esta Resolução do PPM, nem aquilo que os estudos PISA avaliam é suficiente e é o necessário para aferir da qualidade do sucesso dos alunos açorianos...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ora muito bem, Sra. Deputada!

A Oradora: ... porque os estudos PISA trabalham umas áreas demasiado específicas como os Srs. Deputados que tratam essas matérias sabem. Trabalham a literacia científica, a literacia matemática em parâmetros tão específicos numa franja da população escolar tão restrita que não é fácil, nem é possível generalizar e para o que nos interessa como responsáveis políticos para ser possível tirar generalizações.

Portanto, o que me parece, por um lado, é que o Sr. Deputado Paulo Estêvão não foi escoreito com a verdade sobre aquilo que foi o comportamento anterior do Governo.

O Governo anterior valorizava o estudo, tanto valorizava que nele participou com a amostra possível e com a amostra que na altura nos era permitida no cômputo nacional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Qual foi a amostra em 2012?

Deputado Aníbal Pires (PCP): A Sra. Deputada Cláudia Cardoso tem toda a razão!

A Oradora: Sr. Deputado nós discutimos essa matéria bastas vezes e portanto recorda-se perfeitamente de quais eram esses critérios.

Agora, em boa verdade, Sr. Deputado, e o Sr. Deputado sabe isso muito bem, esta Resolução não resolve ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas ajuda!

A Oradora: ... para aquilo que nos interessa, a questão do sucesso nos Açores. Essa questão tem que ser estudada de outra maneira. Tem de ser estudada em primeira instância por dentro, ou seja as escolas com polos têm que fazer uma introspeção sobre os seus resultados, se quiser, e tem que fazer um debate interno de ideias, com coragem, Sr. Deputado, e analisar as suas próprias falhas e aqui é que a coisa dói, porque as escolas têm que ver os seus méritos, mas também os seus defeitos, que os há.

Portanto o estudo PISA é um contributo, este alargamento eventualmente possibilitará que mais alunos o façam, mas não resolve nada Sr. Deputado. Não resolve nada, nem traz aquilo que é essencial, que é uma radiografia certa e direita do sistema educativo regional.

O PISA contribui para uma avaliação externa, mas há outras formas de avaliação externa muito mais interessantes.

O Sr. Deputado disse mais uma coisa que eu gostaria de contrariar.

O Sr. Deputado disse que os governos anteriores não tinham tido a coragem, a capacidade de se confrontarem.

Pois eu devo dizer-lhe, o Sr. Deputado deve recordar-se que eu própria quando assumi a tutela da Educação, as PASE começaram a deixar de ter uma índole regional, passaram a ter uma índole nacional.

Nós alterámos a questão das turmas de nível que resolvemos por um lado; também tivemos o cuidado de passar a ter uma preocupação com as avaliações de final de ciclo, porque é evidente que se nós somos confrontados com uma avaliação de final de ciclo, os nossos alunos têm que ter uma preparação correta, não basta avaliar. É preciso preparar os alunos para a avaliação.

Esse é que é também um dos nossos problemas. Nós somos um País onde se avalia demasiado e se forma e ensina de menos.

Portanto, a avaliação serve quando há a preparação antecipada para isso e foi coisa que durante muitos anos, quer aqui na Região, quer no País, não foi feito da maneira que devia.

Eu por mim tenho a consciência absolutamente tranquila porque enquanto tive essas responsabilidades pude sempre, e o Sr. Deputado sabe perfeitamente porque já estava aqui, fazer o confronto com a exigência dos exames nacionais, porque uma das coisas que nos deve preocupar é a nossa classificação interna de escola ser alta e depois os alunos chegarem aos exames nacionais e terem maus resultados.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é verdade!

A Oradora: Isso foi uma das grandes preocupações que tivemos no passado e deve continuar a ser tida no presente.

Portanto Sr. Deputado era isto que queria clarificar.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Deputado Aníbal Pires (PCP):

Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Consola ouvir a Sra. Deputada Cláudia falar!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Cláudia Cardoso, devo dizer que quando escolhi o texto de relatório de 2011 que estive a citar, tive a preocupação de não a colocar em problemas políticos, tanto que não a referenciei. Tentei não colocar a Sra. Deputada numa posição difícil em relação a essa matéria, porque eu percebo.

Deputado André Bradford (PS): Nem conseguiria!

O Orador: Eu percebo que a Sra. Deputada tem aqui um problema, é que a Sra. Deputada não valorizou e não quis, a verdade é essa, assegurar uma participação da Região de forma estatisticamente relevante no estudo PISA e este Governo quer fazê-lo.

Mas devo dizer-lhe que fiz uma abordagem lendo apenas um parágrafo, para que este problema não se colocasse e a Sra. Deputada não se sentisse na obrigação de vir a debate. Não consegui.

A Sra. Deputada veio a debate porque se sentiu de alguma forma citada, mas eu vou dizer-lhe: eu tive a preocupação de ler o relatório, não fiz mais nada e o que aqui está no relatório de 2011, vou voltar a ler: “Na opinião da Secretária Regional (V. Exa.) os custos que decorreriam da concretização deste objetivo não se afiguram oportunos, face ao atual contexto económico e financeiro, e dos mesmos não se espera um retorno significativo”. Não disse mais nada do que isto.

Portanto, eu só li o que o relatório diz.

Posso ler outras passagens, que eu até penso que são menos abonatórias para V. Exa., mas não vou fazê-lo.

Em relação a esta questão também devo dizer-lhe Sra. Deputada, com a seriedade que tento colocar nas minhas intervenções que o que a Sra. Deputada disse em relação aos testes que eram realizados então na Região, as PASE, é verdade. É verdade que estes testes eram realizados localmente e portanto não tínhamos uma comparação de âmbito nacional, é verdade, e que a Sra. Deputada então responsável pela tutela passou a fazer estes testes e foi importante para podermos comparar os resultados da Região com o país. Isso acho que foi um contributo positivo de V. Exa.

Como também em relação às turmas de nível, devo dizer-lhe que a Sra. Deputada na altura, também teve a oportunidade de alterar essa situação e permitiu que de facto os resultados escolares fossem observados de uma forma mais objetiva.

Penso que esse contributo também foi bastante importante.

Eu não lhe retiro, em relação a essa abertura e a essa comparação de resultados de âmbito nacional, o mérito que V. Exa. teve.

Agora, em relação aos testes PISA é factual, a Sra. Deputada não quis fazer e o que disse foi isto que aqui está e que acabei de ler no relatório.

De qualquer das formas eu devo dizer que concordo em absoluto, vou ler, porque acho que vale a pena, o parecer do Instituto de Avaliação Educativa.

O Instituto de Avaliação Educativa o que diz é o seguinte (e acho que este parágrafo é extremamente significativo): “o exemplo de uma avaliação externa em português e matemática no ensino básico que se alicerçou em provas produzidas localmente e se alheou de uma avaliação aferida por padrões nacionais (provas de aferição do 4.º e 6.º anos e exames nacionais do 9.º ano) a par dos resultados que mostram o acentuado distanciamento da RAA em relação às médias nacionais e às demais regiões nacionais, sugere que uma política de não participação do sistema educativo regional em processos de avaliação externa aplicados a outra escala, nacional ou internacional, não deve ser repetida no futuro”.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sempre participámos!

O Orador: Portanto, que o nosso isolamento, a falta de contextualização dos nossos resultados com a realidade nacional e internacional foi um afastamento que não nos permitiu ter a perceção de que nos estávamos a afastar de resultados nacionais e de resultados internacionais.

Devo terminar esta segunda intervenção dizendo o seguinte.

Diz a Sra. Deputada: “bom, não resolve nada”.

Eu acho que não apresentei essa perspetiva: “aqui está a medida que vai alterar o sistema educativo!”. Penso que o Governo Regional também não pensa a mesma coisa, que ao participar nisto resolve os problemas do sistema educativo.

Mas penso que demonstra uma coisa, que é uma coragem do governo mas também é uma coragem dos Deputados que aqui estão nesta Casa e que vão votar a favor, que é nós querermos conhecer a realidade.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Já é conhecida, Sr. Deputado!

O Orador: Eu estou preparado e desde já posso aqui dizer que não vou utilizar resultados que eu já sei que à partida poderão não ser potencialmente muito positivos (Deus queira que o sejam), como arma de arremesso contra o Governo.

Eu acabei de dizer que reconheço a este Governo a coragem de querer conhecer as coisas, de diagnosticar e comparar à escala nacional e à escala internacional. Isto é uma vantagem e na minha perspetiva é um ato de coragem, conhecer, diagnosticar para quê? Para depois resolver.

Acho que é uma medida que não resolve tudo, nem sequer resolve grande parte, mas é o contributo para a resolução dos problemas. Conhecer as dificuldades, diagnosticar as dificuldades é sempre um bom ponto de partida.

Quem não resolve problemas é quem não quer comparar, é quem coloca a cabeça na areia. Esse é que não resolve de certeza absoluta.

Agora, quem quer comparar, quem quer diagnosticar é um bom ponto de partida para resolver um problema.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero começar por dizer aqui que subscrevo inteiramente as palavras que foram ditas pela Sra. Deputada Cláudia Cardoso, porque nós estamos num sistema que funciona em continuidade.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Alguma vez havia de ser!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Nem sempre isso acontece!

O Orador: Aquilo que é bom fazer-se num momento deve continuar e sobretudo o que todos nós queremos é que o sistema funcione.

Mas como daqui a pouco as Sras. e os Srs. Deputados vão ser chamados a votar esta iniciativa gostaria de referir aqui alguns aspetos técnicos para sabermos do que é que estamos a falar.

A RAA participou nos estudos PISA em 2009 e em 2012.

Em 2009 teve uma percentagem de 1,6% da amostra nacional e em 2012, uma percentagem de 1,8% (passe a redundância) do todo nacional.

Estes critérios são critérios meramente estatísticos, não têm nada a ver com opções políticas. É aquilo que a população dos Açores representa no todo nacional.

Os critérios para a seleção das escolas de Portugal são estabelecidos e acordados com a OCDE e mantêm-se inalterados desde o ano de 2000.

Esses critérios começam pela Região, no caso temos: uma NUT III; a tipologia da escola (se é uma escola básica de 2.º e 3.º. ciclo, escola básica do 3.º. ciclo e do ensino secundário e escola secundária); temos a natureza institucional da escola (se é pública ou se é privada) e temos a tipologia das áreas urbanas (área medianamente urbana, área predominantemente rural e área predominantemente urbana). São critérios técnicos.

A seleção é feita segundo um processo de amostragem aleatória, estratificada a partir das escolas do País, em dois momentos distintos.

Numa primeira fase Portugal envia a lista de todas as escolas, sejam elas públicas ou privadas, com indicação das variáveis que acabei de identificar, bem como o número total de alunos e o número de alunos com 15 anos, por ano de escolaridade (estamos a falar de uma população específica, alunos de 15 anos).

Com base nesta lista oficial de escolas o Ministério da Educação envia para a OCDE que seleciona aleatoriamente as escolas que deverão participar no estudo.

Numa segunda fase as escolas selecionadas são convidadas a participar, é-lhes solicitada a lista de todos os alunos que cumpram os requisitos de idade e de anos de escolaridade estabelecidos pelo PISA. Estas listas são, por sua vez,

inseridas num programa informático fornecido pela OCDE, através do qual é feita a seleção dos alunos.

Este programa produz automaticamente as listas de alunos que deverão participar no teste.

O programa define o número máximo de 40 alunos por escola, com exceção dos estabelecimentos do ensino com menos de 40 alunos com 15 anos, obviamente.

Segundo informação prestada pelo consórcio nacional PISA, relativamente à previsão dos alunos da RAA a envolver no PISA 2015, ela será em torno de 1,5 a 2% do total nacional.

Esta seleção é feita pela OCDE, está ainda em fase de elaboração o quadro de amostragem para o estudo principal que vai decorrer em 2015, o qual vai depender do número de alunos inscritos no ano letivo de 2014/2015 que só agora é possível aferir.

Neste processo não há candidaturas nem forma de tornar a participação dos Açores estatisticamente mais relevante no PISA na sua essência, a não ser que se faça uma sobreamostragem para os Açores que tenha em conta todas as características específicas das nossas ilhas e das nossas escolas.

Mas, nós temos aqui que distinguir dois aspetos: um é o PISA em que os Açores têm a sua representatividade no todo nacional, outra coisa é aproveitarmos a máquina que é colocada no terreno (as equipas, os testes, enfim todo esse equipamento quer de material, quer os meios humanos e obviamente o conhecimento) para, aproveitando que essas equipas estão no terrenos, pedir-lhes que façam um estudo paralelo que nos forneça informação para nós termos um conhecimento mais adequado do que se passa nos Açores nesta matéria, uma vez que nós temos conhecimento do que se passa nos Açores também obviamente acerca das outras matérias.

Portanto, esse estudo será feito por estratificação: um primeiro nível de estratificação é a unidade ilha; um segundo nível de estratificação são as escolas em cada ilha e um terceiro nível de estratificação que é a unidade primária dos alunos, ou seja 20% dos alunos com 15 anos de idade de cada escola que é selecionada aleatoriamente.

É evidente que em ilhas como Flores, Graciosa, Santa Maria ou Corvo temos uma unidade orgânica que corresponde à realidade ilha, mas nas outras ilhas com mais população isso não acontece.

Queria salientar esse aspeto porque é muito importante. Não é opção política fazer esta ou aquela escola, nesta ou naquela ilha. Serão critérios meramente técnicos e estatísticos.

Agora, gostaria de referir outros aspetos: isto são os meios que nós temos para conhecermos o que se passa na nossa realidade, mas também como já foi dito não é o único, nem nós pensamos de maneira alguma que o seja.

Nós queremos a promoção do sucesso escolar, queremos, e estamos a trabalhar nisso, lutar contra o abandono escolar. Temos que perceber como é que se posicionam as nossas crianças, os nossos jovens de 15 anos, comparativamente com o todo nacional e obviamente também com o contexto OCDE. Mas as nossas realidades, como todos nós sabemos são muito diferentes e é por isso que haverá uma amostragem específica. Quando eu disse isso na Comissão, o Sr. Deputado Paulo Estêvão disse na altura o que já disse aqui neste Plenário, que quando tinha essa ideia, eu dizia: “Bom, eu já tinha pensado nisso”, a Sra. Deputada Judite Parreira também já referiu isso.

O que é facto é que eu quando fui à Comissão já tinha articulada com o Presidente do IAVE exatamente essa matéria.

Portanto, o que disse na Comissão foi o resultado da conversa que já tinha tido com o Presidente do IAVE e que ele, de resto, espelhou obviamente por uma questão de delicadeza, não referiu, mas espelhou no parecer que enviou à Comissão de Assuntos Sociais, ou seja, dizendo que é possível fazer essa sobreamostragem, em que o IAVE fornece os meios, o conhecimento, os testes, etc. e obviamente a Região participa nisso.

Mas a nossa preocupação não se reduz a isso. Ao mesmo tempo que queremos estudar o que é que se passa, temos medidas no terreno.

Eu já referi aqui hoje e volto referir para lembrar: as equipas de apoios que estão a trabalhar com os professores do 1º. ciclo em todas as escolas de 1º. ciclo da Região; o projeto FENIX que está neste momento a funcionar em 17 escolas

e no próximo ano letivo passará a funcionar em todas as escolas; os exames nacionais, que é importante para que os nossos professores e os nossos alunos saibam que têm que se preparar para se confrontarem com os seus congéneres do todo nacional e uma outra medida que eu ainda não referi e vou referir agora, que é uma plataforma eletrónica que tem por designação genérica a matrícula eletrónica que está neste momento já em fase de experimentação na Escola Tomás de Borba, de Angra do Heroísmo e que no próximo ano será alargado a todo o sistema.

Essa plataforma permite que nós acompanhemos cada criança desde o momento em que entra no sistema no pré-escolar, até ao momento em que sai, seja porque terminou o secundário, seja porque abandonou de alguma maneira e aí permite-nos saber porque é que abandonou e eventualmente para onde é que foi quando abandonou.

É um instrumento muito importante que nos vai permitir que a cada momento os responsáveis máximos do sistema, mas também os encarregados de educação, cada um ao seu nível de permissão, sabe exatamente onde é que aquele aluno está, naquele momento, a fazer o quê, se está a faltar à aula, se não está a faltar à aula, se tem exames, etc.

É um sistema extremamente rigoroso que nos vai permitir acompanhar e detetar eventuais situações que exijam e que se avance com medidas especiais.

Portanto, nós estamos a trabalhar no terreno, não precisamos em absoluto dos resultados do PISA, mas esses resultados serão importantes para nos ajudar a definir as nossas opções. Mas não estamos à espera disso.

Os Açores fazem parte do contexto nacional, não podemos esquecê-lo e por isso é importante termos um instrumento que nos permita comparar, além dos exames, temos este instrumento.

Mas no essencial o que nós queremos é a partir da nossa realidade conhecer bem a nossa realidade e enfrentá-la com otimismo porque acredito que as medidas que estão no terreno, e outras que já foram lançadas ou estão em fase de preparação, produziram efeitos.

Agora, não é um resultado dum relatório de um inquérito desta natureza que nos vai resolver o problema, obviamente que não é.

Mas é bom termos várias perspetivas do problema para encontrarmos uma solução que seja adequada.

Aqui mais uma vez a preocupação política é nós invertermos os resultados e quando se fala nos nossos maus resultados é preciso ver que os maus resultados são a nível nacional e a nível de grande parte dos países europeus. Obviamente que se nós nos compararmos com a Polónia ou com a França temos um determinado resultado, mas infelizmente não estamos tão isolados como isso em termos de maus resultados.

Os resultados que temos são estes, nós conhecemos, queremos melhorar mas também não nos devemos pôr numa situação em que estamos isolados anos luz de todos os outros.

Infelizmente é uma realidade nacional e nós no que diz respeito ao Governo dos Açores estamos a fazer o que é possível, com serenidade, com segurança, sem alarmismos, não precisamos andar a agitar bandeiras, a mostrar o que é que andamos a fazer. O que andamos a fazer está no terreno, qualquer um das Sras. e Srs. Deputados que queiram ir ao terreno, às escolas, poderão não só observar o que está a ser feito mas eventualmente até, se achar que não está a ser bem feito, dar sugestões porque nós de certeza que aceitaremos desde que elas tenham o objetivo que todos nós queremos que é o melhor sucesso para as nossas escolas e para os nossos alunos.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor pode fazer um resumo disso?

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Espínola.

(*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A educação é sempre um assunto que gera muita polémica nesta casa.

Penso que desta vez todos os partidos estarão em sintonia.

Louvamos esta iniciativa do PPM que recomenda ao Governo Regional que assegure a participação numa dimensão estatisticamente revelante do sistema educativo açoriano no relatório PISA 2015.

Achamos que a partir do momento em que quem governo possa ter em suas mãos um documento realizado por uma entidade independente externa que aponte quais os pontos fortes da sua governação em matéria de educação e quais os pontos em que se deve ter em atenção e que lhe permita reajustar as suas políticas, torna-se num documento de relevante importância.

Devido à natureza descontínua do nosso território que influencia a demografia de cada ilha e conseqüentemente a população escolar, é importantíssimo que os critérios estatísticos sejam ajustados a esta realidade pelo que a iniciativa do PPM é pertinente.

Só com uma amostragem com relevância estatística de cada ilha ou escola, será possível aferir as políticas educativas da região e com base nos resultados introduzir os ajustes necessários para melhorar os parâmetros.

A relevância do relatório PISA é tanto maior porquanto tem um âmbito internacional, permitindo a padronização com os melhores da Europa.

Portanto, acolhemos com agrado esta iniciativa que poderá influenciar positivamente as linhas orientadoras da educação nos Açores.

Permitirá identificar as nossas mais-valias, as nossas fraquezas, possibilitando fazer o correto reajustamento para que no futuro tenhamos jovens melhor preparados para a vida ativa.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

A Mesa não tem mais inscrições.

Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de sentar de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e uma abstenção do PCP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra?

Deputado Berto Messias (PS): Para uma interpelação Sra. Presidente.

Para solicitar um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental.

Vamos então encerrar os nossos trabalhos por hoje.

Uma boa noite a todos.

Regressamos amanhã às dez.

Eram 19 horas e 36 minutos

Deputado que entrou durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Deputadas/o que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Arlinda Maria Focha Nunes

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

(*) Texto não revisto pelo Orador.

A redatora, Ana Sofia Machado

P'la redatora, Noélia Escobar